

Análise histórico-artística do Mosteiro de São Dinis de Odivelas e contributos para a recuperação da flora dos jardins dos seus claustros

Ana Margarida Cabral Mendes de Matos

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura Paisagista

Orientadora: Professora Doutora Sónia Talhé Azambuja

Júri:

Presidente: Doutora Ana Luísa Brito dos Santos de Sousa Soares, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Vogais: Doutora Maria Cristina da Fonseca Ataíde Castel-Branco Alarcão Júdice, Professora Associada com Agregação do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Doutora Sónia Maria Loução Martins Talhé Azambuja, Professora Auxiliar Convidada do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à orientadora deste trabalho, a Professora Doutora Sónia Talhé Azambuja, pela disponibilidade, apoio permanente e transmissão de conhecimentos.

À Câmara Municipal de Odivelas e, mais concretamente, à Coordenadora do Sector de Património Cultural: Maria Fernanda Moroso, pela disponibilidade e pela autorização e acompanhamento de uma visita ao Mosteiro de São Dinis de Odivelas.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal, da Torre do Tombo, da Biblioteca de São Dinis de Odivelas, da Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, da Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia e da Biblioteca Orlando Ribeiro pela disponibilidade e amabilidade.

Às colegas Lidjia Perovnik, Maria Inês Veloso Marçal e Rita Chaves Marçal, que desenvolveram o trabalho “Mosteiro de Odivelas: Análise, Proposta de Intervenção e Restauro”, no âmbito da Unidade Curricular “Recuperação e Gestão da Paisagem Cultural”, do mestrado de Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia, e que foi o ponto de partida para a elaboração desta dissertação. A todos os investigadores que têm estudado e desenvolvido temas relacionados com o Mosteiro de São Dinis de Odivelas e aos professores do Instituto Superior de Agronomia.

À minha família e amigos em geral, e em particular, aqueles que mais me acompanharam ao longo deste percurso.

RESUMO

Esta dissertação estuda a evolução do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas ao longo do tempo, sendo a proposta de projeto para a recuperação da flora dos dois jardins históricos dos seus claustros o seu foco principal. Este caso de estudo foi escolhido devido ao elevado valor histórico e patrimonial destes jardins e surge no âmbito da integração do mosteiro no domínio público do Estado, que estava antes sob domínio militar, e da sua transferência para a Câmara Municipal de Odivelas.

O monumento está classificado como Património Nacional desde 1910, pelo Decreto de Lei de 16 de Junho de 1910 publicado no *Diário do Governo* nº 136 de 23 de Junho de 1910, e os seus *hortus conclusus* têm um valor patrimonial imensurável no sentido em que são testemunhos de uma história com mais de setecentos anos e que traduzem as vivências de uma comunidade e os princípios da Ordem de Cister, que tanto marcou a história de Portugal.

Ao longo dos tempos os jardins sofreram significativas alterações que desvirtuaram o seu aspecto inicial, sendo que o objectivo primordial desta proposta é remeter estes jardins ao carácter e essência da sua composição inicial no que diz respeito ao seu traçado, vegetação e elementos estruturais e, principalmente, no que diz respeito ao seu carácter funcional, simbólico e espiritual, de forma a que se perpetue o lugar de maneira a responder a novas exigências que respeitem a verdadeira essência do espaço.

Com esta dissertação pretende-se contribuir para acentuar a importância destes jardins fechados medievais como património cultural e paisagístico e é como tal necessário compreender a essência do espaço original, estudando a sua história, tanto em relação à sua natureza física como no seu significado cultural, isto é, no seu valor estético, histórico, social, simbólico e espiritual.

Palavras chave: Mosteiro de São Dinis de Odivelas, Claustros medievais, Ordem de Cister, *Hortus conclusus*, Flora.

ABSTRACT

This work consists in the study of the evolution of the Monastery of S. Dinis de Odivelas over time, being its main focus a project proposal for the recovery of the cloisters flora. This particular case study was chosen due to the high historical and patrimonial value of these gardens and arises as part of the integration of the monastery in the public domain of the State, which was previously under military rule, and its transition to the responsibility of the City Council of Odivelas.

The monument is classified as National Heritage since 1910 and the referred *hortus conclusus* have an immeasurable heritage value in the sense that they are testimonies of a history with more than seven hundred years that translates the experiences of a community and the principles of the Order of Cister, which marked the history of Portugal.

Throughout the ages the gardens have undergone significant changes that have distorted their initial aspect, and the main objective of this proposal is to refer these gardens to the character and essence of their initial composition in the sense of its layout, vegetation and structural elements and with respect to its functional, symbolic and spiritual character, so that the place is perpetuated in such a way as to respond to new requirements that respect the true essence of the space.

This thesis is intended to help highlight the meaning and importance of these medieval enclosed gardens as cultural and landscape heritage, thus it is required to study and understand the essence of the original space, learning its history, both towards its physical nature and its cultural meaning, that comprehends its aesthetic, historical, social, symbolic and spiritual value.

Palavras chave: Monastery of São Dinis de Odivelas, Medieval cloisters, Cistercian Order, *Hortus conclusus*, Flora.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
ÍNDICE DE FIGURAS	vi
ÍNDICE DE TABELAS	xi
ÍNDICE DE PEÇAS DESENHADAS.....	xii
INTRODUÇÃO	1
ENQUADRAMENTO GERAL.....	1
OBJECTIVOS	1
METODOLOGIA	2
I : MONAQUISMO NA IDADE MÉDIA	4
I.1 : ORDEM DE SÃO BENTO.....	5
I.2 : A ORDEM DE CLUNY.....	7
I.3 : A REFORMA DE CISTER.....	8
I.3.1 : ORDEM DE CISTER NO CONTEXTO CONSTRUTIVO	9
I.3.2 : A RELAÇÃO DE CISTER COM A ÁGUA	12
I.3.3 : AS ORIGENS DA ORDEM DE CISTER EM PORTUGAL	17
I.3.4 : MONAQUISMO FEMININO.....	20
II : O MOSTEIRO DE SÃO DINIS DE ODIVELAS – CONTEXTUALIZAÇÃO	22
II.1 : LOCALIZAÇÃO	22
II.2 : IMPLANTAÇÃO	26
II.3 : CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	27
II.3.1 DOM DINIS, O FUNDADOR.....	27
II.3.2 CRONOLOGIA HISTÓRICA: SÉCULOS XIII-XVI	30
II.3.3 : CRONOLOGIA HISTÓRICA: SÉCULOS XVII-XVIII	35
II.3.4 : CRONOLOGIA HISTÓRICA : SÉCULOS XIX-XX	39
II.4 : O SISTEMA HIDRÁULICO DO MOSTEIRO	43
II.5 : OS CLAUSTROS	47
II.5.1 : O CLAUSTRO NOVO.....	47
II.5.2 : O CLAUSTRO DA MOURA.....	52
III : O JARDIM MEDIEVAL	55
III.1 : JARDIM DO ÉDEN.....	55
III.2 : A BUSCA PELO PARAÍSO PERDIDO.....	56
III.2.1 : <i>HORTUS DELICARUM</i>	58
III.2.2 : <i>HORTUS CONCLUSUS</i>	59
III.3 : VEGETAÇÃO DOS JARDINS MONACAIS MEDIEVOS	62
III.3.1 : A ALIMENTAÇÃO NA IDADE MÉDIA	62
III.3.2 : MEDICINA NA IDADE MÉDIA.....	63
III.3.3 : ICONOGRAFIA NO CONTEXTO DOS JARDINS MEDIEVAIS	66
IV.1: ANÁLISE DO ESPAÇO.....	74
IV.1.1 : CLAUSTRO PRINCIPAL.....	74
IV.1.2 : CLAUSTRO DA MOURA	74
IV.2 : PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	75
IV.2.2 : CLAUSTRO DA MOURA	79
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	80

BIBLIOGRAFIA E FONTES:	81
ANEXOS –PEÇAS DESENHADAS	a

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: Plano de St. Gallen, séc IX, Biblioteca da Abadia de St. Gallen, Suíça (Stiftsbibliothek Sankt Gallen, Ms. 1092) – P. 5

FIGURA 2: Plano de St. Gallen, versão moderna. Autor desconhecido. – P. 5

FIGURA 3: Alcobaça, abadia cisterciense. Obras de ordenamento hidráulico. Desenho de Virgolino Jorge. Fonte: FERREIRA, Virgolino Jorge – *Os Cistercienses e a água*. Coimbra: Faculdade de Letras da Faculdade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social. Revista Portuguesa de História 43, 2012. – P. 13

FIGURA 4: Abadia cisterciense medieval - Planta-tipo. Desenho de Virgolino Jorge. Fonte: FERREIRA, Virgolino Jorge – *Os Cistercienses e a água*. Coimbra: Faculdade de Letras da Faculdade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social. Revista Portuguesa de História 43, 2012. – P. 14

FIGURA 5: Fundações e filiações da Ordem de Cister em Portugal desde a fundação da Abadia de Cister e suas quatro Abadias primogénitas. Fonte: MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Os coutos de Alcobaça: das Origens ao séc. XVI*. (...), p. 116. – P. 19

FIGURA 6: Extrato da Carta Militar 1930-36.

O rio da Costa era navegável até à Póvoa de Santo Adrião, onde havia um ancoradouro, e pensa-se que poderia ser navegável até ao Porto da Paiã.

Fonte: *Análise Urbana – Odivelas. De Aldeia a Centro Histórico da Cidade*. CIAAM, Rogério Vieira de Almeida, Vítor Durão. – P. 22

FIGURA 7: Extrato da Carta Chorographica dos terrenos em volta de Lisboa... a vermelho assinala-se Odivelas; na meia encosta, a verde, assinala-se Caneças e Monte Mor; a azul assinala-se o Paço do Lumiar, Carnide, Paiã e Pombais; a laranja assinala-se Lisboa, Lumiar, Póvoa de Santo Adrião, Frielas e Loures. Fonte: *Análise Urbana – Odivelas. De Aldeia a Centro Histórico da Cidade*. CIAAM, Rogério Vieira de Almeida, Vítor Durão. – P. 23

FIGURA 8: Inscrição na Rua Maj. Caldas Xavier, Odivelas, 2018. Fonte: Autora – P. 23

FIGURA 9: Extrato da gravura: PROSPCT VONDER GEGEND BEY LISABONA, séc XVII-XVIII. Nesta gravura Odivelas está designada de Olivides e está desenhada junto a Loures. Assinalada por um círculo vermelho.

Extraído e adaptado de: *Análise Urbana – Odivelas. De Aldeia a Centro Histórico da Cidade*. CIAAM, Rogério Vieira de Almeida, Vítor Durão. – P. 25

FIGURA 10: Extrato da Carta Topográfica do termo de Lisboa... Odivelas está assinalada com um círculo vermelho. Fonte: *Análise Urbana – Odivelas. De Aldeia a Centro Histórico da Cidade*. CIAAM, Rogério Vieira de Almeida, Vítor Durão. – P. 25

FIGURA 11: Túmulo de D. Dinis, Mosteiro S. Dinis de Odivelas. Fonte: Autora – P. 31

FIGURA 12: Figura 12: Pé do túmulo de D. Dinis, Mosteiro S. Dinis de Odivelas. Fonte: Autora – P. 31

FIGURA 13: Planta do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, feita por Borges Figueiredo, 1887. Fonte: TOMÉ, Manuel Justino – *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas (...)* Tese Mestrado apresentada à Universidade de Évora. – P. 41

FIGURA 14: Esboço dos terrenos do mosteiro, de 1892, rede de abastecimento geral de águas e rede principal de saneamento.

Fonte: *Análise Urbana – Odivelas. De Aldeia a Centro Histórico da Cidade*. CIAAM, Rogério Vieira de Almeida, Vítor Durão. – P. 43

FIGURA 15: Desenho de reconstituição do território da região de Odivelas. Topografia e rede hidrográfica.

Fonte: *Análise Urbana – Odivelas. De Aldeia a Centro Histórico da Cidade*. CIAAM, Rogério Vieira de Almeida, Vítor Durão. – P. 44

FIGURA 16: Odivelas, fotografia aérea. Assinalados estão o mosteiro, a Mãe-d'água do Calçado, a Arroja, a Ribeira de Caneças, a levada, a nascente do Casal Ventoso e o dique.

Fonte: TOMÉ, Manuela Justino; MONTEIRO, Maria Filomena; CORNACHO, Maria da Graça; JORGE, Virgolino Ferreira – *Aspectos da Hidráulica do Mosteiro Cisterciense de São Dinis de Odivelas* in Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e

Moderna, (Convento da Arrábida, 15-17 de Novembro de 1993), Hidráulica Monástica Medieval e Moderna. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.– P. 44

FIGURA 17: Desenho de reconstituição. O desenho das redes principais de fornecimento de água e a rede principal de esgoto que estavam implementados ao serviço do mosteiro.

Fonte: *Análise Urbana – Odivelas. De Aldeia a Centro Histórico da Cidade*. CIAAM, Rogério Vieira de Almeida, Vítor Durão. – P. 44

FIGURA 18: Nascente do Casal Ventoso, Odivelas. Fonte: TOMÉ, Manuela Justino; MONTEIRO, Maria Filomena; CORNACHO, Maria da Graça; JORGE, Virgolino Ferreira – *Aspectos da Hidráulica do Mosteiro Cisterciense de São Dinis de Odivelas* in Actas so Sinópsio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna, (Convento da Arrábida, 15-17 de Novembro de 1993), Hidráulica Monástica Medieval e Moderna. Lisboa: Fundação Oriente, 1996. – P. 45

FIGURA 19: Corredor da mina do Casal Ventoso, Odivelas. Fonte: JORGE, Virgolino Ferreira – *Os Cistercienses e a Água*. Revista Portuguesa de História Nº 43. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013 - P. 45

FIGURA 20: Arroja, aspecto da levada.

Fonte: TOMÉ, Manuela Justino; MONTEIRO, Maria Filomena; CORNACHO, Maria da Graça; JORGE, Virgolino Ferreira – *Aspectos da Hidráulica do Mosteiro Cisterciense de São Dinis de Odivelas* in Actas so Sinópsio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna, (Convento da Arrábida, 15-17 de Novembro de 1993), Hidráulica Monástica Medieval e Moderna. Lisboa: Fundação Oriente, 1996 – P. 45

FIGURA 21: Claustro da Leitura do Claustro Principal do Mosteiro de São Dinis de Odivelas. Fonte: Autora. – P. 48

FIGURA 22: Banco do Claustro da Leitura do Claustro Principal do Mosteiro de São Dinis de Odivelas. Fonte: Autora.– P. 48

FIGURA 23: Lambris de azulejo do Claustro Principal do Mosteiro de São Dinis de Odivelas. Fonte: Autora – P. 51

FIGURA 24: Porta manuelina de acesso à igreja do Claustro Principal do Mosteiro de São Dinis de Odivelas. Fonte: Autora – P. 51

FIGURA 25: Gravações das sepulturas no pavimento do Claustro Principal do Mosteiro de São Dinis de Odivelas. Fonte: Autora – P. 51

FIGURA 26: Claustro da Moura. Fonte: Autora. – P. 54

FIGURA 27: Ala do Claustro Moura. Fonte: Autora – P. 54

FIGURA 28: Capitéis do Claustro Moura. Fonte: Autora – P. 54

FIGURA 29: Fonte do Claustro Moura. Fonte: Autora – P. 54

FIGURA 30: *Adão e Eva no jardim de Éden*. Fonte: Hours de Catarina de Cleves, em latim, iluminada pela mestre de Catarina de Cleves, Utrecht, Holanda, c. 1440, Loc. Morgan Library Museum, Nova Iorque, MS M.917. – P. 55

FIGURA 31: *O jardim das Delícias Terrenas*, Bosch Hieronymus, 1503, óleo sobre madeira, 220 x 389 cm, Museu do Prado, Madrid. – P. 58

FIGURA 32: Representação da Virgem Maria e Santos num hortus conclusus medieval. *Pequeno jardim do paraíso*, Autor desconhecido, ca. 1410-1420, pintura a óleo sobre madeira de carvalho, 26,3x33,4 cm. FRANKFURT, Stadel Museum.- P. 60

FIGURA 33: *A Virgem entrega o Rosário a S. Domingos*, António André (c. 1580-c.1654), cerca de 1620-1625, pintura a óleo sobre tela, 52x52 cm. ACVEIRO, Museu de Aveiro, Inv. 85/A. – P.67

FIGURA 34: Sinalização dos espaços relevantes ao entendimento das espécies utilizadas nos jardins dos claustros do Mosteiro de São Dinis de Odivelas. Estão assinaladas as cozinhas e a botica, assim como dos altares e capelas presentes no mosteiro.

Extraído e adaptado de Planta do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, feita por Borges Figueiredo, 1887. – P. 69

FIGURA 35: *Adoração do Cordeiro Místico* (completado 1432) do Retábulo de Gand, de Hubert van Eyck (c.1385-1390-1426, flamengo) e de Jan van Eyck (c. 1380/90-1441, flamengo). – P. 70

FIGURA 36: *Santo António e o Menino*, Josefa Ayala e Cabrera (“Josefa de Óbidos”, 1630-1684), cerca de 1676, pintura a óleo sobre cobre, 4,9x4,9 cm. Coleção Privada. – P. 70

FIGURA 37: *Virgem e o Menino*, Santa Ana, São Joaquim e D. Joana d’Eça como Doadora (c.1550-1560), mestre desconhecido, óleo sobre madeira de carvalho, 165x172,5 cm. Proveniência: Transferência do Convento da Esperança (Lisboa). MNAA, Lisboa, Inv. 1072. –P. 71

FIGURA 38: *São Jerónimo, Santo António e São Dinis*, Diogo de Contreiras (1524-1563), 1544, pintura a óleo sobre madeira, 47x203 cm. Transferência: Biblioteca Pública de Évora. Proveniência: retábulo da capela-mor da Igreja do Mosteiro de São Bento de Cástris, Évora. –P. 71

FIGURA 39: *Virgem com o Menino e a Visão da Cruz*, Bento Coelho (1620-1708), cerca de 1695, pintura a óleo sobre tela, 221x227 cm. LISBOA, Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Gestão. –P. 71

FIGURA 40: *A Virgem e o Menino numa Cercadura de Flores*, Josefa de Ayala e Cabrera (“Josefa Óbidos”, 1630-1684), cerca de 1670, pintura a óleo sobre tela, 84x112 cm, não assinalada. Coleção privada. –P. 72

FIGURA 41: *Anunciação*, Baltazar Gomes Figueira (1604-1674), cerca de 1634-1640, pintura a óleo sobre tela. COIMBRA, Igreja da Graça –P. 72

FIGURA 42: *Imaculada Conceição*, Baltazar Gomes Figueira (1604-1674), cerca de 1640, pintura a óleo sobre tela, 160x96,5 cm. ALCOBAÇA, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca. –P. 72

FIGURA 43: *Santa Isabel e o milagre das rosas em Alenquer*, Bento Coelho (1620-1708), cerca de 1670-1680, pintura a óleo sobre tela, 80x120 cm. SALVATERRA DE MAGOS, Igreja Matriz. –P. 73

FIGURA 44: *Aparição da Virgem a São Bernardo*, Josefa de Ayala e Cabrera (“Josefa de Óbidos”, 1630-1684), cerca de 1660-1670, pintura a óleo sobre tela, 112,5x78cm, não assinada. COIMBRA, Museu Nacional de Machado de Castro –P. 73

FIGURA 45: *A Virgem, São Benedito e São Bernardo*, Josefa de Ayala e Cabrera (“Josefa de Óbidos”, 1630-1684), cerca de 1670-1675, pintura a óleo sobre cobre, 20x24cm, assinado “Josepha Obidos”. Coleção Privada. –P. 73

FIGURA 46: Montagem de fotografias do jardim do Claustro Principal, 2018. Fonte: Autora – P. 74

FIGURA 47: Montagem de fotografias do jardim do Claustro da Moura, 2018. Fonte: Autora – P. 75

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: Os três ciclos fundamentais, que estão na génese da consolidação da Ordem de Cister em Portugal, e os seus mosteiros correspondentes.

Fonte: MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Os coutos de Alcobaça: das Origens ao séc. XVI*. Coleção Estudos nº 24: “Estudos da origem da Ordem de Cister em Portugal”. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 116. – P. 19

ÍNDICE DE PEÇAS DESENHADAS

PEÇA 1: Evolução do traçado do Mosteiro de São Dinis de Odivelas, escala 1:2500

PEÇA 2: Planta de Diagnóstico, escala 1:800

PEÇA 3: Plano Diretor de Restauro do Claustro da Moura, escala 1:150

PEÇA 4: Plano Geral do Claustro da Moura, escala 1:150

PEÇA 5: Plano de Plantação de Árvores do Claustro da Moura, escala 1:150

PEÇA 6: Plano de Plantação de Herbáceas e Arbustos do Claustro da Moura, escala 1:150

PEÇA 7: Plano de Floração Durante o Verão do Claustro da Moura, escala 1:150

PEÇA 8: Plano de Pavimentos do Claustro da Moura, escala 1:150

PEÇA 9: Plano Diretor de Restauro do Claustro Principal, escala 1:150

PEÇA 10: Plano Geral do Claustro Principal, escala 1:150

PEÇA 11: Plano de Plantação de Herbáceas e Arbustos do Claustro Principal, escala 1:150

PEÇA 12: Plano de Plantação de Árvores do Claustro Principal, escala 1:150

PEÇA 13: Plano de Pavimentos do Claustro Principal, escala 1:150

INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO GERAL

Este trabalho, realizado no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista, visa potenciar o valor do património paisagístico dos jardins monásticos, mais precisamente do referente aos jardins dos claustros do Mosteiro de São Dinis de Odivelas.

Os jardins monásticos são espaços de clausura, que pretendem uma reflexão interior e um distanciamento do mundo exterior, na procura da paz e da luz divina. Estes jardins eram criados à imagem do jardim de Éden, o paraíso perdido, sendo que o *hortus conclusus* era a imagem do jardim ideal, pedaço de céu na terra, que servia de meio de ligação entre a terra e o divino.

A escolha do mosteiro de São Dinis de Odivelas como caso de estudo surgiu devido à sua importância como Património Histórico e também devido ao seu estado atual, de transição entre o domínio militar e o domínio do Estado, que o deixou sem manutenção e sem utilização e que surgiu como oportunidade para a realização de um trabalho na área dos jardins históricos ligados a espaços monásticos, um património muitas vezes subestimado e que tantas vezes sofre desvirtuamento ou omissão.

Com este trabalho pretende-se restaurar a verdadeira essência dos jardins em relação à sua essência primitiva e ao seu propósito original, respeitando o seu carácter místico e divino.

OBJECTIVOS

O estudo da Ordem de Cister pretende o entendimento da paisagem monástica e da relação dos monges com os claustros dos mosteiros, na forma como pautavam a sua vida e lhes ofereciam uma janela de comunicação com o divino. É necessário compreender o estilo de vida, alimentação e a medicina da época porque estes jardins, a par do seu carácter espiritual, serviam também o objectivo funcional de prover medicamentos para as boticas e espécies aromáticas e culinárias que eram utilizadas na preparação de refeições.

A par da investigação do carácter funcional do espaço, foi realizada uma análise do seu carácter espiritual e simbólico, que consistiu na consulta de trabalhos de referência que analisam iluminuras das épocas medieval e renascentista, de forma a perceber a flora utilizada nas iluminuras e o respectivo significado iconográfico.

A partir da recolha da informação conseguida pretende-se a elaboração de uma proposta de recuperação da flora dos jardins dos claustros do Mosteiro de São Dinis de

Odivelas, relevando o seu carácter funcional e espiritual. Como consequência o objectivo é a contribuição para a criação de um espaço que possa ser de novo vivido e experienciado, agora pelo visitante, que poderá experienciar a verdadeira essência dos *hortus conclusus* monásticos medievais e aprender sobre a essência dos jardins monásticos da Ordem de Cister.

METODOLOGIA

Em primeira instância é elaborado um estudo sobre o monaquismo medieval que se foca no monaquismo relacionado com a Ordem de Cister, no que respeita as suas origens, os seus princípios e a sua relação com a paisagem. Procura-se também compreender a história e evolução do Mosteiro de São Dinis de Odivelas e é analisada com especial relevância a história dos seus claustros.

De seguida é levado a cabo um estudo sobre os jardins medievais com especial incidência sobre os *hortus conclusus* monásticos, no que diz respeito à sua função e simbolismo.

A síntese desta análise resulta na compreensão da relação das comunidades de Cister com os *hortus conclusus*, que remete para a análise da medicina e alimentação da época e também do significado simbólico e espiritual dos jardins dos claustros e da vegetação que os compunha.

Esta síntese resulta numa proposta de recuperação da flora dos jardins dos claustros do Mosteiro de São Dinis de Odivelas, que os pretende remeter ao seu carácter original, respeitando seu significado cultural, funcional, histórico, espiritual e simbólico.

Esta Dissertação de Mestrado está estruturada da seguinte forma:

Capítulo I: Neste capítulo é abordada a Ordem de Cister, no que diz respeito às suas origens, aos seus princípios e a forma como estes influenciaram a vida monástica e a sua forma de tratar a paisagem.

Capítulo II: Aqui é feito um estudo sobre o Mosteiro de São Dinis de Odivelas, em relação à sua origem, inserção no território e evolução ao longo do tempo, que nos esclarece em relação às várias intempéries que sofreu e que justificaram a alteração da sua morfologia inicial.

Capítulo III: No terceiro capítulo é feita a análise dos jardins medievais e mais especificamente do *hortus conclusus* monacais no que diz respeito à sua função, essência e simbologia.

Capítulo IV: Por fim, e com base em toda a informação recolhida até este ponto, é apresentada uma proposta de recuperação da flora dos jardins dos claustros do mosteiro que pretende enaltecer os seus valores e respeitar a identidade primordial do lugar.

I : MONAQUISMO NA IDADE MÉDIA

O monaquismo surge como consequência de uma das mais profundas aspirações do Homem: a busca da perfeição. Esta procura compreende uma viagem espiritual que só é possível com o *contempus mundi*¹, que se traduz pela fuga do mundo para procurar uma união com Deus. Monge, do grego *monakhos*, significa solitário, e designa aqueles que escolhem a solidão como forma de aproximação a Deus. Durante os primeiros séculos do cristianismo distinguem-se dois tipos de monges: os anacoretas (do grego *anachoresis* que significa partida) ou eremitas (do grego *éremos*, que significa deserto ermo), sendo que ambas as designações se referem religiosos que se retiravam em solidão, e os cenobitas (do grego *koinos*, que significa comum, e *bios*, que significa vida), que eram monges que viviam à margem da sociedade mas numa comunidade.²

O monaquismo conhece as suas origens no Oriente, a partir de São Paulo e Santo Antão, que entre o séc. III e o séc. IV abandonaram a cidade para procurar refúgio nos desertos do Egito e da Síria. A estes se juntaram outros que criaram os primeiros mosteiros nas margens do rio Nilo e na Síria, que passaram a constituir o berço do monaquismo ocidental. Os primeiros monges foram eremitas ou anacoretas, que não estavam vinculados a nenhuma Regra, e que depois se agruparam em comunidades tornando-se cenobitas sob controlo de um abade (do arménio *abbas*, que significa pai).³

No início da Idade Média, o Monaquismo Ocidental revela-se sob duas formas essenciais: a Forma Irlandesa, desenvolvida por S. Patrício; e a Forma Romana, desenvolvida por S. Bento de Núrsia e por Gregório Magno.⁴ Esta última é aprofundada no subcapítulo seguinte porque constitui o ponto de partida para compreender a Ordem de Cister, à qual está vinculado o mosteiro de S. Dinis de Odivelas.

¹ DIAS, Geraldo Coelho – *Religião e Simbólica, O Sonho da Escada de Jacob*. Porto: Granito Editores, 2001, p. 239.

² MARTINS, Ana Maria Tavares Ferreira - *As arquiteturas de Cister em Portugal. A atualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Sevilha. Sevilha: Universidade de Sevilha, Departamento de História, Teoria e Composição Arquitetónicas, 2001, p. 41.

³ *Idem, ibidem*, pp. 42, 43.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 44.

I.1 : ORDEM DE SÃO BENTO

São Bento (480-547) nasceu em Núrsia, no seio de uma família nobre. Ainda novo foi estudar para Roma, onde procurou uma vida de quietude que não conseguiu encontrar. Acabou por deixar a cidade para se refugiar e viver em solidão num local remoto, chamado Sublaco, onde encontrou um monge de nome Romano, que lhe lançou o hábito monacal e o visitava ocasionalmente para lhe dar mantimentos. Esteve durante três anos sozinho neste lugar ermo a conversar com Deus e a aperfeiçoar a abstinência e a quietação de espírito. Resistiu a várias tentações que cruzaram o seu caminho e a sua determinação tornou-o conhecido não só em Roma mas na maior parte do país, provocando a curiosidade de vários monges e eremitas que, surpreendidos pelas provações de guerras espirituais a que São Bento se tinha submetido, vieram ter com ele em tal número que este se viu obrigado a fundar um mosteiro no Monte Cassino, por volta de 529, para os albergar a todos. Ali viveu 34 anos e foi lá escreveu a sua Regra, que se tornou uma das maiores e mais prestigiadas regras monásticas do mundo. Faleceu a 22 de Março de 589, com 62 anos.⁵

A Regra de São Bento conta com 73 capítulos e tornou-se o principal código normativo monástico do ocidente europeu. É um texto de carácter espiritual que foi um critério dinamizador de cultura porque, para além de guia espiritual, serviu também de guia para a construção de abadias e mosteiros.⁶

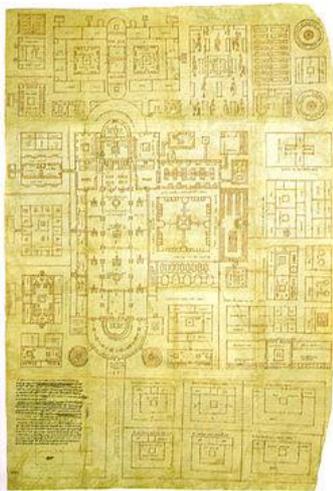


Figura 1: Plano de St. Gallen, séc IX, Biblioteca da Abadia de St. Gallen, Suíça (Stiftsbibliothek Sankt Gallen, Ms. 1092). Planta mais antiga que se conhece de uma abadia beneditina.

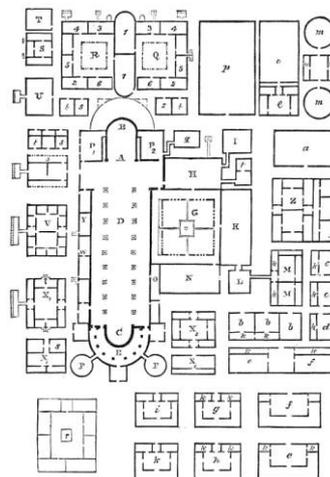


Figura 2: Plano de St. Gallen, versão moderna. Autor desconhecido

⁵ *Idem, ibidem*, pp.1-4.

⁶ DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho - *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: Espírito, alma e corpo*. Porto: CITEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”: Afrontamento, 2011, pp. 10-16, 55.

Define-se por valores base que determinam que os monges devem abandonar os laços que os ligavam à sociedade feudal e buscar uma vida que assentasse na pobreza, simplicidade, trabalho manual e caridade.⁷ As comunidades devem viver em residência fixa - *stabilitas loci* - , sendo imperativo que estejam aprovisionadas com meios próprios que garantam a sua sobrevivência sem que seja necessária uma ligação e dependência do mundo exterior. De acordo com as palavras dos versículos 6-7 do capítulo LXVI da Regra, tal ausência “*não convém nada à sua alma*” pelo que “*se for possível, o mosteiro será construído de maneira que se encontrem no seu interior todas as coisas necessárias, isto é, a água, o moinho, o pomar, e que aí se possam exercer os diversos ofícios*”.^{8,9}

Centra-se no trabalho manual, em particular dos campos, no sentido em que pretende criar comunidades autónomas e adaptadas a situações de dificuldade económica, e é estipulada por vários parâmetros determinantes, entre os quais: o tempo dos monges deve ser repartido entre o trabalho manual, o trabalho intelectual e a oração; os monges devem viver em clausura perpétua; devem respeitar o silêncio; as abadias devem ser isoladas e os edifícios modestos e pouco ornamentados; os religiosos devem dormir no chão e alimentar-se de meio quilo de pão e dois pratos de legumes, excluindo a carne, o peixe e os lacticínios.¹⁰

Caracteriza-se por ser uma Regra equilibrada, moderada e maleável, que ativou por meio da sua comunidade o espírito cultural daquele tempo no que diz respeito às suas iniciativas artísticas e arquitectónicas.¹¹ Procura limitar as exigências ascéticas ao mínimo e estabelecer um itinerário espiritual ao invés de um código jurídico, pelo que a cada indivíduo e a cada comunidade resta uma boa margem de liberdade de interpretação. Por consequência, os mosteiros beneditinos nunca constituíram uma ordem unificada, o que lhes permitiu, ao longo do decorrer dos séculos, adaptar-se às condições particulares de cada país e de cada época.¹²

Foi com a influência do Papa Gregório Magno que o monaquismo beneditino conseguiu um grande impulso. O Papa, que foi antes um monge beneditino, escreveu a biografia de S. Bento, por volta do ano 600, que foi difundida por toda a Europa Cristã e originou o progressivo incremento das fundações de S. Bento. Esta Ordem acabou por dar

⁷ MARTINS, Ana Maria Tavares Ferreira – *Op. cit.*, p. 49.

⁸ Citado e traduzido da *Règle de Saint Benoît*, Rochefort, Abadia de São Remy, 1980, p. 181.

⁹ FERREIRA, Virgolino Jorge – *Os Cistercienses e a água*. Coimbra: Faculdade de Letras da Faculdade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 2018, pp. 39, 40.

¹⁰ VAZ, Maria Máxima – *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*. Lisboa: Junta de Freguesia de Odivelas, 1997, p. 11.

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 56.

¹² BERLIOZ, Jaques - *Monges e Religiosos na Idade Média*. Paris: Société d'Éditions Scientifiques, 1994, p. 27.

origem a duas importantes reformas: a de Cluny, no século X, e a de Cister, no século XI, que serão abordadas nos capítulos seguintes.¹³

I.2 : A ORDEM DE CLUNY

Guilherme III, duque da Aquitânia e Conde de Macôn fundou, numa propriedade que tinha em Borgonha, o Mosteiro de Cluny a 11 de Novembro de 910. Este mosteiro regia-se pela Regra de São Bento e divide-se entre o trabalho da terra e a oração. Através da sua devoção ao rigor da Regra beneditina, os monges cluniacenses fizeram dela um exemplo a ser seguido por todos os outros mosteiros.¹⁴

Todavia, com o passar dos anos, Cluny acaba por se afastar das ideias de pobreza e imaterialismo e torna-se rica e ostensiva, aceitando dádivas em dinheiro em troca de bens pela alma e sufrágios pelos mortos. Apesar de estar isenta da obrigação de contribuições para despesas militares do imperador e dos governantes, exigidas a outros monges, Cluny não era uma instituição antifeudalista. Estes monges recebiam ajudas preciosas do sistema feudal, para além de que os religiosos recrutados eram quase todos oriundos de famílias nobres e feudais, e era promovida uma espiritualidade laica e mentalidade do tipo senhorial, com pouco interesse e quase desdém pelo trabalho manual.¹⁵

As abadias cluniacenses formavam uma grande família monástica cujas filiais deviam seguir as ordens da Abadia Mãe. À medida que multiplicava mosteiros, Cluny alastrou a arte e arquitetura românicas, que se foram espalhando pela Europa, entre o século X e o século XIII. Estes religiosos primavam nas esculturas dos claustros e no adorno das portas com decoração vegetalista e historiada e com o ideal da fé cristã “*para que em tudo Deus seja glorificado*”, fizeram da arte românica um laboratório de arquitetura e um mostruário de beleza.¹⁶

¹³ MARTINS, Ana Maria Tavares Ferreira - *Op. cit.*, p. 51.

¹⁴ MARTINS, Ana Maria Tavares Ferreira - *Op. cit.*, p. 53.

¹⁵ DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho - *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: Espírito, alma e corpo*. Porto: CITEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”: Afrontamento, 2011, pp. 125-126.

¹⁶ DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho - *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: Espírito, alma e corpo*. Porto: CITEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”: Afrontamento, 2011, p. 128.

I.3 : A REFORMA DE CISTER

Em 1098 deu-se uma cisão na Ordem beneditina porque muitos elementos do clero não concordavam com o desvio dos seus ideais, que foram esquecidos pela reforma de Cluny para dar lugar à opulência e ao luxo. Cister acabou por se tornar uma nova forma de monaquismo quando três monges rebeldes: Roberto de Molesme, Alberico e Estevão Harding, partiram de Molesme e foram, com outros companheiros, para os matagais de Cister à procura de conciliar o ideal de pobreza, vida eremítica e pregação com a Regra de São Bento. Foi assim que fundaram o Mosteiro de Molino, propondo-se a simplificar o teor de Cluny e valorizando a pobreza, a austeridade e o trabalho.^{17 18 19}

Durante quatro anos os monges viveram de acordo com a Regra de S. Bento mas numa comunhão profunda com a oração e o trabalho da terra, até que um dia este testemunho de vida chegou aos ouvidos de um jovem de nome Bernardo, proveniente de uma nobre família borgonhesa, que se juntou a estes cenobitas em 1113, acompanhado por outros 30 monges. Foi este jovem que reformulou a Regra ao escrever o texto legislativo *Cartas caritatis* (1119), dando assim origem à Regra de Cister, que tem por lema “*ora labora*” (trabalho e oração).²⁰

Dois anos depois da sua chegada a Cister, S. Bernardo fundou o mosteiro de Claraval, onde foi abade durante dez anos e estabeleceu esta Regra rigorosa. Com S. Bernardo o monaquismo reassumiu a sua verdadeira ascética, onde a ostentação não tem lugar. A Ordem cresceu e distinguiu-se de Cluny, em primeira instância, por serem usados hábitos brancos em vez do hábito preto. Abandonaram vários ofícios juntados pelos monges negros e aceitavam apenas adultos nos seus mosteiros por acreditarem que a vida monástica exige responsabilidade e maturidade. Os monges brancos não viviam de doações em dinheiro mas sim do trabalho manual e a sua dieta era muito limitada. Decidiram-se pelo trabalho da agricultura e pecuária, criando um sistema de granjas ou explorações agrícolas, que por sua vez levou a que fosse desenvolvida, em 1116, a instituição dos conversos, que era constituída por leigos afectos aos serviços mais pesados. As suas abadias formavam uma federação de casas autónomas e independentes, cada uma regida pelo seu próprio

¹⁷ DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho - *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: Espírito, alma e corpo*. Porto: CITEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”: Afrontamento, 2011, pp.129-130.

¹⁸ BORGES, Júlio António - *O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar e os Monges de Cister*. Edição da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, 1997, pp. 25-29.

¹⁹ BRITO, Bernardo de – *Primeyra parte da Chronica de Cister*. Lisboa, 1602, p. 6.

²⁰ BORGES, Júlio António - *Op. cit*, pp. 25-29.

abade, que tinha voz no Capítulo Geral, e que estavam afiliadas a cinco grandes Abadias Mãe: Cister, La Ferté, Morimond, Claraval e Pontigny.²¹

S. Bernardo desprezava tudo o que fosse contra a sobriedade e a humildade e não se inibiu de censurar a opulência dos monges da Ordem de Cluny em *Apologia ad Guillelmum abbatem*²², onde critica afincadamente os sumptuosos templos que distraem a atenção dos crentes em vez de lhes proporcionarem lugares de contemplação, tópico que será aprofundado no subcapítulo que se segue.²³

Com a ação de Bernardo de Claraval (1090-1153), os cistercienses adquiriram um estatuto de relevo no monaquismo da Igreja católica.²⁴ Como reformador de Ordens monásticas, tornou conhecida e respeitada a Ordem de Cister e restaurou o prestígio da Regra de São Bento.²⁵ O monge faleceu a 20 de Agosto do ano de 1153, com 53 anos de idade e com 163 mosteiros fundados por toda a Europa.

No século XVIII já se manifestavam grandes sintomas de decadência da Ordem, que se vieram a precipitar com as invasões francesas e as lutas liberais, o que culminou com a sua extinção em 1834.²⁶

I. 3.1 : ORDEM DE CISTER NO CONTEXTO CONSTRUTIVO

Do ponto de vista artístico, Cister promoveu fortemente a arte gótica. Não é que os monges brancos a tenham descoberto - uma vez que este estilo de arte e construção se iniciou por mão dos cluniacenses em *Saint Denis* -, mas porque se serviram do novo estilo que, na sua nudez e elevação para as alturas, favorecia a elevação da alma até Deus.

Os mosteiros cistercienses caracterizavam-se por uma austeridade de linhas e ornatos, despida de elementos decorativos supérfluos. As construções pautavam-se pelo rigor, sobriedade, austeridade.²⁷ Erguiam-se numa completa oposição à sumptuosidade e variedade de formas das decorações e imagens dos templos clunenses, vigorosamente criticados por S. Bernardo, como se pode constatar com o seguinte excerto de *Apologia a Guilherme de Saint-Thierry*: “(...) Mas que significam os vossos claustros, onde os religiosos fazem as suas leituras, estes monstros ridículos, estas horríveis belezas e estes belos

²¹ DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho - *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: Espírito, alma e corpo*. Porto: CITEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”: Afrontamento, 2011, pp. 130-132.

²² CLARAVAL, S. Bernardo – *Apologia a Guilherme de Saint-Thierry*. 1123-1125.

²³ BORGES, Júlio António – *Op. cit.*, 1997, p. 23.

²⁴ *Idem ibidem*, pp. 25-29.

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 7.

²⁶ VAZ, Maria Máxima – *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*. Lisboa: Junta de Freguesia de Odivelas, 1997, p. 14.

²⁷ BORGES, Júlio António - *Op cit.*, pp. 27-28.

horrores? Para quê, nestes lugares, estes macacos imundos, estes leões ferozes, estes centauros quiméricos, estes monstros semihomens, estes tigres matizados, estes soldados que combatem e estes caçadores com tombetas? Aqui vemos uma única cabeça para vários corpos ou um único corpo para várias cabeças: ali é um quadrúpede tendo na cauda uma serpente e mais afastado um peixe com cabeça de quadrúpede. Ali um mostro que é cavalo à frente e cabra por trás, ou que tem a cabeça de um animal com chifres e a traseira de um cavalo. Enfim, o número destas representações é tão grande e a diversidade tão encantadora que se prefere olhar estes mármores a ler nos manuscritos, e passar o dia a admirá-los em vez de meditar na lei de Deus (...) Grande Deus, se não têm vergonha de tamanhas frivolidades, deveriam ao menos lamentar o que elas custam”.²⁸

Como fica claro, apesar de terem sido os maiores calígrafos e iluminastes de pergaminhos da Idade Média, os monges cistercienses eram severamente contra a decoração dos edifícios e defendiam linhas sóbrias na arquitetura.²⁹ A Regra pretende uma organização clara, rigorosa e simples e a estruturação dos espaços está vinculada a uma estreita ligação com a Cosmologia. Tudo deve obedecer a regras geométricas, sem adornos supérfluos, e o tratamento da luz era um assunto da maior relevância, não só como forma de favorecer boa iluminação mas também porque o contraste entre o claro e o escuro privilegia a meditação e a contemplação.³⁰

Os espaços são quadrangulares (como ocorre com os claustros) ou rectangulares (como ocorre com a Casa do Capítulo) e o mosteiro deve assemelhar-se à “Cidade de Deus” no rigor, hierarquia e perfeição geométrica. Esta é uma cidade construída à semelhança do Céu e, tal como Deus criou a Terra em seis dias, descansando no sétimo, também a edificação destas construções se deve fazer em seis momentos, a partir da igreja, que é o núcleo central. O primeiro dia serve para benzer o terreno, no segundo o Abade coloca uma vara vertical no solo que representa a ligação entre o Céu e a Terra e cuja sombra vai determinar os eixos que orientam a catedral, no terceiro dia é elaborado o “quadrado do céu” ou orientação este-oeste, o quarto dia é dedicado ao “quadrado da terra”, no quinto dia inicia-se a construção de canteiros e no sexto é feita a consagração.

Para proceder à fundação de um convento era, na teoria, necessário que o abade se fizesse acompanhar de 60 monges, determinação que nem sempre foi aplicada no período de grande expansão da Ordem de Cister, e para que o mosteiro pudesse ser edificado, o

²⁸ APUD : MIRANDA, Adelaide – *Imagens do Mundo nos Manuscritos Alcobacenses*. O bestiário, Atas do “Congresso Internacional sobre S. Bernardo e o Císter en Galícia e Portugal”, Ourense, 1992, pp. 805-823.

²⁹ BORGES, Júlio António – *Op. cit.*, p. 7.

³⁰ DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho - *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: Espírito, alma e corpo*. Porto: CITEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”: Afrontamento, 2011, pp. 130-131.

Capítulo Geral exige que sejam cumpridas algumas condições que devem respeitar o cumprimento integral da Regra, sendo que só depois de confirmadas estas condições se fazia a sua homologação. Como tal, era nomeada uma comissão de abades experientes para fazer uma vistoria prévia ao local e avaliar a necessidade e oportunidade da sua fundação e se eram suficientes os meios económicos oferecidos. Confirmadas estas exigências o proprietário do terreno devia doá-lo por inteiro, para que herdeiros não o pudessem reivindicar.³¹

Na jornada para escolher o lugar ideal para a implantação de um mosteiro de Cister os religiosos deslocavam-se em grupos de um abade e doze monges. Este lugar deve ser afastado das povoações mais importantes, de forma a que os monges brancos não sejam tentados pelos mesmos males que tentaram os clunienses, de quem se haviam separado. A Ordem cisterciense rege-se pela procura do isolamento proporcionado por uma imersão num ambiente amplamente rural e é imperativa a proximidade de elementos naturais que possam garantir a subsistência da população habitante de forma a que não exista nenhum tipo de dependência de meios exteriores ao mosteiro.³² Esta autossuficiência permite a libertação de dependência com o mundo exterior e conseqüentemente o despojamento que está na génese da sua espiritualidade.³³

Os monges cistercienses procuravam nos locais de instalação das suas comunidades quadros naturais muito específicos e singulares, característica que distingue os contextos topográficos destas comunidades de outros da vida religiosa regular.³⁴ São selecionados locais próximos de linhas de água, com terras férteis, matérias primas *in situ* e boas condições edafo-climáticas, que assegurem a independência económica do mosteiro.

Em relação aos trabalhos de construção não existem instruções de trabalho ou indicações referentes a procedimentos técnicos prescritos pela Regra ou pelos Estatutos da Ordem. Eram antes utilizados métodos coevos de transmissão oral restrita dos saberes práticos adquiridos diretamente nos estaleiros das construções. A construção de estruturas prima a utilização de recursos naturais, encontrados no próprio local de implantação da obra, e a sua implantação obedece a critérios específicos. O padrão ao qual se vinculam de modo genérico os mosteiros da Ordem apresenta um complexo claustral implantado a sul da igreja, de forma a que seja conseguida uma maior insolação dos compartimentos residenciais e o aproveitamento máximo da luminosidade natural, uma boa proteção contra

³¹ *Idem, ibidem*, pp. 31-32.

³² FERREIRA, Virgolino Jorge – *Os Cistercienses e a água*. Coimbra: Faculdade de Letras da Faculdade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social. Revista Portuguesa de História 43, 2012, p. 40.

³³ BORGES, Júlio António - *O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar e os Monges de Cister*. Edição da Câmara Municipal da Figueira de Castelo Rodrigo, 1997, p. 32.

³⁴ FERREIRA, Virgolino Jorge – *Op. cit*, p. 40.

ventos, e a maximização os ganhos solares que combatem o desconforto da inércia térmica dos materiais de construção. Esta disposição é a eleita pela Ordem sempre que as condições hidrogeológicas o permitiam. Quando as condições hidrogeológicas não permitem a execução desta disposição, esta vai ser determinada consoante a pendente do terreno e a direção favorável do escoamento da linha de água, de forma a facilitar o desempenho eficiente da rede hidráulica.³⁵

O estabelecimento de mosteiros, principalmente aqueles mais afastados de nascentes e cursos de água ou em áreas de paul, obrigou a trabalhos muito elaborados para aludir o desvio de linhas de água, a regularização de caudais, o desassoreamento de rios, a construção de açudes, a abertura de levadas e a execução de sistema de enxugo e drenagem, assim como o abastecimento e evacuação das águas. No planeamento de um mosteiro era indispensável pensar a disposição dos edifícios de acordo com as infraestruturas hidráulicas intrínsecas.

I.3.2 : A RELAÇÃO DE CISTER COM A ÁGUA

A presença de água nos mosteiros de Cister é imperativa, antes de mais pelo seu simbolismo batismal e purificador, mas principalmente pela sua função prática.³⁶ A história das comunidades cistercienses medievais monásticas é uma história de relação estreita do homem com a água, posto que estas comunidades auferiram uma perícia indiscutível no aproveitamento dos seus usos económicos. Os mosteiros de Cister, para que pudessem operar em condições de higiene e sanidade apropriadas, dispunham de um sistema hidráulico coerente e tecnicamente eficiente na sua forma e traçado, desde a captação das águas potáveis ao seu transporte através da gravidade, armazenamento, distribuição e evacuação dos resíduos domésticos e pluviais. Até que o encanamento de água potável corrente estivesse conseguido através de mananciais próprios, as comunidades eram abastecidas através de adução manual por água extraída diretamente de cursos naturais a céu aberto, ou por meio de fontes ou poços.³⁷

Os monges necessitavam de aprovisionamento hídrico corrente e constante, para os usos potáveis e comuns, tanto no espaço de habitação como na periferia dos seus edifícios. A água servia para o consumo humano direto, para uso como fonte de energia, para a sua utilização nas áreas da saúde e higiene, para cocção, limpezas e lavagens domiciliárias,

³⁵ FERREIRA, Virgolino Jorge – *Op. cit.*, p. 40.

³⁶ CUNHA, João Alves da – *A multidisciplinaridade da arquitetura cisterciense: pistas para o estudo e salvaguarda da sua autenticidade*. Lusitana sacra, 2ª série, 17, 2005, p. 451.

³⁷ FERREIRA, Virgolino Jorge – *Op. cit.*, p. 36.

serviços litúrgicos, trabalhos de produção agrícola e piscícola, comunicações e transporte, consumo animal, etc.³⁸

As estruturas hidráulicas eram constituídas por dois sistemas independentes e que exigiam um nível de dificuldade técnica de execução diferente. Um dos sistemas garantia o aprovisionamento de água limpa em canalização fechada que abastecia o lavatório do claustro e os espaços necessitados de água potável. O outro sistema conduzia águas não potáveis que, juntamente com as águas poluídas (comuns e usadas) era utilizado para acionar diversos engenhos (moinhos, azenhas, pisões, noras, e outras oficinas mecânicas), para servir os viveiros piscícolas, irrigar os terrenos e para assegurar o transporte e expulsão dos resíduos domésticos.³⁹

A dependência de água implicou que os mosteiros estivessem sob ameaça constante de inundações, provocadas pelas torrentes do rio ou ribeiro próximos, por isso a generalidade dos complexos monacais situados à borda da água respeita o leito de cheias ou ergue-se sobre um aterrado ou plataforma artificial que os protege desses alagamentos, além de dificultar a ocorrência de humidade ascensional nas construções.⁴⁰

As comunidades femininas da ordem também procuraram a proximidade da água mas, uma vez que viviam num regime extremo de clausura, não exploravam diretamente as estruturas industriais, pelo que não dominavam o saber técnico da força hidráulica como potencial fonte de energia da mesma forma que seus congéneres masculinos.⁴¹

A perícia cisterciense no domínio da água manifestou-se de forma especialmente impressionante no estabelecimento dos mosteiros localizados em zonas mais afastadas de nascentes e de cursos de água ou em áreas de paul, que obrigavam à realização de trabalhos elaborados como o desvio de linhas de água, a regularização de caudais, o desassoreamento de rios, a construção de açudes, a abertura de levadas, a construção de aquedutos e a execução de sistemas de enxugo, entre outras operações.⁴²

Esta notabilidade no assunto da água foi decisiva para o alcance extenso e frutuoso das suas comunidades medievais. Estes testemunhos de engenharia hidráulica certificam o vasto repertório de saberes e técnicas construtivas caídas em desuso ou modificadas para dar lugar a equipamentos hidromecânicos. Os monges de Cister domesticaram a água, não só através da sua regulação assim como no que diz respeito ao seu transporte, armazenamento e gestão eficiente e racional. Este domínio do elemento permitiu o

³⁸ FERREIRA, Virgolino Jorge – *Os Cistercienses e a Água*. Lisboa, 2013, p. 11.

³⁹ *Idem ibidem*, p. 8.

⁴⁰ FERREIRA, Virgolino Jorge – *Os Cistercienses e a água*. Coimbra: Faculdade de Letras da Faculdade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social. Revista Portuguesa de História 43, 2012, pp. 38, 39.

⁴¹ FERREIRA, Virgolino Jorge – *Os Cistercienses e a Água*. Lisboa, 2013, p. 8.

⁴² *Idem, ibidem*, p. 39.

crescimento económico das comunidades e que os monges subsistissem do trabalho das suas mãos, como lhes é requerido.⁴³

As redes hidráulicas dos mosteiros medievais de Cister representam o nível mais avançado de requisitos de higiene daquela época, e é por esse motivo que as suas comunidades foram isentas das epidemias e outras doenças com origem na água, que assolavam o país. As comunidades de Cister foram promotoras do domínio das potencialidades da água e o seu carácter inventivo e explorador nasce de uma visão fértil e de uma compreensão de saberes técnicos de hidráulica aperfeiçoados com o tempo e difundidos pela comunidade religiosa. São alguns exemplos nacionais deste vasto saber hidráulico os mosteiros de Alcobaça, São João de Tarouca e o Mosteiro de São Dinis de Odivelas.

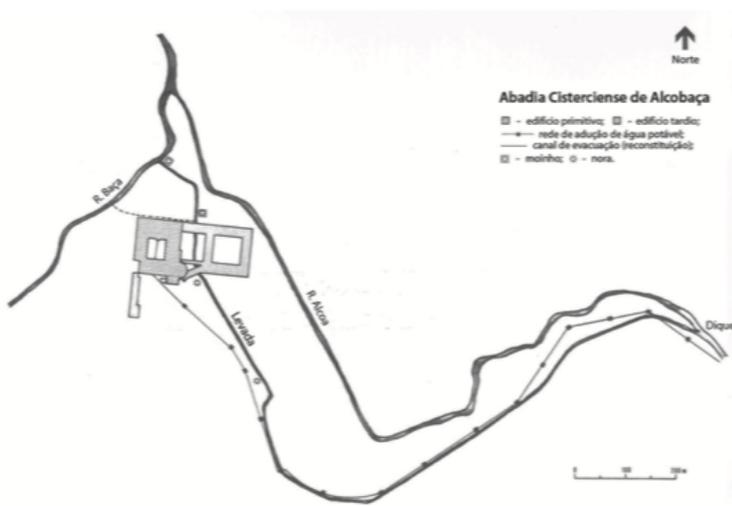


Figura 3 : Alcobaça, abadia cisterciense. Obras de ordenamento hidráulico. Desenho de Virgolino Jorge. Fonte: FERREIRA, Virgolino Jorge – *Os Cistercienses e a água*. Coimbra: Faculdade de Letras da Faculdade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social. Revista Portuguesa de História 43, 2012.



Figura 4: Abadia cisterciense medieval - Planta-tipo. Desenho de Virgolino Jorge. Fonte: FERREIRA, Virgolino Jorge – *Os Cistercienses e a água*. Coimbra: Faculdade de Letras da Faculdade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social. Revista Portuguesa de História 43, 2012.

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 10.

1.3.2.1 : SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL

A captação de água potável é feita através de minas, poços ou nascentes, sendo depois transportada por gravidade fazendo proveito das características morfológicas do local. Os engenhos referidos eram geralmente protegidos por uma pequena construção de planta quadrangular ou rectangular onde se acumulavam e decantavam as águas emanadas antes de serem introduzidas no aqueduto para serem transportadas para o mosteiro.

É o contexto topográfico que determina qual vai ser a resposta técnica do traçado adutor, nomeadamente no que diz respeito à sua implantação, ao declive total do aqueduto e aos métodos construtivos que serão usados em função das exigências do terreno, de forma a conferir a estabilidade necessária ao fluxo normal da água, sendo que, sempre que possível, o alinhamento é retilíneo. O objectivo é conseguir um fluxo de água equilibrado e constante, acompanhando ou aproximando-se das curvas de nível nas áreas atravessadas e evitando assim velocidades de fluxo prejudiciais ao funcionamento do hidrossistema e à conservação da conduta.⁴⁴

O assentamento da conduta pode ser feito a partir de segmentos subterrâneos, à superfície ou aéreos. As caldeiras têm cortes retangulares padronizados de blocos de calcário ou granite e com dimensões próximas de 1,10 metros de comprimento, 0,36 metros de largura e 0,23 metros de altura. A cobertura é feita com lajes móveis de pedra com exceção dos troços em galeria onde as calhas são abertas. A união das tampas e o preenchimento das juntas é feito com uma argamassa forte e impermeável e que assegura a estanqueidade da conduta, evita perdas por rotura e o desenvolvimento de vegetação no interior do aqueduto. Em áreas de campina o canal encontra-se enterrado ou implantado à superfície e em casos de subida altimétrica é escavada uma vala em trincheira ou um túnel. Quando o declive era demasiado acentuado ou o terreno tinha socacos era feito um aqueduto em cascata ou escadas ligadas por poços verticais com profundidades variáveis. A água entrava no poço superior e caía perdendo altitude, era decantada e travado o fluxo do sistema adutor que continuava o seu rumo para jusante, saindo próximo da base do poço de queda. São exemplos nacionais deste sistema, o mosteiro de S. Dinis de Odivelas e o Mosteiro de São João de Tarouca.⁴⁵

Era necessário filtrar os sedimentos arenosos e partículas várias que eram arrastadas com o fluxo da água e para tal existiam pequenos receptáculos colocados ao longo da conduta e onde estes sedimentos se depositavam para serem posteriormente

⁴⁴ JORGE, Virgolino Ferreira – *Os Cistercienses e a Água*. Lisboa, 2013, pp. 14-28.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 19.

removidos periodicamente. Nos segmentos do aqueduto atravessados em galeria ou em túnel eram construídos poços de visita que permitiam a realização de trabalhos de manutenção da conduta. Estas entradas também serviam para arejar e reduzir a pressão hidrostática de forma a evitar o “enfarte” do aqueduto. Quando chegava ao mosteiro a água era encaminhada para um tanque de compensação e daí conduzida para o lavabo ou fonte do claustro em adução forçada, a fim de possibilitar a sua subida até à taça superior do chafariz e depois então a sua divisão, através de condutas de distribuição (construídas em pedra, barro cozido ou, menos frequentemente, chumbo) pelas dependências necessitadas como a cozinha, a zona de conversos e enfermaria. A rede de alimentação interna de água é desenvolvida a partir do lavabo ou fonte do claustro que representa a estrutura central de controlo das águas. A casa do lavatório, ou *domus lavatoria*, é, em geral, uma construção de planta quadrada e dimensão reduzida com um chafariz de água corrente. O lavatório acomoda-se ao vão de uma das arcadas da galeria do claustro em frente ao portal do refeitório e com acesso aberto para permitir as abluções dos monges. Os excedentes de água caíam na taça inferior ou no tanque e eram escoados através de descarregadores de superfície para o coletor das retretes.⁴⁶

I.3.2.2 : SISTEMA DE ÁGUAS COMUNS E USADAS

A água comum era captada a partir de um rio ou ribeiro próximo. Devido à diferença de nível entre o mosteiro e o rio ou ribeiro mais próximo era frequentemente necessária a construção de um açude a montante dessa corrente e em cota superior - adequada à do cenóbio -, de forma a elevar o volume e altura do caudal. Uma parte desse fluxo era desencaminhado e conduzido a céu aberto diretamente para o mosteiro através de uma levada. Estas águas eram utilizadas como fonte de energia para usos industriais, assim como para atividades agrícolas e produção piscícola.⁴⁷

As águas comuns resultantes dos desempenhos domésticos, as águas remanescentes do lavatório ou fonte e as águas dos esgotos pluviais do claustro eram aproveitadas e afluíam para colectores secundários que os conduziam ao canal principal de evacuação reforçando o seu volume. Esta levada percorria a extremidade das alas dos monges e dos conversos e passava sob os blocos nas latrinas e refeitórios garantindo o

⁴⁶ JORGE, Virgolino Ferreira – *Os Cistercienses e a Água*. Lisboa, 2013, p. 26

⁴⁷ *Idem ibidem*, pp. 29-31

saneamento contínuo dos dejectos. A evacuação final dos efluentes gerais era feita para além da cerca monástica, a jusante da vala.⁴⁸

I.3.3 : AS ORIGENS DA ORDEM DE CISTER EM PORTUGAL

A origem da Ordem de Cister no contexto português é um tema difícil e tornou-se mais complicada de decifrar a partir do momento em que começaram a ser viciados documentos com o intuito de assinalar prodígios e insinuar primazia em relação a outros institutos religiosos. Os cartórios dos mosteiros da Beira foram compulsados por Fr. António Brandão e por Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, ambos sem ambição de serem demasiado inconvenientes, uma vez que o primeiro foi professo na Ordem e o segundo não queria importunar os monges que lhe davam acolhimento.⁴⁹ A agravar a situação a maior parte dos documentos relativos ao assunto foi destruída no incêndio do Seminário de Viseu em 1841, o que torna complicada a averiguação de pormenores, com a consequência de que os estudos feitos podem originar soluções muito diversas, pelo que deve ser sempre considerada alguma margem de erro.

Os primeiros monges cistercienses chegaram a Portugal no início do reinado de D. Afonso Henriques, pela região da Beira, provavelmente no ano de 1138, quando um grupo de monges franceses acompanhou D. Henrique no momento em que este se deslocou para a Galiza para ajudar D. Afonso VI a combater os muçulmanos. O primeiro mosteiro cisterciense em território português foi o de S. João de Tarouca, que começou a sua história com uma eremita dedicada a S. João Batista e que passou para a Ordem de Cister entre 1142 e 1144. Situava-se perto de Lamego, no local onde viviam alguns cenobitas que puseram de parte a Regra de S. Bento (Benedictina) para passar a obedecer à Regra de S. Bernardo (Cister).⁵⁰

Durante a fase da Reconquista, na qual Portugal recuperava o território que estava agora com ocupação islâmica, D. Afonso Henriques pede a intercessão de São Bernardo de Claraval na batalha de Santarém (1147). Como agradecimento e reconhecimento pela intercessão, D. Afonso Henriques oferece aos monges cistercienses as terras onde foi construído o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, que foi a Casa Mãe dos mosteiros de monges brancos. A carta de dotação e couto do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça foi feita por D. Afonso Henriques a S. Bernardo de Claraval a 8 de Abril de 1153 e quatro anos depois foi fundado o mosteiro.

⁴⁸ *Idem ibidem*, pp. 29-31

⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 5

⁵⁰ *Idem, ibidem*, pp. 10-18.

A Ordem cresceu com o apoio de D. Afonso Henriques que utilizou o seu prestígio e influência para obter do Papa Alexandre III o reconhecimento do seu título como rei e o reconhecimento da independência do Reino de Portugal, que conseguiu obter em 1179, através da Bula “*Manifestis probatum*”. Durante o reinado de D. Afonso Henriques os mosteiros da Ordem de Cister foram utilizados para colonizar o país que, consequência das lutas contra muçulmanos, contava com grandes extensões de terreno exaustos e com pouca densidade populacional.⁵¹

Os monges de Cister contribuíram de forma decisiva no povoamento e evangelização das regiões da Península Ibérica que sofreram durante três séculos de guerra contra os muçulmanos. Estes religiosos trabalharam de forma incansável a desbravar florestas e bosques para os transformar em terras de cultivo. Deram vida às terras ermas ao drenar os solos e cultivar searas. Plantaram vinhas, olivais e pomares, transformando a realidade dos espaços onde se instalavam. Ensinaram os colonos novos métodos de agricultura e forneceram a comunidade de alfaias e sementes que criaram novas zonas verdejantes que trouxeram os animais e formaram novos aglomerados populacionais⁵², tal como refere Maria Marques: “*Eles próprios e a sua iniciativa ou supervisão aí levaram a cabo uma importante acção de arroteamento que transformou a paisagem bravia em granjas produtivas, base de futuros aglomerados populacionais, mais ou menos significativos. Isto implicou também uma importante tarefa de atracção de povoadores (num conjunto heterogéneo de populações cristãs ou moçárabes do Norte e alguns estrangeiros, desgarrados das cruzadas, e ainda muçulmanos)*.”⁵³

Ao longo desta época foram fundados dezenas de mosteiros, todos masculinos, sendo que a partir de finais do século XII verificou-se uma diminuição das fundações de mosteiros masculinos, que começam a dar lugar a mosteiros femininos. O primeiro caso registado em Portugal foi o do Mosteiro de Lorvão, que era um mosteiro masculino da Regra Beneditina e que passou a ser o primeiro mosteiro feminino de Portugal quando D. Teresa expulsou os monges negros e o cedeu à Ordem de Cister, entre 1220 e 1206. Instauraram-se ainda no século XII os mosteiros de Tibães, Tarouca e Santa Maria de Aguiar e já no século XIII ganha importância a vertente feminina de Cister associada à Casa Real, como é o caso do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas.⁵⁴

À medida que a riqueza dos mosteiros da Ordem somava, os monges afastavam-se cada vez mais dos seus ensinamentos e em 1475 o abade de Alcobaça Nicolau Vieira

⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 130

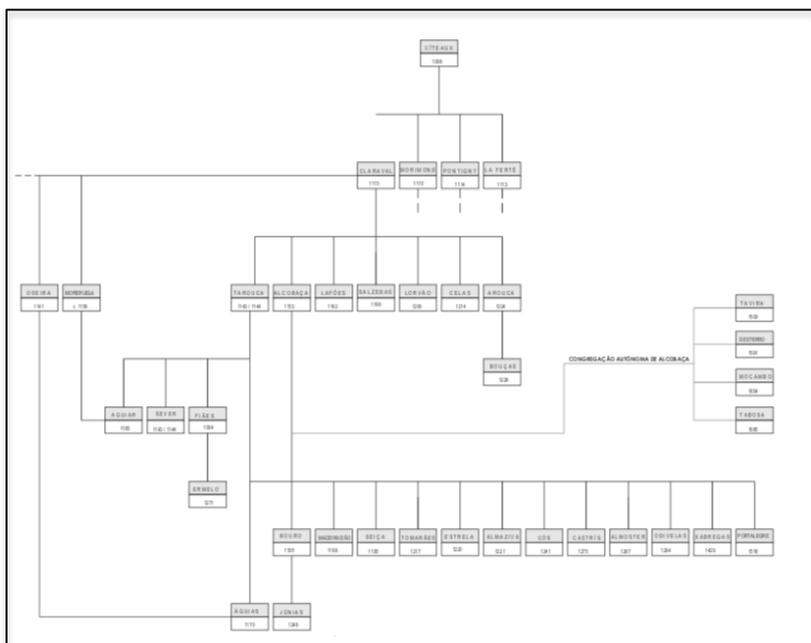
⁵² BORGES, Júlio António – *Op. cit.*, p. 34.

⁵³ MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Os coutos de Alcobaça: das Origens ao séc. XVI*. Coleção Estudos nº 24: “Estudos da origem da Ordem de Cister em Portugal”. Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 183.

⁵⁴ BORGES, Júlio António – *Op. cit.*, pp. 20-24.

abdicou dos seus direitos a favor do arcebispo de Lisboa em troca de uma concessão anual em dinheiro. Como consequente, o Mosteiro de Alcobaça, que sempre elegeu de forma autónoma os seus abades, viu-se sob influência de abades comendatários. Perante a fragilidade de Alcobaça, as suas abadias subordinadas exigem uma maior autonomia administrativa, que lhes é concedida em 1524 pelo rei Manuel I e que perdurou até que, em 1567, o Papa Pio V decreta numa Bula a independência da Ordem dos cistercienses portuguesa que leva à criação da Congregação Autónoma dos Cistercienses de São Bernardo de Alcobaça, que se tornou dirigente de todos os mosteiros cistercienses portugueses. Como consequência deste acontecimento é levada a cabo a fundação de novas casas, como são os casos dos mosteiros do Mocambo, fundado em 1684, e de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, em 1685, localizado em Viseu, e que foi o último mosteiro cisterciense fundado em Portugal.⁵⁵

A Ordem de Cister alcançou 34 comunidades em Portugal, entre as quais 18 masculinas, 14 femininas e duas ordens militares, sendo que no século XII 72% das abadias eram masculinas, e no século XIII 57% das abadias eram femininas.⁵⁶



CICLO	DESIGNAÇÃO DO MOSTEIRO
I TAROUÇA	S. João de Tarouça
	Santa Maria de Aguiar (inicialmente pertenceu a Moreuella)
	S. Tiago de Sever
	Santa Maria de Fíes
	Santa Maria do Ermelo
	S. Pedro da Águas – o velho
	Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão
	Santa Maria de Salzedas
	Abadia Velha de Salzedas
	S. Cristóvão de Lafões
II ALCOBAÇA	Santa Maria de Alcobaça
	S. Pedro das Águas – o novo
	Santa Maria do Bouro
	Santa Maria das Júnias (inicialmente pertenceu a Oseira)
	Santa Maria de Seica
	Santa Maria de Tomarões
	Santa Maria da Estrela
	S. Paulo de Almativa
	Colégio do Espírito Santo
	S. Bento de Cãstis
	Santa Maria de Almoiter
	S. Dinis de Odiveelas
	S. Bento de Xabregas
	Nossa Senhora da Conceição de Portalegre
Santa Maria de Cãs	
III REAL FEMININO	São Mamede de Lorvão
	Santa Maria de Celas
	São Pedro e São Paulo de Arouca
	S. Salvador das Bouças

Figura 5: Fundações e filiações da Ordem de Cister em Portugal desde a fundação da Abadia de Cister e suas quatro Abadias primogénitas. Em: MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Os coutos de Alcobaça: das Origens ao séc. XVI. (...)*, p. 116.

Tabela 1: Os três ciclos fundamentais, que estão na génese da consolidação da Ordem de Cister em Portugal, e os seus mosteiros correspondentes. Em: MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Os coutos de Alcobaça. (...)*, p. 116.

⁵⁵ MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Os coutos de Alcobaça: das Origens ao séc. XVI*. Coleção Estudos nº 24: “Estudos da origem da Ordem de Cister em Portugal”. Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 112, 113.

⁵⁶ FERREIRA, Virgolino Jorge – *Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal, notas sobre a tipologia dos sítios e das igrejas*.

I.3.4 : MONAQUISMO FEMININO

Desde os primeiros séculos de existência da Igreja que, à semelhança do que acontecia com os homens, existem grupos de mulheres que procuram o isolamento para se dedicar à vida religiosa e formam pequenas comunidades que vivem numa casa e se congregam à oração e à pobreza.⁵⁷

S. Cesário de Arles, com a sua regra “*Ad virgines*”⁵⁸, S. Bento e sua irmã Escolástica, S. Leandro e sua irmã Florentina, foram os fundamentos ocidentais do monaquismo feminino. O ideal ganhou corpo no século VIII na Germânia e na Galécia, onde se abre a vida monástica às mulheres com a criação de mosteiros dúplices, como foi o caso do mosteiro de Roberto d’Abrissel, - no ano de 1096 segundo Geraldo dias, e 1101, segundo Jaques Berlioz -, em Fontevrault (França). Aqui existiu um exercito de homens e mulheres que era governado por uma abadessa, ainda que fosse considerada uma humilhação suprema para os monges obedecerem a uma superior do género feminino.^{59 60}

A primeira casa de monjas cistercienses foi fundada em Tart, em 1125, a 10 km norte de Cister. É a partir desta casa que se fundam outras casas femininas em Borgonha, a partir de onde vêm mais tarde as monjas para a Península Ibérica. Esta expansão do monaquismo feminino não conheceu grande simpatia por parte dos Capítulos Gerais. Apesar de a Igreja não recusar às mulheres que se consagrem plenamente, desconfia delas e da sua natureza diabólica sempre pronta a ressurgir, porque por baixo da Virgem pura continua a ocultar-se uma Eva tentadora.⁶¹

As abadessas destas primeiras casas recebiam apenas o apoio de alguns abades de Cister, sem intervenção do Capítulo Geral, e foi por esse motivo que a abadessa de Tart reuniu Capítulos Gerais para os mosteiros femininos. Esta situação contribuiu para a diminuição do rigor do regime de clausura, tanto que as primeiras monjas de Tart chegavam a sair do mosteiro para proceder a trabalhos de agricultura no exterior. Só no início do século XII, em 1120, o Capítulo Geral produz um texto que diz especificamente respeito à clausura das monjas, mas também sem um entendimento da clausura rigoroso.⁶²

⁵⁷ TEIXEIRA, Francisco Manuel de Almeida Correia – *A arquitetura monástica e conventual feminina em Portugal, nos séculos XIII e XIV*. Tese para obtenção do grau de Doutor no ramo de História da Arte, especialidade em História da Arte Islâmica e Medieval. Faro: Universidade do Algarve, 2007, pp. 13, 14.

⁵⁸ “PL”, 67, 1103-1120.

⁵⁹ DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Op. cit.*, p. 134.

⁶⁰ BERLIOZ, Jaques - *Monges e Religiosos na Idade Média*. Paris: Societé d’Editions Scientifiques, 1994, p. 10.

⁶¹ TEIXEIRA, Francisco Manuel de Almeida Correia – *Op. cit.*, p. 16.

⁶² *Idem ibidem*, pp. 16, 17.

A incorporação de monjas em Cister foi autorizada por volta do ano 1125 e ao longo do século XII, em Portugal, vários mosteiros masculinos transformaram-se em mosteiros de monjas beneditinas, como são dos casos dos mosteiros de Ferreira de Aves, Rio Tinto, Semide, Tarouquela, Tuías, Vairão, Vila Cova de Sandim e Vitorino das Donas.⁶³

A partir do século XIII ganha importância a vertente feminina de Cister associada à Casa Real: O mosteiro de S. Mamede de Lorvão, que era um mosteiro masculino, passa a ser designado Santa Maria do Lorvão quando é entregue a D. Teresa, filha de D. Sancho I, entre 1200 e 1206; o mosteiro de Celas é fundado por D. Sancha em 1215 e o mosteiro de S. Pedro de Arouca é filiado por D. Mafalda em 1225. No decorrer deste século surgem oito novas casas de monjas e apenas três casas de monges. São estas, para além das três já mencionadas, associadas às Santas Princesas, o mosteiro de Santa Maria de Cós, fundado antes de 1241; S. Bento de Évora, documentado deste 1275; Santa Maria de Almoester, filiado em 1287 e S. Dinis de Odivelas, autorizado pelo Capítulo Geral em 1294 e fundado em 1295. Os mosteiros de monjas podem ser desta forma divididos em dois grupos distintos: as comunidades fundadas pelas Santas Princesas em sujeição direta a Claraval ou à Santa Sé, e as que se formaram sob o patrocínio e visitas dos abades de Alcobaça.⁶⁴

O modelo arquitectónico das casas das monjas cistercienses parte do modelo arquitectónico masculino e existem dois aspectos que trazem sentido às transformações espaciais que se verificam: a clausura e os papéis diferenciados desempenhados na liturgia por homens e mulheres. O que marca o modelo feminino é, em primeira instância, a presença de grades e muros: na igreja, os corpos das naves são separados da cabeceira e transepto através de um grande ferro que serve para separar as monjas do monge oficiante e dos laicos. Outra característica definidora dos mosteiros de monjas de Cister é o número de naves da igreja posto que é invulgar a presença de três naves, sendo que o mais comum era a igreja ter uma nave única, principalmente nos primeiros anos da Ordem. Há também quem queira interpretar a presença do claustro a norte da igreja e não a sul como uma especificidade das casas femininas.⁶⁵

⁶³ DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Op. cit.*, p. 135.

⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 38

⁶⁵ TEIXEIRA, Francisco Manuel de Almeida Correia – *Op. cit.*, pp. 20-22.

II : O MOSTEIRO DE SÃO DINIS DE ODIVELAS – CONTEXTUALIZAÇÃO

II.1 : LOCALIZAÇÃO

D. Dinis escolheu para fundar o Mosteiro de São Dinis de Odivelas o lugar de Odivelas, situado nos arrabaldes de Lisboa, onde possuía uma vivenda de campo: o Paço ou Quinta de Odivelas.

Odivelas distava cerca de duas léguas (10 km) para norte de Lisboa e a vivenda situava-se numa várzea junto do ribeiro que corria no Vale das Flores, na encosta virada a poente entre os montes da Senhora da Luz, S. Dinis e Tojais, perto da ribeira de Odivelas.⁶⁶
⁶⁷ ⁶⁸ A descrição do lugar é-nos feita por Fr. Francisco Brandão: “*Está o vale de Odivelas a duas léguas de Lisboa para norte, e o convento fica situado em uma planície, que três montes vizinhos acomoda, a saber: - o de Nossa Senhora da Luz, lançado ao meio dia; o dos Tojais, entre o meio dia e oriente; e o de S. Diniz, ao ocidente.*”⁶⁹

O lugar situava-se numa vasta planície que tinha a norte Caneças, o lugar de Montemor e algumas terras de Carnide e a nordeste Frielas, Póvoa de Santo Adrião e uma parte de Loures e de Unhos. A sul estava a Porcalhota, parte de Benfica, parte de Belas e o alto de Queluz. A oeste encontravam-se o Lumiar, Ameixoeira, Paço do Lumiar e parte da Charneca.⁷⁰

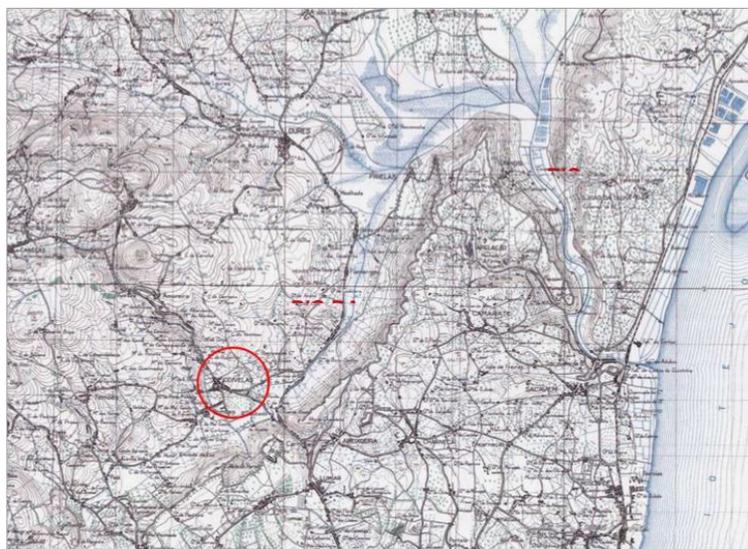


Figura 6: Extrato da Carta Militar 1930-36.

O rio da Costa era navegável até à Póvoa de Santo Adrião, onde havia um ancoradouro, e pensava-se que poderia ser navegável até ao Porto da Paiã.

Fonte: Análise Urbana – Odivelas. *De Aldeia a Centro Histórico da Cidade*. CIAAM, Rogério Vieira de Almeida, Vitor Durão.

⁶⁶ SARAIVA, Carlota Abrantes - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas: 1295-1995*. Lisboa: Instituto de Odivelas Portugal, 1995.

⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 16.

⁶⁸ *O Real Mosteiro de S. Dinis* - Comissão Instaladora do Município de Odivelas. Novembro, 2001, p 11.

⁶⁹ BRANDÃO, Fr. Francisco - *Monarchia Lvstana*. Parte V. Lisboa, 1650, p. 360.

⁷⁰ BRANCO, Manuel Bernardes - *As Minhas Queridas Freirinhas de Odivelas*. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1886, pp. 23, 24.

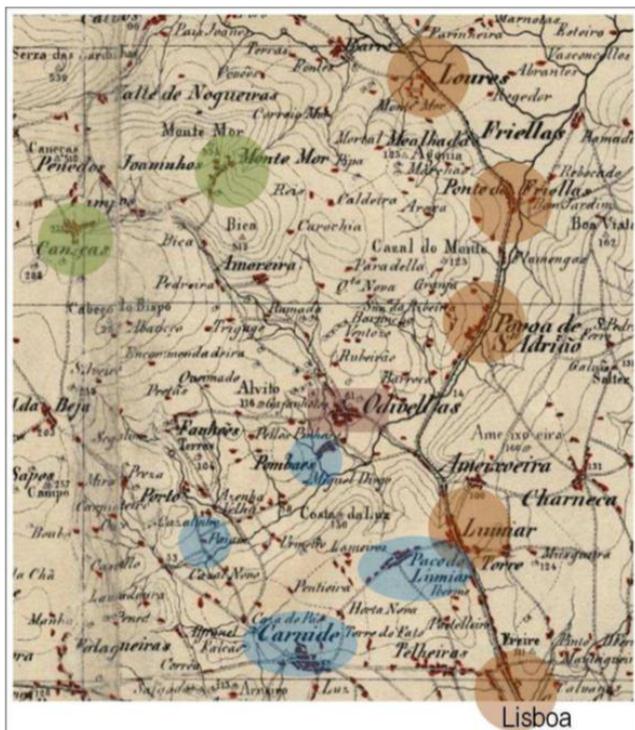


Figura 7: Extrato da Carta Chorographica dos terrenos em volta de Lisboa... a vermelho assinala-se Odivelas; na meia encosta, a verde, assinala-se Caneças e Monte Mor; a azul assinala-se o Paço do Lumiar, Carnide, Paiã e Pombais; a laranja assinala-se Lisboa, Lumiar, Póvoa de Santo Adrião, Frielas e Loures.
 Fonte: *Análise Urbana – Odivelas. De Aldeia a Centro Histórico da Cidade*. CIAAM, Rogério Vieira de Almeida, Vitor Durão.

A origem etimológica da palavra *Odivelas* deu aso a várias interpretações. Manuel Bernardes Branco, em *As Minhas Queridas Freirinhas de Odivelas*, transmite-nos as opiniões de dois autores em relação à origem da palavra: Segundo Viterbo, em *Elucidario*⁷¹, existe o verbo *olivelar*, que significa aplanar ou por a nível. De acordo com Du Cange, em *Glossarium*⁷², a palavra *oliveda*, que deu origem à palavra *Odivelas*, significa oliveira ou olival.

Já Maria Máxima Vaz⁷³ explica-nos que, segundo Joaquim da Silveira, conhecedor da língua árabe, o nome *Odivelas* surge a partir das duas palavras árabes: *Odi* e *Belaa*. *Odi* - em árabe *uadi* - significa rio, e *belaa* significa remoinho. Desta forma, *Odibelaa* significa *Rio do remoinho* e, com o processo natural de evolução linguística, passou a *Odivelas*.⁷⁴ Maria Manuela Justino



Figura 8: Inscrição na Rua Maj. Caldas Xavier, Odivelas, 2018.
 Fonte: Autora

⁷¹ VITERBO, Joaquim de Santa rosa de – *Elucidário de palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865.

⁷² DU CANGE, Domino – *Glossarium mediae et infimae latinitatis*. Niort: L. Favre, 1883-1887, p. 709.

⁷³ VAZ, Maria Máxima - *Por Terras de El Rei D. Dinis*. Lisboa: Chiado Editora, 2016.

⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 15.

Tomé⁷⁵ sugere que *Odivelas* é uma palavra composta por dois elementos: *Odi* e *velas*: *Odi* - de origem árabe, designa um curso de água - e *Velas*, de origem Latina, e que mantém o significado que hoje lhe atribuímos e faz alusão aos moinhos existentes nas propriedades.⁷⁶ Maria Máxima Vaz refuta esta última interpretação uma vez que os moinhos que aqui existiam datam do século XVIII e que *Odivelas* já no século XIII se chamava assim.⁷⁷

O importante a reter é que, segundo qualquer uma das interpretações destes autores, a raiz etimológica da palavra revela-nos a natureza hidrográfica e rural do local.

Não podia deixar de existir uma interpretação popular deste topónimo, que nos chegou por via oral através da tradição popular. A história conta o caso de um episódio da vida de D. Dinis, que ia com frequência a esta zona visitar raparigas à noite e que foi um dia interceptado por D. Isabel, que lhe disse “Ide vê-las Senhor...”, expressão que evoluiu para a palavra “*Odivelas*.”^{78 79}

Odivelas era um lugar com terrenos muito férteis e abundantes em água onde existiam culturas de trigo e cevada, cebolas, laranjas e também gado suíno e salinas. Era um lugar recatado, permitia o silêncio e a paz necessárias ao recolhimento exigido pela Ordem de Cister, e de fácil acesso aos povoados mais próximos: Loures e Lisboa, para onde se transportavam os produtos alimentares por via fluvial. Os terrenos apresentavam-se férteis e com boa aptidão agrícola, sendo que permitiam a subsistência das religiosas. Ainda que o acesso fosse fácil aos povoados mais próximos, como foi referido, estava assegurada distância suficiente para garantir a solidão exigida pela Ordem: distava 10 km a norte de Lisboa e 12 km a sul de Loures.⁸⁰

Segundo a teoria do agrónomo alemão Johann Heinrich Thünen (1783-1850), nesta época a utilização dos solos fazia-se em anéis concêntricos, partindo do centro para a periferia. A partir desta teoria, Maria José Lagos Trindade e Jorge Gaspar concluíam que no século XIII *Odivelas* se situava no terceiro anel de utilização dos solos e era então um território de casais, granjas e herdades e os produtos que eram vendidos para a capital eram o pão, a carne, queijo, vinho e azeite. Só mais tarde, nos finais do século XIX e inícios do século XX é que se começaram a cultivar hortas.⁸¹

É banhada pela Ribeira de Caneças, que desagua no lugar do Senhor Roubado, no Rio da Costa, e que conduz a água do Rio Trancão até ao Rio Tejo. Toda a lezíria de Loures

⁷⁵ TOMÉ, Manuela Maria Justino - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Estudo Histórico-Arquitectónico. Acções para a salvaguarda do património edificado*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Évora. Évora: [s.n.], 1995.

⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 25.

⁷⁷ VAZ, Maria Máxima - *Por Terras de El Rei D. Dinis*. Lisboa: Chiado Editora, 2016, p. 16.

⁷⁸ TOMÉ, Maria Manuela Justino - *Op. cit.*, p. 25.

⁷⁹ VAZ, Maria Máxima - *Por Terras de El Rei D. Dinis*. Lisboa: Chiado Editora, 2016, p. 15.

⁸⁰ TOMÉ, Maria Manuela Justino - *Op. cit.*, pp. 24-28.

⁸¹ VAZ, Maria Máxima - *Por Terras de El Rei D. Dinis*. Lisboa: Chiado Editora, 2016, pp. 33-34.

foi navegável mas com o passar do tempo e com influencia de alguns factores, como o assoreamento de linhas de águas e os vários sismos que afectaram a zona, a configuração morfológica foi sendo alterada e os rios que banham a bacia de Loures deixaram de ser navegáveis.⁸²



Figura 9: Extrato da gravura: PROSPCT VONDER GEGEND BEY LISABONA, séc XVII-XVIII. Nesta gravura Odivelas está designada de Olivides e está desenhada junto a Loures. Assinalada por um círculo vermelho.

Extraído e adaptado de: *Análise Urbana – Odivelas. De Aldeia a Centro Histórico da Cidade*. CIAAM, Rogério Vieira de Almeida, Vítor Durão.

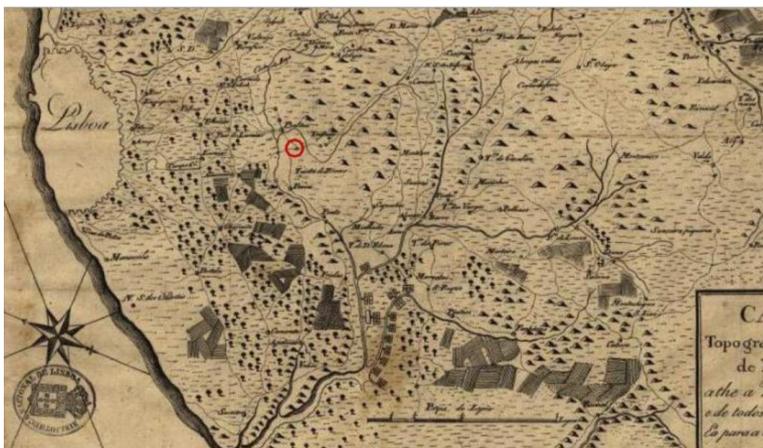


Figura 10: Extrato da Carta Topográfica do termo de Lisboa... Odivelas está assinalada com um círculo vermelho.

Fonte: *Análise Urbana – Odivelas. De Aldeia a Centro Histórico da Cidade*. CIAAM, Rogério Vieira de Almeida, Vítor Durão.

⁸² TOMÉ, Maria Manuela Justino – *Op. cit*, p. 27.

II.2 : IMPLANTAÇÃO

A implantação do Mosteiro foi cuidadosamente estudada, tanto no que diz respeito às regras da Ordem Cisterciense como no que diz respeito às características edafomorfológicas do terreno em si. A construção ocupa uma posição privilegiada no espaço, com uma proteção excepcional contra os ventos dominantes de Nordeste e uma ótima exposição solar. A zona é rica em calcários que assentam sobre um manto basáltico, permitindo a presença de água no subsolo.⁸³

O mosteiro está implantado a uma cota de 43 metros da encosta e a Ribeira de Caneças situa-se à cota de 40 metros, pelo que estão reunidas as condições topográficas que possibilitam o funcionamento do sistema hidráulico. A água potável que abastece o mosteiro é captada a partir da nascente do Casal Ventoso – localizada à cota de 117 metros e localizada a 1 quilómetro a nordeste do mosteiro - e pela nascente da Ramada, situada à cota de 100 metros e localizada a 1,60 quilómetros a noroeste do mosteiro. Estas duas nascentes confluíam na mãe-de-água do Calçado, localizada à cota de 63 metros. O sistema de canalização de água servia as áreas necessárias e saía segundo a pendente natural do terreno até à Ribeira de Caneças.⁸⁴

Como já foi referido pouco resta do plano primitivo cisterciense mas pensa-se que este não difere em muito dos outros mosteiros femininos desta ordem. A construção iniciou-se pela igreja, na cota mais baixa a sul, orientada de este para oeste, com as restantes áreas a desenvolverem-se a norte desta. Em primeiro lugar era construída a cabeceira, seguida do transepto e depois era levantada a parede da igreja que determinava a construção do Claustro de Leitura.⁸⁵ De seguida foi construído o claustro, que ocupa uma posição central a norte da igreja e que está envolvido pelas primeiras construções: a cozinha, dormitórios, latrinas e outras dependências de apoio, sendo que as restantes alas foram construídas à medida que se iam acrescentando os espaços necessários à vida monástica.⁸⁶

A disposição longitudinal da cabeceira e corpo com orientação nascente-poente são características essenciais da igreja. A cabeceira era constituída por três capelas que comunicam entre si através de passagens estreitas e o corpo teria inicialmente três naves

⁸³ TOMÉ, Manuela Maria Justino – *Odivelas, um mosteiro cisterciense*. Odivelas: Município de Odivelas, 2001, p. 27.

⁸⁴ TOMÉ, Manuela Justino – *Aspectos da hidráulica do mosteiro cisterciense de São Dinis de Odivelas*. Lisboa: fundação Oriente, 1996, p. 244

⁸⁵ TOMÉ, Manuela Maria Justino – *Odivelas, um mosteiro cisterciense*. Odivelas: Município de Odivelas, 2001, p. 28.

⁸⁶ ALMEIDA, Rogério; DORÃO, Vítor – *Análise urbana – Odivelas de Aldeia a Centro Histórico da cidade*. CIAAM, 2012, p. 19

(até à destruição do terramoto de 1755).⁸⁷ A existência de três naves representa uma exceção em relação ao modelo cisterciense, que, como já foi abordado, era geralmente constituído por uma única e ampla nave.⁸⁸

No espaço delimitado pela cerca foram-se desenvolvendo os edifícios de carácter industrial, o lagar, adegas, celeiros, cavalariças e armazéns, assim como algumas casas de habitação e quintais.

II.3 : CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

II.3.1 DOM DINIS, O FUNDADOR

*“A nação inteira transformava-se, em suma, numa imensa colmeia em plena laboração. Debaixo da terra, sentiam-se engrossar as raízes do Portugal Eterno. Era o Rei-Lavrador.”*⁸⁹

D. Dinis nasceu a 9 de Outubro de 1261, é neto de Afonso X - o Sábio - e herdeiro de D. Afonso III, a quem sucedeu no trono a 16 de Fevereiro de 1279. Foi o sexto rei de Portugal e no momento em que subiu ao trono estavam já fixadas as fronteiras com Castela e terminadas as lutas com os mouros, pelo que D. Dinis pode concentrar a sua atenção em cuidar das terras e semear o futuro. Foi o primeiro soberano a acertar o passo do povo português com o das nações mais progressivas da Europa e merece vários méritos pelos seus atos e obras, desde a devoção com que organizou os negócios do mar à atenção que deu à cultura, tendo sido o fundador do Estudo Geral. Foi o criador da Ordem de Cristo e um grande impulsionador da economia, assumindo um papel fundamental na proteção dos mineiros e no desenvolvimento do comércio.⁹⁰ Fundou a Universidade de Lisboa a 1 de Março de 1290, que foi depois transferida para Coimbra em 1308, e ordenou que se traduzissem para o nosso léxico as obras mais importantes do tempo e que os processos judiciais se escrevessem em língua portuguesa e não em latim.⁹¹

⁸⁷ CARREIRAS, José Albuquerque – *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património* (documento eletrónico). Alcobça: Jorlis, 2013, p. 416.

⁸⁸ TOMÉ, Manuela Maria Justino - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Estudo Histórico-Arquitectónico. Acções para a salvaguarda do património edificado*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Évora. Évora: [s.n.], 1995, p. 26.

⁸⁹ MATIAS, António Marques. *D. Dinis*. Coleção história de Portugal. Empresa Nacional de Publicidade, 1957, pp. 69-70.

⁹⁰ *Idem, ibidem*, pp. 17-21.

⁹¹ *Idem ibidem*, pp. 22-23.

Povoou e fortificou inúmeras povoações, conservou uma atitude nobre contra o estrangeiro e conseguiu isentar o ordem de Santiago à sujeição do grão-mestrado de Castela.^{92 93} D. Dinis foi um rei com tacto político e capacidade de organização que assumiu uma política longamente meditada.⁹⁴ Com a sua diplomacia solucionou muitas questões com os reinos vizinhos e as medidas que usou para estimular o país obedeciam a um plano geral bem calculado.⁹⁵ Foi também um poeta que escreveu cantigas de amor, de amigo, pastorelas e cantigas de inspiração religiosa.^{96 97}

O rei D. Dinis casou com D. Isabel, filha de Pedro III de Argão e de Constança de Sicília, em 1281.⁹⁸ Teve, para além dos filhos legítimos – D. Constança e D. Afonso – muitos outros de diversas mulheres: D. Afonso Sanches, D. Pedro Afonso, outro D. Pedro Afonso, D. João Afonso, D. Fernão Sanches, D. Maria Afonso e outra D. Maria Afonso, que foi freira no Mosteiro de Odivelas.⁹⁹

D. Dinis definiu fronteiras económicas, geográficas e sociais, e implantou uma política de povoamento de território com sentido e organizada.¹⁰⁰ Explorou as minas de estanho, ferro, prata e enxofre e cuidou com carinho dos negócios da terra: plantou pinhais, olivedos e campos de cereais nos solos estragados pela guerra, insistiu na drenagem de pântanos, na proteção das feiras-francas (onde os agricultores vendiam os produtos do seu trabalho), redistribuiu terras e deu continuidade à plantação do Pinhal de Leiria, iniciada por seu pai, por necessidade de boas madeiras e que permitiu a fixação das areias da costa e a proteção dos campos vizinhos. Durante o seu reinado a cultura de cereais e outros produtos desenvolveu-se de tal maneira que houve excedentes em relação às necessidades de

⁹² FIGUEIREDO, A. C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas, casos de reis e memórias de freiras*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1889, pp.181-182.

⁹³ MARIZ, Pedro de – *Dialogos de varia história em que sumariamente se referem muytas cousas antigas de Hespanha c (sic) todas as mais notavees q(ue) em Portugal acontecerão em suas gloriosas conquistas antes e depois de ser levantado a Dignidade Real e outras muytas de outros reynos dignas de memoria: com os retratos de todos os reys de Portugal*. Coimbra: Oficina de Antonio de Mariz, 1594, pp. 234-245.

⁹⁴ SARAIVA, Carlota Abrantes - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas: 1295-1995*. Lisboa: Instituto de Odivelas, 1995, p.11

⁹⁵ MATIAS, António Marques. *Op. cit*, p. 72.

⁹⁶ *O Real Mosteiro de S. Dinis* - Comissão Instaladora do Município de Odivelas. Novembro, 2001, p. 12.

⁹⁷ MARIZ, Pedro de – *Op. cit*, pp. 234-245.

⁹⁸ FIGUEIREDO, A. C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas, casos de reis e memórias de freiras*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1889, pp.183-187.

⁹⁹ FERNANDES, Carla Varela; DIAS, Isabel Barros; FRESCO, João; JÚDICE, Nuno; BARBOSA, Pedro Gomes; MATOS, Sofia Correia de; PALMA, Victor – *D. Dinis, Actas dos Encontros sobre D. Dinis em Odivelas*. Câmara Municipal de Odivelas: Edições Colibri, 2011, p. 13.

¹⁰⁰ *Idem, ibidem*, pp. 13, 14.

consumo interno. Foi então possível exportar milho, azeite, trigo, fruta seca, vinho, sal e peixe salgado e receber em troca minérios e tecidos de linho e de seda.¹⁰¹

No campo marítimo criou estabelecimentos navais nos pontos mais importantes do país e impulsionou a construção naval com a plantação do Pinhal de Leiria. Encorajou os técnicos navais a aperfeiçoar o modelo dos barcos e declarou guerra de punição às galés africanas e granadinas que atacavam os nossos portos.¹⁰²

O seu reinado foi marcado por diversas construções arquitectónicas de apurada arte como o Claustro do Silêncio em Alcobaça, Paços da Rainha, em Leiria, e as obras nos claustros da Sé de Lisboa, mas o Mosteiro de Odivelas foi o que mereceu mais cuidados por parte do rei, que o levantou com devoção e onde escolheu repousar para sempre. D. Dinis pretendeu tornar o Mosteiro de São Dinis de Odivelas o novo panteão régio, um espaço simbólico de unificação do Reino, à semelhança do que se sucedia em França, na Basílica de Saint-Denis, onde quase todos os reis que reinaram entre os séculos X e XVIII foram sepultados, e onde foi sepultado também São Dinis. Até então os reis antecessores de D. Dinis tinham sido sepultados primeiramente no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e depois no Mosteiro de Santa Cruz de Alcobaça. A ideia de D. Dinis acabou por não sobreviver à guerra civil (1319-1324) e às desavenças entre a família real, de tal forma que rainha acabou por ser sepultada no Mosteiro de Sta. Clara e Sta. Isabel de Coimbra, onde tomou o hábito depois da morte do rei, e D. Afonso IV escolheu ser sepultado na Sé de Lisboa.¹⁰³ A única sepultura real que acompanha o rei na igreja do mosteiro é atribuída a D. Maria Afonso, filha de D. Dinis, mas que Giulia Vairo, entre outros autores, pensa ser do infante D. Dinis, neto do rei D. Dinis.¹⁰⁴

O rei faleceu em Santarém a 7 de Janeiro de 1325 e foi, tal como pretendeu, sepultado no Mosteiro de São Dinis de Odivelas, que nunca chegou a ser o panteão régio de Portugal.

¹⁰¹ MATIAS, António Marques. *D. Dinis*. Coleção história de Portugal. Empresa Nacional de Publicidade, 1957, pp. 66-73.

¹⁰² *Idem, ibidem*, pp. 82-86.

¹⁰³ FERNANDES, Carla Varela – *D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória*. CEAUP: Centro de Estudos Arqueológicos da Universidade de Coimbra e Porto, 2006/2007.

¹⁰⁴ VAIRO, Giulia Rossi – *O Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, Panteão Régio (1318-1322) em Família, espaço e património*. CITCEM: Centro de Investigação transdisciplinar cultura, espaço e memória.

II.3.2 CRONOLOGIA HISTÓRICA: SÉCULOS XIII-XVI

Em Setembro de 1294 é manifestada a intenção de construção deste mosteiro de monjas bernardas a D. Roberto, abade de Cister em França, pelo abade de Alcobaça São Domingos Martins, portador do desejo do rei. Não é certa a motivação que apoia a sua fundação e são, ainda hoje, postas várias hipóteses. A única documentação existente relativa à fundação deste mosteiro é da autoria de Fr. Francisco Brandão¹⁰⁵, monge de Alcobaça. O frei acredita que o rei o fundou apenas em testemunho de sua grandeza: “*O Real Mosteiro de São Dinis de Odivelas é com razão estimado pelo de maior magnificência que tem o Reino e ainda na Europa se pode verificar que não há outro que lhe exceda. El-Rei D. Dinis o fundou para testemunho de sua grandeza, neste ano de mil e duzentos e noventa e cinco.*”¹⁰⁶, ou mesmo para dar abrigo a duas filhas bastardas: “*O intento que El-Rei teve para recolher nele religiosas (...) foi ao que parece, porque tinha duas filhas bastardas, que desejava acomodar no estado de Religião, e a esse fim fundou junto à Corte de Lisboa este mosteiro, no qual uma delas tomou hábito (...) Que fosse esta a causa ao menos parcial de se fazer o mosteiro (...) não parece pouco conforme a boa razão.*”¹⁰⁷

No entanto, a história mais popular é que D. Dinis o fundou por consequência de uma promessa feita na sequência um milagre, motivação essa que é até muito comum na fundação de construções da monarquia medieval.¹⁰⁸¹⁰⁹

A história deste referido milagre começa com a saída de D. Dinis para uma caçada a cavalo no termo de Beja, sitio de Belmonte, freguesia de S. Pedro de Pomares. Durante a caçada D. Dinis perdeu-se dos seus companheiros e avistou um feroz e corpulento urso - o urso de Belmonte - já conhecido naquela região. Perseguiu o urso até que o deixou de o ver e este o apanhou de surpresa, arremessando-se contra ele, e fazendo com que caísse do seu cavalo. Perante a aflição e em luta com o animal, D. Dinis pede ajuda a S. Luís, bispo de Tolosa, seu primo em segundo grau - naquela altura ainda vivo e com fama de santo - para que o salvasse do urso, prometendo que, se saísse da situação com vida, fundaria um mosteiro em sua honra.¹¹⁰ A invocação do rei obteve resposta e o Santo Bispo apareceu para o lembrar que tinha um punhal à cinta, com o qual D. Dinis matou o urso.¹¹¹ A salvo e

¹⁰⁵ BRANDÃO, Fr. Francisco - *Quinta parte da Monarchia Lvsytana*. Lisboa, 1650

¹⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 218.

¹⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 221.

¹⁰⁸ FIGUEIREDO, A. C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas, casos de reis e memórias de freiras*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1889, pp. 2, 5.

¹⁰⁹ VAZ, Maria Máxima. *Por Terras de El Rei D. Dinis*. Lisboa: Chiado Books, 2016, p. 61.

¹¹⁰ FIGUEIREDO, A. C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas, casos de reis e memórias de freiras*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1889, p. 4.

¹¹¹ VAZ, Maria Máxima. *Por Terras de El Rei D. Dinis*. Lisboa: Chiado Books, 2016, p. 61.

satisfeito com o atendimento que teve o seu pedido, coube ao rei cumprir a sua promessa.

112

Já a interpretação de Manuel Bernardes Branco¹¹³ deste episódio do urso foge ao universo do literal e entra do universo do alegórico. O autor é da opinião de que o urso é uma alegoria ao diabo porque o rei D. Dinis era conhecido por se perder em tentação com amantes, que visitava durante a noite, enquanto D. Isabel o tentava chamar à razão e salvar desses pecados. Segundo esta interpretação, a tentação está representada pelo urso e S. Luís está representado pela rainha D. Isabel. Um dos fundamentos apontados por Manuel Bernardes Branco como justificação desta interpretação alegórica é que o milagre do urso se deu em Beja e, portanto, faria sentido que o rei tivesse decidido erguer o mosteiro aí, e não em Odivelas.¹¹⁴ E claro está, porque o mosteiro foi invocado a S. Dinis, bispo de Paris, e não a S. Luís.¹¹⁵ Alegórico ou não, este episódio de luta entre o urso e o rei está esculpido num dos suportes do túmulo de D. Dinis, feito por sua ordem e em sua vida. E já muito mais tarde, no testamento de 1324, o rei instituiu na construção de uma capela feita em honra de S. Luís de Tolosa.¹¹⁶

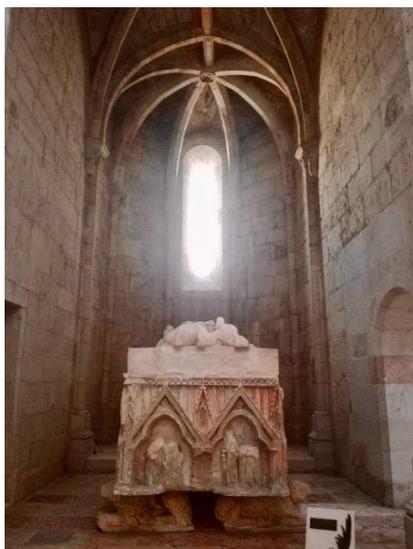


Figura 11: Túmulo de D. Dinis, Mosteiro S. Dinis de Odivelas
Fonte: Autora



Figura 12: Pé do túmulo de D. Dinis, Mosteiro S. Dinis de Odivelas.
Fonte: Autora

¹¹² VAZ, Maria Manuela - *O Real Mosteiro de S. Dinis*. Comissão Instaladora do Município de Odivelas, 2001, p. 11.

¹¹³ BRANCO, Manuel Bernardes. *As minhas queridas freirinhas de Odivelas*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1886.

¹¹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 29-30.

¹¹⁵ FIGUEIREDO, A. C. Borges de – *Op. cit*, p.5.

¹¹⁶ SARAIVA, Carlota Abrantes - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas: 1295-1995*. Lisboa: Instituto de Odivelas, 1995, p. 15.

O que nos diz a carta de dotação do mosteiro¹¹⁷ é apenas que este foi fundado em honra de S. Dinis e de S. Bernardo: “... Nós, D. Dinis, pela graça de deus Rei de Portugal e do Algarve, com nossa mulher a Rainha D. Isabel e com nossos filhos Infante D. Afonso, filho primeiro e herdeiro, e Infanta D. Constança, em honra de Deus e da Virgem Santa Maria e de toda a corte celestial e especialmente em honra e louvor de S. Dinis e S. Bernardo, por nossas almas, dos Reis que antes de nós foram, e remissão de nossos pecados, e de nossos sucessores, fundamos, e fazemos de novo em a nossa câmara de morada, que nós havíamos em termo da nossa cidade de Lisboa, em lugar que é chamado Odivelas (...)”¹¹⁸.

Qual tenha sido a motivação, a 27 de Fevereiro de 1295, é fundado o Mosteiro de Odivelas durante uma cerimónia solene que contou com a presença da principal nobreza da corte. Esta cerimónia é-nos descrita por Frei Francisco Brandão: “A esta quinta pois se foi el Rei a vinte e sete de Fevereiro, aonde o Bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães, e Pedro Remígio Chantre da Sé por parte do Cabido assistiram pessoalmente com o mesmo rei e fizeram a carta de fundação que assinaram em companhia de Dom Frei Domingos Abade de Alcobaça; assinou-a el Rei também de mão própria, e D. Elvira Fernandes primeira abadessa deste convento. Estava presente a principal nobreza da Corte, e na presença de todos lançou el Rei a primeira pedra com grande solenidade.”¹¹⁹

As obras foram provavelmente lavadas a cabo por Antão Martins e Afonso Martins, e para além da concessão do Paço e das suas dependências, D. Dinis dotou fartamente o mosteiro com a concessão de várias propriedades para seu rendimento nos lugares de Odivelas, Xabregas, Loures, Alenquer e Sintra, com vinhas, pomares, hortas, fontes, pedreiras, fornos, olivedos, azenhas, adegas, e lagares, assim como a mata e a tapada que o rei possuía em Loures.¹²⁰ Dotou também o mosteiro com o direito de padroado das igrejas de Santo Estevão de Alenquer e de S. Julião de Santarém e concedeu-lhe a faculdade de herdar bens, quebrando a lei que ditava ser proibido aos religiosos herdarem bens imóveis.

121

Para o serviço espiritual das religiosas, sujeitas à jurisdição de Alcobaça, o rei estabelece um pequeno mosteiro de frades da Ordem na povoação e estipula nas constituições algumas cláusulas, sob forma de medidas preventivas, para evitar “acontecimentos desagradáveis”. D. Dinis impõe que as freiras vivam num regime rigoroso de clausura, determina que deverá existir apenas uma porta para o exterior (a porta da

¹¹⁷ Tomo dos títulos da fundação e doação ao mosteiro e padroado dele, privilégios, alvarás, e outros, tudo confirmado pelos reis até Filipe I. : Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹¹⁸ BRANDÃO, Fr. Francisco - *Monarchia Lusitana*. Parte V. Lisboa, 1650, p. 219.

¹¹⁹ *Idem ibidem*, p. 222.

¹²⁰ FIGUEIREDO, A. C. Borges de – *Op. cit*, pp. 12-15.

¹²¹ VAZ, Maria Máxima - *Por Terras de El Rei D. Dinis*. Lisboa: Chiado Editora, 2016, p. 64.

igreja).¹²² Nenhuma abadessa ou outras religiosas podem sair do mosteiro, devendo manter-se sempre reclusas e é expressamente proibida a entrada no claustro e suas dependências de indivíduos que não sejam: monges de Cister para administrar sacramentos, os visitantes da ordem, o rei que podia entrar com três pessoas honestas, o infante, o bispo e o abade de Alcobaça, sendo que cada um destes três podia levar consigo duas pessoas honestas. O médico, o sangrador, os carpinteiros e operários que devem estar sempre acompanhados de dois monges.¹²³

Enquanto o mosteiro está a ser construído as monjas ocupam o edifício do antigo Paço Real, uma das várias vivendas que os reis de Portugal possuíam nos arredores de Lisboa, anexa ao local e situada na Quinta das Flores, próxima do ribeiro que banha o vale de Flores. A 1 de Março de 1296 iniciam-se os serviços religiosos e em 1305 o mosteiro é oficialmente entregue às monjas, sob o abadessado de D. Elvira Fernandes. Não há como saber ao certo quantas religiosas viviam no mosteiro nesta fase inicial mas estima-se que seriam 80 ou menos.¹²⁴

Foram, a 14 de Julho de 1300 - segundo Manuel Bernardes Branco¹²⁵ -, ou a 14 de Julho de 1306 - segundo Borges de Figueiredo - alteradas as constituições de clausura por decisão do rei por serem consideradas demasiado rígidas. Estas segundas constituições mantiveram-se até que, em 1319, a terceira abadessa, D. Orraca Paes, que sucedeu o abadessado de D. Constança Lourenço, resolveu voluntariamente restabelecer as primeiras constituições do convento, apenas com a modificação de ser permitida a entrada no mosteiro a algumas damas de qualidade, que as constituições originais não permitiam.^{126 127}

É impossível saber ao certo como era a casa claustral original porque foram feitas sucessivas reconstruções e o mosteiro sofreu significativas alterações ao longo do tempo.¹²⁸

O mosteiro era inicialmente constituído pela igreja e pelo claustro (que foi, nos primeiros tempos, provavelmente um claustro provisório), com suas respetivas dependências: a cozinha, dormitórios, latrinas e outras dependências de apoio. A igreja original possuía três naves que comunicavam entre si através de passagens estreitas - a confirmá-lo estão os arranques das abóbadas - que se estendem num comprimento de 72 metros, uma imponência fora do comum.¹²⁹

¹²² SARAIVA, Carlota Abrantes - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas: 1295-1995*. Lisboa: Instituto de Odivelas, 1995, p. 18.

¹²³ FIGUEIREDO, A. C. Borges de - *Op. cit.*, pp.16, 17.

¹²⁴ *Idem, ibidem*, pp. 10, 11

¹²⁵ BRANCO, Manuel Bernardes - *As Minhas Queridas Freirinhas de Odivelas*. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1886, p. 51.

¹²⁶ FIGUEIREDO, A. C. Borges de - *Op. cit.*, pp. 18-19.

¹²⁷ BRANCO, Manuel Bernardes - *Op. cit.*, p. 53.

¹²⁸ FIGUEIREDO, A. C. Borges de - *Op. cit.*, p. 22.

¹²⁹ *Idem, ibidem*, p. 22.

O século XIV representa uma época muito conturbada, que contou com abalos sísmicos nos anos 1309, 1318, 1321, 1337, 1343, 1344, 1347, dois no ano 1355, e em 1356, sendo que este último foi particularmente violento.¹³⁰ É muito provável que estes sismos tenham provocado estragos significativos no conjunto mas as reparações feitas são menos perceptíveis do que as levadas a cabo após outros sismos que se deram nos séculos XVI e XVII, porque nas recuperações dos danos causados por estes primeiros terremotos ainda se manteve o sistema gótico de construção.^{131 132}

D. Dinis morre em 1325 e pensa-se que a primeira pedra do claustro Novo, que veio provavelmente substituir um claustro provisório, é lançada a 1348 pela mão do mestre Domingos Domingues. No início do século XV Lisboa foi invadida pela peste que atacou, entre muitos outros, a rainha D. Filipa de Lencastre. Uma vez que a zona de Santarém estava muito afectada pela epidemia e registava valores cada vez mais altos de doentes, a família real mudou-se para Odivelas, com a rainha já muito doente, que acabou por morrer a 18 de Julho de 1425 e foi sepultada no antecoro das freiras de Odivelas. Ceuta foi conquistada a 21 de Agosto do mesmo ano e D. João faleceu a 14 de Agosto de 1433.¹³³

Joana de Portugal, filha de D. Afonso V e de D. Isabel, iniciou a sua vida claustral no mosteiro de Odivelas, onde chegou a viver durante dois meses. No entanto, o convento não foi de encontro ao seu agrado porque a princesa procurava rigor e penitência extremos e neste convento não se vivia assim, pelo que se mudou para o Mosteiro de Jesus, em Aveiro.¹³⁴

Entre 1516 e 1536 foi abadessa D. Violante Cabral, irmã de Pedro Álvares Cabral. O número de religiosas do mosteiro aumentou significativamente desde a sua fundação, pelo que D. Violante decidiu construir um novo claustro com novas dependências: o claustro da Moura, separado do antigo pelo refeitório e cozinha. Foi também responsável pela realização de obras de remodelação e transformação de parte das primitivas instalações, que ficaram grandemente danificadas devido ao abalo sísmico de 1531, o que pode justificar os elementos do estilo manuelino que se encontram em alguns pontos do Claustro Principal, também referido como Claustro Novo ou Claustro Grande.¹³⁵

Abateu-se sobre o mosteiro um outro terremoto a 24 de Agosto de 1536 que provocou novos estragos no complexo monacal e obrigou a novas obras de restauro. Em

¹³⁰ VAZ, Maria Máxima - *Por Terras de El Rei D. Dinis*. Lisboa: Chiado Editora, 2016, p. 67.

¹³¹ VAZ, Maria Máxima – *Odivelas, uma viagem ao passado*. Lisboa, g.Cb produções gráficas, 2003, p. 32.

¹³² VAZ, Maria Máxima; PACCETTI, Virgínia; PINTASSILGO, Joaquim; MAGARRO, Maris João; LOUREIRO, Lourdes – *O Instituto de Odivelas, 115 anos a formar e a educar*. Lisboa: Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas, 2017, P. 15.

¹³³ BRANCO, Manuel Bernardes – *Op. cit*, pp. 75-107.

¹³⁴ *Idem, ibidem*, pp. 108-111.

¹³⁵ VAZ, Maria Máxima - *Por Terras de El Rei D. Dinis*. Lisboa: Chiado Editora, 2016, p. 72.

1573 é provável que tenha sido iniciada uma remodelação no alpendre que liga a igreja à portaria, por ordem de D. Guiomar de Noronha, e cujas obras terminaram em 1639.¹³⁶ No fim do século XVI o mosteiro já tinha começado a perder as linhas primitivas, como nos diz Carlota Saraiva: “A esse tempo já a edificação de D. Dinis devia ter começado a perder a primitiva pureza de linhas”¹³⁷, que são cada vez mais alteradas daqui em diante.

II.3.3 : CRONOLOGIA HISTÓRICA: SÉCULOS XVII-XVIII

No início do século XVII, em 1608, é feita uma descrição do Mosteiro por Luis Vasconcelos: “...notabilíssimos conventos (...) e o de Odivelas, digno de grande admiração; porque não creio que tenha o Mundo outro de mais religiosas, tendo entre servidoras e freiras mais de quatrocentas mulheres, nove frades, e muitos servidores de fora; do qual se contam algumas grandezas, muito notáveis, que deixo, por serem sabidas de todos: mas a excelência da sua música não pode deixar de se celebrar em todo o tempo e ocasião...”¹³⁸

A partir deste excerto da obra “Do Sítio de Lisboa – Diálogo” é possível perceber que o número de religiosas que habitava esta casa aumentou significativamente desde os tempos da sua fundação. De forma a responder ao alargamento da comunidade existem referências de realização obras de construção de novos espaços funcionais: em 1611 D. Isabel de Meneses mandou acrescentar às instalações um novo dormitório e em 1677 é construído um outro, por ordem de D. Guiomar de Sousa e Melo, conhecido como dormitório Corte Real. Já a igreja, que não era destinada apenas à comunidade religiosa que habitava o mosteiro mas sim aberta ao público, manteve-se como inicialmente construída porque estava já sobredimensionada para a capacidade inicial.¹³⁹

Em meados do século XVII, no ano de 1656, D. João IV decidiu fazer obras no mosteiro e entregou a sua direção a João Turriano, frade beneditino que segue a estrutura de organização beneditina mas altera o traçado gótico inicial e que, segundo Maria Máxima Vaz “roubou ao corpo da igreja a sua harmonia arquitectónica”¹⁴⁰.¹⁴¹

¹³⁶ *Idem, ibidem*, pp. 75, 76.

¹³⁷ SARAIVA, Carlota Abrantes – *O Instituto de Odivelas – Breve Notícia Histórica*. Odivelas, 1978, p. 9.

¹³⁸ VASCONCELOS, Luis Mendes de – *Do Sítio de Lisboa – Dialogo*. Lisboa: Oficina de Luys Estupiñan, 1608, pp. 143, 144.

¹³⁹ TOMÉ, Manuela Maria Justino – *Odivelas, um mosteiro cisterciense*. Odivelas: Município de Odivelas, 2001, p. 49.

¹⁴⁰ VAZ, Maria Máxima – *O Concelho de Odivelas. Memórias de um povo*. Lisboa: G.Cb produções gráficas, 2000, p. 65.

¹⁴¹ SARAIVA, Carlota Abrantes - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas: 1295-1995*. Lisboa: Instituto de Odivelas, 1995, p. 49.

Vivia-se um clima de ostentação que, a par das obras de remodelação, adornou o coro da igreja com capelas opulentas de estilo barroco e que vestiu a nudez do gótico com pinturas, espelhos, panejamentos, pratas, ouro e pedras preciosas.¹⁴² A descrição desta nova realidade é-nos deixada por Jorge Cardoso em *Agiologio Lusitano*: “A qual se compõe de três naves e é tão comprida, que da metade dela se fez o coro com três ordens de cadeiras, capaz de duzentas religiosas. Nele há 6 capelas adornadas de riquíssimas peças e notáveis relíquias. Para ornato do divino culto está enriquecido este convento, com grande variedade de peças de prata: (...) e até grades do altar maior, do coro, frontais, panos de púlpito tudo revestido de lâminas de prata, e ultimamente rica Custódia de ouro, a melhor e mais custosa peça de Portugal”¹⁴³.

Os aposentos das feiras eram agora ornados de ouro, espelhos dourados, cadeiras de veludo, paredes de talha dourada, entre muitos outros luxos, que Padre Manuel Bernardes descreve extensivamente na obra já citada *As minhas queridas freirinhas d’Odivellas*.¹⁴⁴ Este requinte exterior abafou, a pouco e pouco, as virtudes monásticas desta casa, famosa em todo o reino pelo seu prestígio. Os abadessados passaram a ser excêntricos e duravam dias, os outeiros eram barulhentos e muito divertidos, passados num espaço que devia ser pautado pela meditação e pelo silêncio, e tornou-se comum o abandono do refeitório e das celas para casas privadas, que eram adornadas com luxo, ao contrário do que determina a Regra.¹⁴⁵ A vida das freiras era fácil, deleitosa e mundana.¹⁴⁶

De acordo com a Regra, as freiras deveriam recolher-se antes das dez da noite para dormir nas celas e usar as casas de habitação apenas para trabalhar durante o dia, mas as freiras já pouco se importavam e nas noites em que chegavam a recolher às celas faziam-no já muito tarde. Tinham espelhos nas suas casas onde praticavam a contemplação e a vaidade, que vão contra a modéstia exigida pelas regras da Ordem e usavam cabelos compridos, saias curtas e fivelas de ouro ou prata e espartilhos. Eram feitas grandes festas, procissões e mascaradas dentro do mosteiro, recebiam visitas diárias que muitas vezes geraram disputas, despeitos, intrigas e rivalidades.¹⁴⁷

Na maior parte dos conventos deste género existia uma sala que servia de prisão para as freiras que cometiam delitos, mas no mosteiro de Odivelas não consta que existisse

¹⁴² *Idem ibidem*, p. 38.

¹⁴³ CARDOSO, Jorge – *Agiologio lusitano dos sanctos e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas: consagrado aos gloriosos S. Vicente e S. Antonio, insigns patronos desta inclyta cidade Lisboa e a seu illustre Cabido Sede Vacante*. Lisboa: Officina Craesbeekiana, 1652-1744.

¹⁴⁴ BRANCO, Manuel Bernardes – *Op. cit*, pp. 343-349.

¹⁴⁵ FIGUEIREDO, A. C. Borges de – *Op. cit*, p. 69.

¹⁴⁶ SARAIVA, Carlota Abrantes - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas: 1295-1995*. Lisboa: Instituto de Odivelas, 1995, pp. 38-40.

¹⁴⁷ FIGUEIREDO, A. C. Borges de – *Op. cit*, pp. 67, 70-73, 78.

uma. Em vez disso, as penas impostas eram a retirada de refeições ou comer no chão, mas eram muito raramente aplicadas.¹⁴⁸

A 17 de Maio de 1686 toma o hábito de noviça D. Luís Maria de Moura, que viria a fomentar várias obras, na qualidade de abadessa.

Em 1691 é construída uma nova porta de entrada no mosteiro, com uma roda que se destinava à entrega de cartas e venda de doçaria e que serviu também durante muito tempo como sitio de trocas comerciais e vendas ilegais como a venda de tabaco para fora.^{149 150}

O século XVIII foi uma época conturbada na história de Portugal. Sucedeu o trono de D. Pedro II o seu filho, D. João V, o Magnânimo, numa altura em que o país estava em decadência. D. João V não deixou de aplicar dinheiro no Mosteiro de São Dinis de Odivelas, continuando o país pobre, numa altura em que a indústria e a agricultura estavam enfraquecidas e se sentiam as consequências das fortes ondas de emigração para o Brasil.

D. João V reinou Portugal durante 43 anos, entre 1707 e 1750, e durante o seu reinado chegaram a viver no mosteiro 300 freiras, segundo Demouriez¹⁵¹. O rei D. João V ordenou remodelações, aumentando os dormitórios e melhorando o refeitório, cozinha e outras dependências, que desvirtuam a anterior simplicidade monástica. Foram também feitas obras na igreja, mas mais no sentido de a embelezar e engrandecer do que por necessidades reais de reparação. A ausência de decoração tão defendida pelos cistercienses é abandonada e substituída pelo excesso de elementos decorativos ao estilo barroco, que são reveladores da ostentação que aqui se vivia.

No decorrer desta época, o mosteiro patrocina festas sumptuosas, com outeiros e concertos musicais e o desapego aos princípios da Regra que se vivia era não só revelado pelo clima de riqueza e ostentação, como também pelas relações amorosas entre freiras e fidalgos, que trouxeram o escândalo e a má fama ao mosteiro.¹⁵² Este ambiente vivido na época é-nos descrito por várias personagens que o visitaram:

Sobre a viagem de Duc du Chatelet a Portugal, registou-se: *“O convento de Odivelas continha, no reinado d’El Rei D. João V, trezentas religiosas, todas jovens e belas. Tinha cada uma delas um amante conhecido, raras vezes trajavam o vestuário da Ordem. Entregavam-se ao requinte do galanteio, e passavam por ser as mulheres mais sedutoras*

¹⁴⁸ FIGUEIREDO, A. C. Borges de – *Op. cit.*, p. 79.

¹⁴⁹ *Idem, ibidem*, pp. 37-38.

¹⁵⁰ LIXA, Florinda Rosa Pisco; PEREIRA, Ana Paula; CABRAL, Manuel Villaverde; MARTINS, Isabel; PIRES, Paula – *Plano de salvaguarda e reabilitação do núcleo antigo de Odivelas. Requalificação do Largo D. Dinis no âmbito do programa URBAN*. Lisboa: Câmara Municipal de Loures, 1997, parte I, p. 6.

¹⁵¹ DUMOURIEZ, Charles-François - *État présent du Royaume de Portugal en l’Année MDCCLXVI*. A Lausanne: Chez François Grasset. 1755, p. 189.

¹⁵² SARAIVA, Carlota Abrantes - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas: 1295-1995*. Lisboa: Instituto de Odivelas, 1995, p. 51.

do país.”¹⁵³. E João Baptista de Castro escreveu, em 1763: “Por muitos títulos e circunstâncias é digno de atenção este mosteiro: pela grandeza do seu templo; pelo asseio e adorno das suas capelas; pela majestade e aparato do culto divino; pela opulência com que o dotou o rei, seu fundador; pelo grande numero de religiosas, e suas admiráveis vozes, que tanto encarece e aplaudia no seu tempo Luiz Mendes de Vasconcelos; e, finalmente, por outros muitos argumentos, com que poucas igrejas e comunidades lhe podem igualar”¹⁵⁴

Estes dois testamentos são mais tarde confirmados por Dumouriez, que nos deixa a sua descrição em 1775: “Todos os conventos de Portugal tomam por modelo o d’Odivelas, onde trezentas freiras belas e namoradeiras formavam o serralho de D. João V, d’onde saíram todos os bastardos deste rei, e as quais tinham, cada uma, um ou vários amantes, com os quais se distraíam. Estas religiosas enfeitadas, nunca usando dos seus hábitos de religião, cobertas de vermelhão, de moscas e de diamantes, animavam o galanteio o mais refinado, e passavam por serem as amantes mais atraentes dos portugueses nobres.”¹⁵⁵

Em 1707 é feita a escultura central do Claustro da Moura, em homenagem a D. Luisa de Moura, que foi uma das mais célebres abadessas do mosteiro devido a todas as obras que executou, entre as quais a remodelação deste claustro.¹⁵⁶

A 1 de Novembro de 1755 deu-se o Grande Terramoto, que deixou um rasto de destruição imenso no mosteiro e que forçou as religiosas a viverem durante alguns anos em construções precárias na cerca e a utilizarem a “casa do lagar do azeite” como igreja.¹⁵⁷ As consequências deste terramoto foram ainda agravadas pelos efeitos de um outro que se fez sentir em 1758. O terramoto de 1755 provocou a queda das abóbadas das três naves da igreja, de um quarto absidiolo onde era a sacristia, das dependências das freiras e de duas alas do claustro principal: as alas norte e nascente.¹⁵⁸ É muito provável que o Claustro da Moura tenha sido também atingido uma vez que foi reconstruído mais do que uma vez.¹⁵⁹

Durante a segunda metade do século XVIII é feita a reconstrução da igreja, da sacristia e sala anexa e das alas este e norte do claustro Novo – ala do capítulo e ala do refeitório – e é feito também o revestimento do refeitório com azulejos. Esta reedificação alterou significativamente as características do mosteiro, principalmente no que diz respeito à igreja e ao claustro Novo. As alas nascente e norte do claustro passaram a vestir uma

¹⁵³ BOURGOING, Jean François. *Voyage du Duc du Chatelet en Portugal*. Volume I. Paris, 1801, p. 56.

¹⁵⁴ CASTRO, João Baptista de - *Mappa de Portugal*. Vol III. 1763, p. 476.

¹⁵⁵ DUMOURIEZ, Charles-François - *État présent du Royaume de Portugal en l’Année MDCCLXVI*. A Lausanne: Chez François Grasset. 1755, p. 189.

¹⁵⁶ SARAIVA, Carlota Abrantes - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas: 1295-1995*. Lisboa: Instituto de Odivelas, 1995, p. 51.

¹⁵⁷ *Idem ibidem*, p. 53.

¹⁵⁸ VAZ, Maria Máxima - *Por Terras de El Rei D. Dinis*. Lisboa: Chiado Editora, 2016, p. 69.

¹⁵⁹ *Idem ibidem*, p. 69.

construção mais pesada e deselegante, de características neoclássicas e a igreja passou a ter uma só nave de estilo Neoclássico, com 38 metros de comprimento. Foi por volta desta altura que foi construída a parede que separa a igreja do coro, dando lugar a duas divisões independentes, que cortaram os seus imponentes 72 metros de comprimento.

II.3.4 : CRONOLOGIA HISTÓRICA : SÉCULOS XIX-XX

No início do século XIX o país vivia uma crise motivada pelo rasto de destruição deixado pelas invasões napoleónicas (que violaram o túmulo de D. Dinis entre 1807 e 1808) e pela ausência da corte real que estava erradicada desde Novembro de 1807 no Brasil. A agravar a situação deu-se o termino do pacto colonial, que determinava que Portugal beneficiava dos produtos e da atividade económica das suas colónias, e a quebra de exportações do país devido à entrada do Brasil no comércio mundial. O Rio de Janeiro tornou-se a capital do reino em 1808 e em Abril de 1821 o Rei D. João VI retomou a Portugal, recuperando Lisboa o seu estatuto de capital.¹⁶⁰

Existe um relato feito por Marianne Baillie, que retrata o ambiente vivido no mosteiro entre os anos de 1821 e 1824, e que testemunha que nesta época a quantidade de freiras do mosteiro era já muito reduzida e que o convento tinha já restaurado grande parte do respeito que perdera durante os reinados de D. João IV e, principalmente, D. João V: *“Assim que chegámos a Odivelas, mostraram-nos a igreja, que é uma bela construção e contém túmulos de pessoas reais. A ordem das freiras é a de S. Bernardo, frade de branda condição, pois que lhes permitiu conversar à grade com os conhecidos do género masculino. O traje não é muito decente (...) Atualmente as freiras são vinte e cinco, e muitas delas damas de boas famílias, e gozam de uma reputação muito respeitável. Não sucedia o mesmo no tempo d’El Rei D. João V, em que as freiras eram trezentas.”*¹⁶¹

Em 1822 inicia-se a monarquia constitucional no país e em 1826 a morte do rei D. João VI origina uma intensa disputa entre constitucionais e absolutistas, a fim de determinar quem sucederia ao rei. A disputa desencadeou a Guerra Civil Portuguesa, que durou entre 1828 e 1834. O fim da guerra, assinalado pela “Concessão de Évora Monte”, teve terríveis consequências para as áreas do património e da humanidade.

A instalação do Governo liberal em Portugal trouxe, pela mão do ministro Silva Carvalho, o início da nacionalização dos bens. Neste documento é declarada a extinção de

¹⁶⁰ MATOS, Margarida Mendes [Et al] - *História de Portugal*. Lisboa, 1989.

¹⁶¹ BAILLIE, Marianne de – *Lisbon in the years of 1821, 1822 and 1823*. London: John Murray, 1824, p. 164.

todas as casas das Ordens religiosas, entre as quais conventos, mosteiros, colégios e hospícios psiquiátricos. A extinção das Ordens masculinas foi imediata e as Ordens femininas deixaram de poder admitir noviças e foram autorizadas a funcionar até à morte da última freira, estando assim condenadas à eventual extinção.¹⁶²

A falta de recursos causou cenas de desolação por todo o país e as freiras de Odivelas viveram em tal pobreza que se viram obrigadas a trocar preciosidades por alimento e até a mendigar.¹⁶³

Em 1875 ainda habitavam o Mosteiro de São Dinis de Odivelas 8 freiras, sendo que em 1886 faleceu a última freira professa desta comunidade, D. Bernardina da Encarnação Correia, mas até 1888 – data em que o mosteiro encerrou oficialmente - continuou a habitar o mosteiro uma religiosa vinda do mosteiro cisterciense do Mocambo, na Madragoa. Foi esta a última religiosa cisterciense em Portugal, que faleceu em 1909, em casa própria.¹⁶⁴

O imóvel foi incorporado na Fazenda Nacional e os livros mais importantes foram distribuídos por vários organismos, como a Inspeção Geral de Bibliotecas e Arquivos de S. Vicente e a Academia de Belas Artes, e os móveis e objetos de maior valor, que nem o tempo nem os terramotos conseguiram destruir, foram comprados por particulares. Perderam-se muitos e valiosos bens, entre os quais uma mesa de ébano da Madre Paula e uma espineta do ano 1697, mas sobrou uma parte substancial dos azulejos, que ficaram conservados.¹⁶⁵

Em 1887 Borges de Figueiredo fez uma visita demorada ao mosteiro e em 1887 desenhou uma planta que nos permite o conhecimento desta casa cisterciense feminina nos finais do século XIX.¹⁶⁶

¹⁶² SILVEIRA, Luís Espinha da - *Análise Social. A venda dos bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem*, vol. XVI, nº 61-62. 1990, p. 87.

¹⁶³ SARAIVA, Carlota Abrantes - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas: 1295-1995*. Lisboa: Instituto de Odivelas, 1995, p. 56.

¹⁶⁴ VAZ, Maria Máxima - *Por Terras de El Rei D. Dinis*. Lisboa: Chiado Editora, 2016, p. 71.

¹⁶⁵ SARAIVA, Carlota Abrantes - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas: 1295-1995*. Lisboa: Instituto de Odivelas, 1995, p. 57.

¹⁶⁶ *Idem ibidem*, p. 42.

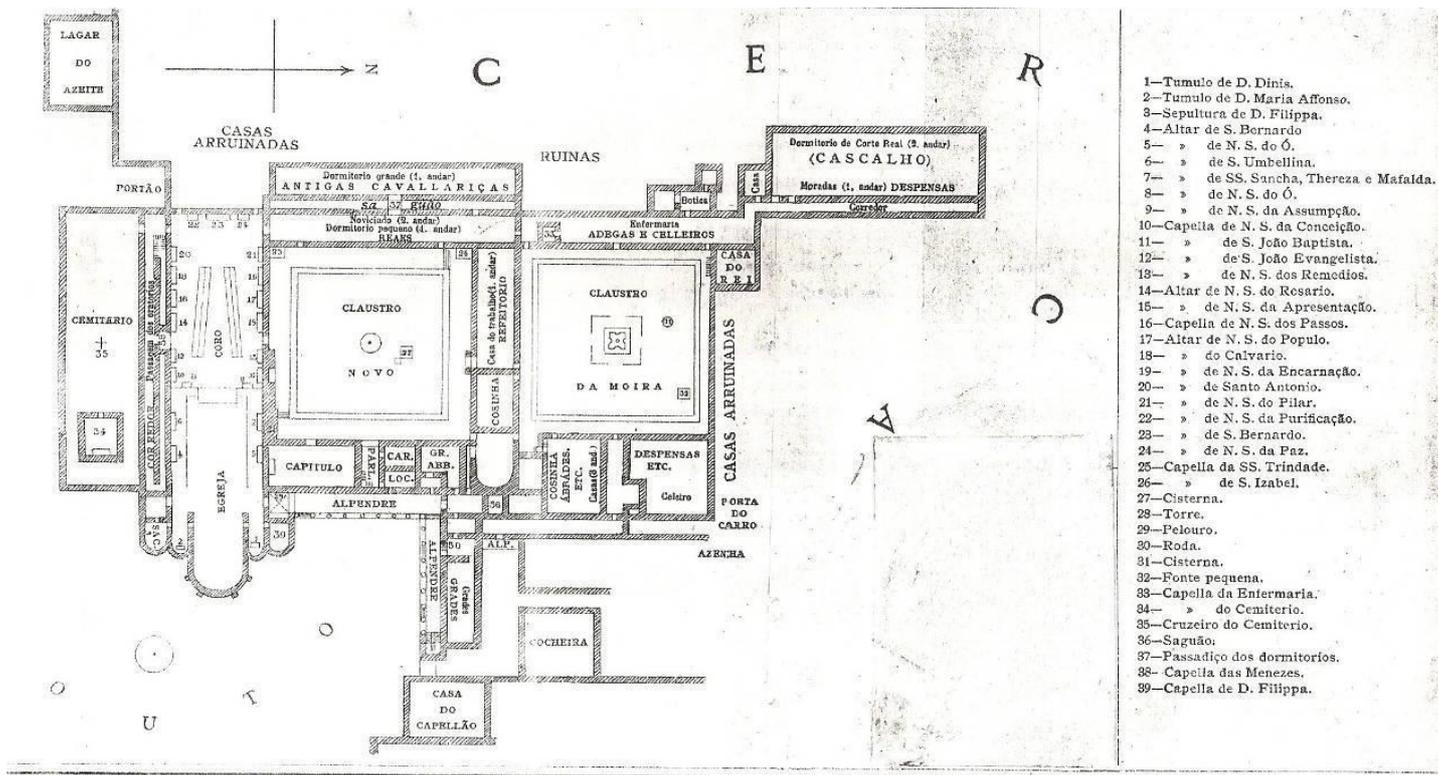


Figura 13: Planta do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, feita por Borges Figueiredo, 1887.

Fonte: TOMÉ, Manuel Justino – Mosteiro de S. Dinis de Odivelas (...) Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Évora.

O edifício foi cedido provisoriamente à administração do Hospital de S. José a 16 de Agosto de 1899 para que pudessem ser acolhidos 165 doentes inválidos provenientes de outra instalação. Este espaço é encerrado em 1901 por Curry Cabral, devido a falta de condições.¹⁶⁷

A 9 de Março de 1899 iniciam-se as obras de ampliação e adaptação do mosteiro a uma nova função - o Instituto Infante D. Afonso, que mais tarde se passou a chamar Instituto de Odivelas - que foram feitas com pouco respeito pela história do espaço e deixaram o mosteiro bastante mutilado¹⁶⁸, como nos diz Carlota Abrantes Saraiva: “Os engenheiros encarregados de aqui fazerem obras não perceberam que estavam em presença de um

¹⁶⁷ VAZ, Maria Máxima; PACCETTI, Virgínia; PINTASSILGO, Joaquim; MAGARRO, Maris João; LOUREIRO, Lourdes – *O Instituto de Odivelas, 115 anos a formar e a educar*. Lisboa: Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas, 2017, p. 18.

¹⁶⁸ Comissão Instaladora do Município de Odivelas - *O real Mosteiro de S. Dinis*. Novembro, 2001, p. 9.

*edifício que, antes de ser intervencionado, devia ter sido respeitado. Adaptar não significa mutilar, mas, neste caso, foi isso que se fez, o que muito lamentamos.*¹⁶⁹

As obras de adaptação à instalação do Instituto de Odivelas alteraram significativamente o espaço: foi eliminado o coro para se construírem salas de recreio, foram demolidas as antigas enfermarias e a águia da sala do capítulo foi transportada para a Capela-mor.¹⁷⁰ Enquanto estas obras de adaptação estão ainda a decorrer no mosteiro, o instituto é inaugurado com 57 alunas a 14 de Janeiro de 1900 num edifício de Lisboa, onde permaneceu três anos.¹⁷¹

Em 1910 a igreja foi encerrada ao culto e em 1940 foram concluídas as obras que reconstituíram à traça primitiva toda a cabeceira da igreja e que retornaram alguns elementos decorativos ao seu desenho primitivo, como os capitéis que estavam já em fase de decaimento avançado. Foram melhorados os acessos ao mosteiro e arranjado o espaço exterior dos claustros. Foram também aplicados revestimentos de azulejos (alguns modernos, outros cópias e silhares já existentes, e outros que foram recuperados e restaurados com preenchimento de vazios por reconstituição). É também nesta obra que são removidas algumas das decorações barrocas e que são instaladas infraestruturas e equipamentos relativos à água, esgotos, eletricidade, etc.¹⁷²

A 16 de Junho de 1910 o mosteiro é declarado Monumento Nacional por Decreto de 16 de Junho de 1910, publicado no *Diário do Governo* nº 136 de 23 de Junho de 1910.

Em 1922 as janelas do Paço Real desmoronaram por ruína e foi colocado o escudo real no Claustro da Moura. Em 1942 o General Santos da Costa, Subsecretário de Estado da Guerra, promove uma modificação profunda nas instalações. A 28 de Fevereiro de 1969 um novo abalo sísmico provoca estragos no imóvel e em 1973 é colocada uma lápide comemorativa da fundação do Instituto no claustro.

As obras promovidas pelo General Santos da Costa são levadas a cabo entre 1944 e 1950 sob forma de uma remodelação profunda das instalações, fundamentada pelo seu estado avançado de degradação que prejudica o trabalho académico.

É realizado o arranjo do claustro Novo em 1948 sob a orientação do arquiteto Baltasar de Castro, um dos protagonistas da linhas de ação da DGEMN (Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) e o arranjo do espaço exterior dos claustros entre 1949 e 1950, e em 1974 são feitas obras de conservação. Em 1990 são realizadas obras de

¹⁶⁹ VAZ, Maria Máxima – *Odivelas, uma viagem ao passado*. Lisboa, g.Cb produções gráficas, 2003, p. 32.

¹⁷⁰ VAZ, Maria Máxima - *Por Terras de El Rei D. Dinis*. Lisboa: Chiado Editora, 2016, p. 72.

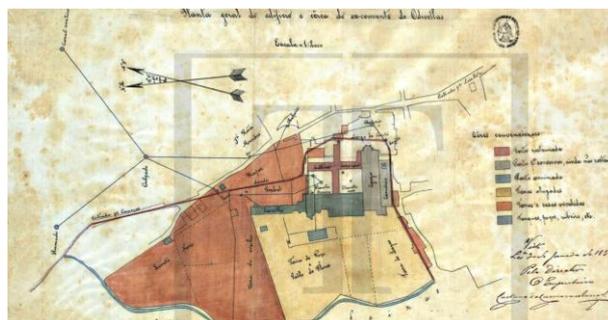
¹⁷¹ SARAIVA, Carlota Abrantes - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas: 1295-1995*. Lisboa: Instituto de Odivelas, 1995, p.79.

¹⁷² TOMÉ, Manuela Maria Justino – *Odivelas, um mosteiro cisterciense*. Odivelas: Município de Odivelas, 2001, p. 57.

beneficiação do claustro da Moura e em 1992 novas obras de beneficiação do claustro Principal. Já em 1994 procede-se à substituição integral da cobertura do alpendre do Claustro da Moura.¹⁷³

II.4 : O SISTEMA HIDRÁULICO DO MOSTEIRO

O mosteiro está implantado num local com declives norte/sul e nascente/poente, a uma cota média de 43 metros e com a Ribeira de Caneças situada a poente, à cota de 40 metros.¹⁷⁴ A captação de água potável fazia-se através de duas nascentes, uma situada na



Ramada e outra no Casal Ventoso, que confluíam na mãe d'água do Calçado. A partir daí a água era aduzida, também em canalização subterrânea, até ao lavabo do claustro, a partir de onde era repartida pelas dependências necessitadas. A água não potável era conduzida a partir de um desvio do caudal da Ribeira de Caneças até ao mosteiro, atravessava as instalações necessitadas (área de lavagens, latrinas, etc.) e era descarregada na Ribeira de Caneças. O sistema de evacuação fazia-se através de uma levada, derivada de um dique construído na Ribeira de Caneças, a cerca de 2.3 km a montante. Esta levada descia de Arroja até ao mosteiro e conduzia a água em aqueduto, passava sob as latrinas da enfermaria e dos dormitórios e descarregava os efluentes na mesma ribeira.¹⁷⁵

É muito complicado reconstruir com exatidão o sistema hidráulico primitivo do mosteiro devido às vicissitudes por que passou este edifício ao longo dos tempos, e que já foram nesta trabalho mencionadas. O sistema hidráulico terá que permanecer hipotético e a ser confirmado por futuras investigações arqueológicas. Atualmente as instalações são alimentadas a partir de um reservatório municipal localizado no mesmo sitio do primitivo manancial do Casal Ventoso e as antigas nascentes estão protegidas por uma construção de calcário encimada por uma cobertura em cúpula.

Figura 14: Esboço dos terrenos do mosteiro, de 1892, rede de abastecimento geral de águas e rede principal de saneamento.

Fonte: *Análise Urbana – Odívelas. De Aldeia a Centro Histórico da Cidade*. CIAAM, Rogério Vieira de Almeida. Vítor Durão.

¹⁷³ *Idem, ibidem*, p. 60.

¹⁷⁴ TOMÉ, Manuela Justino et al – *Aspectos da Hidráulica do Mosteiro Cisterciense de São Dinis de Odívelas* in *Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna (...)*, p. 244.

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 241.

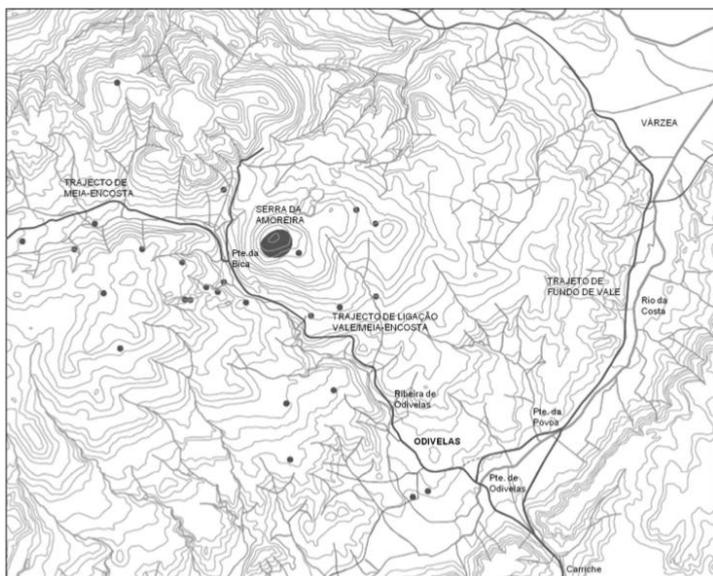


Figura 15: Desenho de reconstituição do território da região de Odivelas. Topografia e rede hidrográfica.

Fonte: *Análise Urbana – Odivelas. De Aldeia a Centro Histórico da Cidade*. CIAAM, Rogério Vieira de Almeida, Vitor Durão.



Figura 16: Odivelas, fotografia aérea. Assinalados estão o mosteiro, a Mãe-d'água do Calçado, a Arroja, a Ribeira de Caneças, a levada, a nascente do Casal Ventoso e o dique.
Fonte: TOMÉ, Manuela Justino; MONTEIRO, Maria Filomena; CORNACHO, Maria da Graça; JORGE, Virgolino Ferreira – *Aspectos da Hidráulica do Mosteiro Cisterciense de São Dinis de Odivelas* in Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna, (...), Hidráulica Monástica Medieval e Moderna. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.

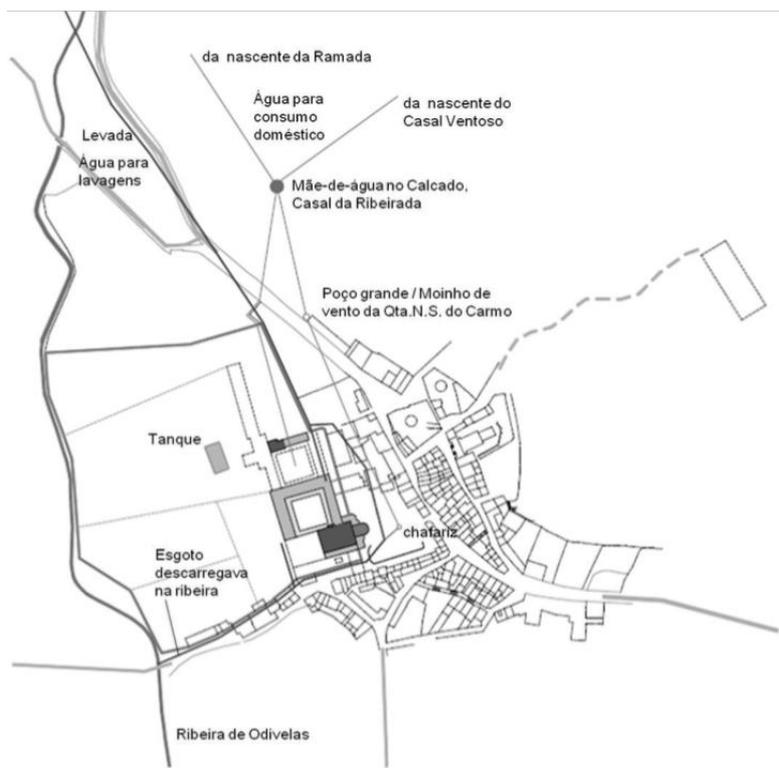


Figura 17: Desenho de reconstituição. O desenho das redes principais de fornecimento de água e a rede principal de esgoto que estavam implementados ao serviço do mosteiro.

Fonte: *Análise Urbana – Odivelas. De Aldeia a Centro Histórico da Cidade*. CIAAM, Rogério Vieira de Almeida, Vitor Durão.

I.4.1 : CAPTAÇÃO

O mosteiro era fornecido de água potável proveniente de duas nascentes: a do Casal Ventoso situada à cota de 117 metros e a da Ramada situada à cota de 100 metros. Estas duas nascentes confluíam na mãe-d'água do Calçado, implantada à cota de 63 metros. A captação da água era feita através de uma mina subterrânea com 1,80 m de altura e 0,55 m de largura. As paredes são de alvenaria de pedra e a cobertura é constituída por duas lajes de pedra montadas em V invertido em toda a largura e que se prolongam por toda a extensão da mina. A água recolhida pela mina era conduzida até à caixa de sedimentação de planta circular, construída em calcário, com diâmetro interior de 0,70 m e espessura de 0,25 m.¹⁷⁶

Para necessidades que exigiam maior caudal, como latrinas, regas e lagares, era utilizada água não potável captada a partir de um desvio de caudal da Ribeira de Caneças, por um dique situado a 1,250 km a montante, e conduzida por gravidade até à zona Norte do Mosteiro (zona mais elevada) através de uma levada.



Figura 18: *Nascente do Casal Ventoso, Odivelas*

Fonte: *Aspectos da hidráulica do Mosteiro cisterciense de São Dinis de Odivelas*, Manuela Justino Tomé, Maria Filomena Monteiro, Maria da Graça Cornacho, Virgolino Ferreira Jorge. (...) Fundação Oriente, 1996.



Figura 19: *Corredor da mina do Casal Ventoso, Odivelas*

Fonte: FERREIRA, Virgolino Jorge – *Os Cistercienses e a água (...)*



Figura 20: *Arroja, aspecto da levada.*

Fonte: *Aspectos da hidráulica do Mosteiro cisterciense de São Dinis de Odivelas*, Manuela Justino Tomé, Maria Filomena Monteiro, Maria da Graça Cornacho, Virgolino Ferreira Jorge (...) Fundação Oriente, 1996

¹⁷⁶TOMÉ, Manuela Justino; MONTEIRO, Maria Filomena; CORNACHO, Maria da Graça; JORGE, Virgolino Ferreira – *Aspectos da Hidráulica do Mosteiro Cisterciense de São Dinis de Odivelas* in Actas so Sinópsio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna, (Convento da Arrábida, 15-17 de Novembro de 1993), Hidráulica Monástica Medieval e Moderna. Lisboa: Fundação Oriente, 1996, p. 244.

II.4.2 : ADUÇÃO

A água potável era conduzida em canalização subterrânea por gravidade até à fonte do claustro. A canalização partia da cota inferior das caixas, a um nível aproximado da sua base, que trabalhavam como tanques de decantação de impurezas porque permitiam a acumulação de partículas e poeiras no fundo e contribuíam para a purificação da água.

O abastecimento de água para as necessidades da comunidade monástica (latrinas, regas, lagares, etc.) exigiam um caudal maior e, para esses casos, era utilizada a água da Ribeira de Caneças, conduzida através de uma levada captada na ribeira, na localidade da Ramada, à distância de 2,3 km a montante. Ao longo do primeiro troço a levada tem forma de vala a céu aberto e acompanha as curvas de nível da topografia local e depois passa a um aqueduto que atravessa a Ribeira de Caneças na Arroja e continua até ao mosteiro. A altura do aqueduto molda-se à cota do terreno e da pendente necessária para a adução de água. A construção é de alvenaria de pedra onde assenta uma caleira cuja base é em lajetas de calcário com espessura de 0,15 m em toda a sua largura. Sobre estas lajetas estão aplicados, a cutelo, outros blocos rochosos, também de grande dimensão, com comprimento de 0,48 m (corresponde praticamente à secção interior da caleira) e espessura de 0,27 m. Sobre estas pedras que formam as paredes laterais da caleira está aplicado um capeamento de tijoleira cerâmica com as dimensões de 0,27 m x 0,13 m x 0,12 m. A caleira tem uma largura exterior de 1 m e dimensões interiores de 0,46 x 0,50 m.¹⁷⁷

II.4.3 : DISTRIBUIÇÃO E EVACUAÇÃO

O complexo monástico primitivo ficou quase totalmente destruído com os terramotos sofridos (principalmente os de 1755 e 1758) e com as sucessivas ampliações que sofreu, sendo que não existem vestígios de reservatórios ou outras instalações coevas para distribuição de água potável.

Este mosteiro, tal como os outros da ordem, tinha um esquema de distribuição interna que conduzia a água potável em adução, através de canalização subterrânea, até ao lavabo, situado no claustro primitivo, de onde era repartida para a cozinha e outras dependências necessitadas.¹⁷⁸

¹⁷⁷ *Idem ibidem*, pp. 244, 245.

¹⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 245.

A água não potável, conduzida pela levada, entrava no mosteiro do lado norte e passava sob as latrinas da enfermaria e dos dormitórios indo descarregar os efluentes na Ribeira de Caneças, a poente do mosteiro e a uma cota inferior à da implantação deste.¹⁷⁹

II.5 : OS CLAUSTROS

A palavra *claustro* conhece as suas origens no latim clássico do século XIII: *claustra*, *claustrorum* e, no neutro, *claustrum*, significa “lugar fechado”. Nestes espaços, comunicativos com todas as partes vitais do edifício, não é permitida a entrada de estranhos. É constituído por quatro corredores que formam um quadrilátero com um jardim no meio. Caracteriza-se por ser um espaço fechado, plácido e protegido que representa uma zona absolutamente fundamental da vida monacal, embora subordinado à igreja. A importância deste espaço é sublinhada em todos os estudos relativos a este tipo de edifícios, que nos indicam a grande frequência de existência de claustros provisórios nos mosteiros até os definitivos estarem construídos.¹⁸⁰

É nos claustros que é possível encontrar traços característicos da vivência destas comunidades. São locais plenos de luz e ar puro, onde se realizavam várias tarefas diárias como leituras e meditações e onde até, embora muito raramente, eram permitidas conversas. É um espaço de recolhimento, aprazível e sereno, que serve para a manutenção da fé impassível destes monges, e onde um pequeno jardim e um tanque com água corrente amenizam a vida dura de clausura.¹⁸¹

É um lugar espiritual, de alimento para a alma, carregado de simbolismo, metáforas e alegorias que serão abordadas adiante, no subcapítulo “*Hortus conclusus*”.

II.5.1 : O CLAUSTRO NOVO

O designado Claustro Novo é, na verdade, o claustro mais antigo, posto que é neste espaço que se encontra a casa capitular, onde estão duas sepulturas do século XIV, como nos diz Borges Figueiredo: “*O que nos leva a crer isto, é estar nele a casa capitular, que não pode deixar subsistir desde a construção primitiva, e o encontrarem-se ainda nessa casa duas lápides sepulcrais do século XIV*”¹⁸². Outra evidencia de que é este o claustro mais antigo prende-se com o facto de D. Dinis ter escolhido colocar o altar do tumulo da freira D.

¹⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 245.

¹⁸⁰ TOMÉ, Manuela Maria Justino - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Estudo Histórico-Arquitectónico. Acções para a salvaguarda do património edificado*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Évora. Évora: [s.n.], 1995, p. 49.

¹⁸¹ BORGES, Júlio António - *O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar e os Monges de Cister*. Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, 1997, p. 32.

¹⁸² FIGUEIREDO, *Op. cit*, p. 82.

Maria, sua filha bastarda, que faleceu em 1320, encostado a uma das paredes.¹⁸³ É possível que a designação “Claustro Novo” tenha surgido quando um provável claustro provisório mais pequeno deu lugar a este claustro definitivo ou mesmo quando se deram as obras de reconstrução deste espaço após algum dos terremotos.¹⁸⁴

Pensa-se que a substituição do claustro provisório por este novo claustro se tenha iniciado em 1348 pela mão do mestre Domingos Domingues. O Claustro Principal desenvolve-se a norte da igreja com uma planta sensivelmente quadrangular de 37,00 m x 36,50 m e com o pátio central circundado pelas suas quatro alas.¹⁸⁵ A primeira ala a ser construída é a que corre ao longo da igreja - a norte desta - e que representava a zona onde as freiras se reuniam antes do Ofício de Completas. Esta ala era guarnecida com bancos, que ainda hoje permanecem, onde as monjas se sentavam para ouvir a leitura que era feita em voz alta. É devido a esta sua função que esta ala do claustro era denominada “Claustro da Leitura” ou “Claustro das Completas”. Ainda hoje podemos também observar reentrantes nos pilares as concavidades onde era colocado o pavio que iluminava a ala.¹⁸⁶ No capeamento dos muros e dos bancos é utilizada pedra e os bancos onde as freiras se sentavam para ouvir as leituras são revestidos de grandes lajes de pedra calcária e conta com um friso de azulejos na parte inferior igual ao que se encontra na varanda.



Figura 21: Claustro da Leitura do Claustro Principal do Mosteiro de São Dinis de Odivelas. Fonte: Autora



Figura 22: Banco do Claustro da Leitura do Claustro Principal do Mosteiro de São Dinis de Odivelas. Fonte: Autora

¹⁸³ FIGUEIREDO, A. C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas, casos de reis e memórias de freiras*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1889, pp. 81-82, 203.

¹⁸⁴ SARAIVA, Carlota Abrantes - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas: 1295-1995*. Lisboa: Instituto de Odivelas, 1995, p. 68.

¹⁸⁵ TOMÉ, Manuela Maria Justino – *Odivelas, um mosteiro cisterciense*. Odivelas: Município de Odivelas, 2001, p. 36.

¹⁸⁶ TOMÉ, Manuela Maria Justino - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Estudo Histórico-Arquitectónico. Acções para a salvaguarda do património edificado*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Évora. Évora: [s.n.], 1995, p. 49.

À medida que se iam acrescentando os espaços necessários à vida monástica as restantes alas eram progressivamente construídas, ficando o claustro a ocupar a zona central do edifício. A ocupar a posição oriental do claustro fica a Casa do Capítulo, seguida do Parlatório. A Casa do Capítulo representava a segunda função mais importante no mosteiro, a seguir da igreja. Era nesta zona que as monjas se reuniam antes do Ofício de Prima para se confessar; para fazer a distribuição de tarefas e até para eleger a abadessa. Era também nesta sala que se encontravam as sepulturas de abadessas e de outras figuras importantes, como Madre Paula, que manteve uma relação muito próxima com o rei D. João V, mas nunca exerceu nenhum cargo. Já no Parlatório era permitido romper o silêncio e tratar assuntos importantes, depois da reunião na casa capitular.^{187 188} É a partir deste conjunto de instalações – Casa do Capítulo e Parlatório – que se forma o “Claustro do Capítulo”, também denominado “Claustro da Tércia”. Esta segunda denominação prende-se com o facto de que era esta ala que as monjas percorriam para assistir ao Ofício da Tércia, logo seguido da missa conventual.¹⁸⁹

A norte dos espaços anteriormente referidos ficam a cozinha, o refeitório e o calefatório. A ala em frente ao refeitório era o local onde as religiosas se reuniam depois do Ofício da Sexta e era por esse motivo denominado “Claustro da Sexta” ou “Claustro do Refeitório”.¹⁹⁰ A ala poente tratava-se apenas de um local de passagem e como tal não tinha nenhuma designação especial.

Devido a todas estas particularidades de funcionamento, esta zona central do mosteiro era designada pelas monjas por claustros e não por claustro, ao espaço descoberto no meio designavam por pátio. Assim, na linguagem destes tempos, o conjunto do pátio e dos claustros forma o que hoje em dia referimos como claustro.¹⁹¹

Foram feitas diversas obras de reconstrução do claustro ao longo do tempo devido às intempéries que sofreu, pelo que podem ser observadas características que o desvirtuam da sua imagem inicial. As suas fundações correspondem, muito provavelmente, à época de construção inicial e tratam-se de fundações direitas constituídas por blocos enormes de pedra talhada. Neste pavimento são observáveis também pedras tumulares com inscrições

¹⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 49.

¹⁸⁸ SARAIVA, Carlota Abrantes - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas: 1295-1995*. Lisboa: Instituto de Odivelas, 1995, p. 76.

¹⁸⁹ TOMÉ, Manuela Maria Justino - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Estudo Histórico-Arquitectónico. Acções para a salvaguarda do património edificado*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Évora. Évora: [s.n.], 1995, p. 50.

¹⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 50.

¹⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 50.

de difícil leitura, devido ao desgaste que sofreram ao longo do tempo, e raios no pavimento que tinham a função de escoar as águas pluviais ou as águas provenientes de lavagens.¹⁹²

Encontram-se elementos do estilo manuelino em alguns pontos deste espaço, talvez devido a obras realizadas no século XVI, durante o abadesado de D. Violante Cabral, que transformou e remodelou grande parte das primitivas instalações, após os danos provocados pelo abalo sísmico de 1531. Já as alas do claustro apresentam características construtivas referentes a duas épocas distintas, sendo que apenas duas delas correspondem à construção inicial, uma vez que as alas norte e nascente foram reconstruídas no século XVIII, consequência da destruição provocada pelo terramoto de 1755.¹⁹³

Carlos de Azevedo e Adriano Gusmão têm uma opinião diferente, que está registada em *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*¹⁹⁴: “O claustro novo... pertence a duas épocas do século XVI; a primeira, de duas arcadas geminadas e abóbadas com nervuras chanfradas e bocetes; a segunda, de arcadas mais altas e pilastras toscanas (...)”¹⁹⁵, mas Borges Figueiredo contradiz: “...As naves ou lanços oriental e norte (...) foram sem dúvida reedificadas em seguida ao terramoto de 1755. As naves meridional e ocidental, essas são muito mais antigas; ascendem, com todas as probabilidades, aos meados do século XV, conforme indica a sua arquitetura.”¹⁹⁶

Já Maria Máxima Vaz - figura pública da cidade de Odivelas - deixa-nos a sua opinião em *Odivelas, uma viagem ao passado*¹⁹⁷: “Se os mestres não estão de acordo, qual será a conclusão? Em minha modesta opinião, a arquitetura é mais definidora de uma época do que a decoração. Inclino-me a seguir a opinião de Borges Figueiredo por considerar que as abóbadas sul e poente são góticas e ainda por no século XVI já predominarem os elementos construtivos clássicos. Embora os arcos geminados sejam de volta perfeita, não me parece razão suficiente para considerar do século XVI, uma construção com abóbadas góticas. Estranho ainda que o lanço oriental e norte, sejam do século XVI. Também neste ponto, tendo a seguir Borges de Figueiredo, que diz serem posteriores ao século XVI, possivelmente reconstruções após o terramoto de 1755.”¹⁹⁸

A aparente uniformidade das alas não corresponde à realidade quando verificadas as medidas e aspectos construtivos com mais cuidado. As alas mais antigas (meridional e

¹⁹² TOMÉ, Manuela Maria Justino – *Odivelas, um mosteiro cisterciense*. Odivelas: Município de Odivelas, 2001, pp. 43, 44.

¹⁹³ *Idem, ibidem*, p. 50

¹⁹⁴ AZEVEDO, Carlos de; FERRÃO, Juleita; GUSMÃO, Adriano - *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Vol. II. Lisboa: Junta Distrital, 1963.

¹⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 62.

¹⁹⁶ FIGUEIREDO, A. C. Borges de – *Op. cit*, p. 82.

¹⁹⁷ VAZ, Maria Máxima – *Odivelas, uma viagem ao passado*. Lisboa, g.Cb produções gráficas, 2003.

¹⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 55.

ocidental) são mais largas, com 4,92 m de largura, e as alas mais recentes são mais estreitas, com uma largura de 4,35 m. Podemos observar também dois sistemas de construção e características arquitectónicas diferentes assim como cotas de pavimentos mais altas nas alas sul e poente e mais baixas nas alas norte e nascente.¹⁹⁹

Sobre as quatro alas pode ser observada uma cobertura em terraço que circunda e contorna este espaço com uma cêrcea que acompanha a da igreja, delimitando as construções envolventes. Toda a extensão da parede interior do claustro está forrada de lambris de azulejo de composição seiscentista, azul e branco, de decoração geométrica, tipo enxaquetado, e a porta que ocupa o espaço de acesso ao coro é de madeira maciça e tem especial relevância entre as outras por ser de época manuelina.²⁰⁰

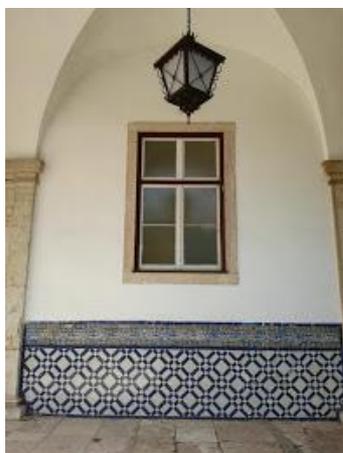


Figura 23: Lambris de azulejo do Claustro Principal do Mosteiro de São Dinis de Odivelas
Fonte: Autora



Figura 24: Porta manuelina de acesso à igreja do Claustro Principal do Mosteiro de São Dinis de Odivelas
Fonte: Autora



Figura 25: Gravações das sepulturas no pavimento do Claustro Principal do Mosteiro de São Dinis de Odivelas
Fonte: Autora

A meio da nave norte existem duas escadas que dão acesso à porta do refeitório, que é fronteira à porta que acede ao Claustro da Moira, construído posteriormente. No lado ocidental existe uma capela de madeira da invocação de Santa Isabel, rainha de Portugal.²⁰¹ Na nave ocidental há três portas, uma era a porta de acesso à Casa do Tesouro e as outras

¹⁹⁹ TOMÉ, Manuela Maria Justino – *Odivelas, um mosteiro cisterciense*. Odivelas: Município de Odivelas, 2001, p. 36.

²⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 37.

²⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 82.

duas acediam uma casa vasta onde se guardavam as alfaias do culto, e que comunica com o coro. Dessa sala sobe uma escada para as habitações.²⁰²

Na nave sul há outra capela no topo ocidental, dedicada à Santíssima Trindade, a porta principal do coro a meio e no extremo oriental uma escada de acesso à torre dos sinos, perto de um confessionário cravado numa reentrância da parede. No claustro oriental está a porta de acesso à casa capitular. Ao centro está a entrada para o parlatório e no topo sul na há passagem para o campanário através de uma pequena porta que dá acesso a uma escada de caracol.²⁰³

No centro do claustro ainda estão as duas bacias, inferior e superior, da fonte que o refrescava e que fornecia água potável às dependências necessárias, e que servia também para rituais de ablução.²⁰⁴

Ao longo do tempo foram enriquecendo o claustro elementos decorativos de acordo com o gosto pessoal das abadessas e outras freiras, como é o exemplo dos elementos de cantaria feitos de pedra calcária amaciada, alguns ao gosto do século XVI, e aplicados nos contornos de portas e janelas.

II.5.2 : O CLAUSTRO DA MOURA

À medida que a comunidade cresce e se torna necessário aumentar as instalações repete-se o mesmo modelo conceptual (claustro circundado pelas restantes dependências) e constrói-se um outro claustro à volta do qual se constroem novas instalações: o claustro da Moura. Este claustro foi construído entre 1516 e 1536, por ordem da abadessa D. Violante Cabral e está separado do antigo pelo refeitório e cozinha.

É, tal como o anterior, constituído por quatro arcarias que formam um quadrado e cercam o espaço aberto. Tem uma planta quadrada de 34,00 m x 34,00 m e é circundado no piso térreo por uma galeria de 2,00 m de largura. Sobre três das quatro arcadas existe uma galeria superior com os tetos sustentados por estreitos colunelos manuelinos. Tanto a colunata inferior como a superior pertencem à sua época primitiva. As colunatas do piso superior são requintadas, com fustes delgados lisos ou torcidos a imitar troncos e que eram rematados por capitéis diferentes em cada coluna. Os colunelos do piso de baixo seguem a mesma tendência dos primeiros mas são mais pequenos e menos elegantes.²⁰⁵

²⁰² *Idem, ibidem*, p. 83.

²⁰³ FIGUEIREDO, A. C. Borges de – *Op. cit*, pp. 83, 87.

²⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 89.

²⁰⁵ *Idem ibidem*, pp. 41-42.

A última reconstrução do claustro da Moura data do século XVII, concluída já no princípio do século XVIII, feita a mando da abadessa D. Luísa de Moura.²⁰⁶ Aquando das obras de reconstrução é construída uma fonte no centro do claustro que é elegante mas contrasta em estilo com os elementos primitivos que ainda existem. Está situada ao meio de uma bacia quadrada que tem em cada lado um semicírculo reentrante a partir de onde se eleva um reservatório circular com quatro carrancas por onde saia a água. Este reservatório está sob uma figura que retrata uma mulher mourisca que porta um escudo com as quinas e as armas da ordem de Cister. A estátua é alusiva a Luísa Maria de Moura, que ordenou a sua construção para memória do seu nome. No ângulo nordeste existe outra fonte mais pequena e insignificante.²⁰⁷

Na ala norte do claustro da Moira, à direita de quem nele entra, existem várias portas que dão acesso a várias casas de arrecadação, passagem a um dos celeiros e entrada na cozinha abadessal onde se fazia a marmelada, os esquecidos, fartens, compotas, tabefe, entre muitas outras doçarias que eram vendidos para fora do mosteiro.²⁰⁸

Na ala norte a ocidente encontrava-se o acesso à adega e à casa da fruta. Na ala meridional havia ingresso a vários casarões que em primeira instancia foram cavaliariças e depois foram transformados em celeiros e casas de arrecadação. Outras duas portas dão acesso à cozinha e ao refeitório.²⁰⁹

Na varanda do Claustro da Moira as alas norte e oriental têm várias portas que dão acesso a habitações particulares das monjas. Já na ala sul existem apenas duas portas: uma dá acesso a outras casas e a outra ao púlpito do refeitório, onde uma freira fazia a leitura regulamentar enquanto as outras comiam.²¹⁰

Na ala poente há três portas: uma dá acesso ao oratório - que por sua vez dava acesso aos dormitórios -, e as outras à enfermaria, que fica a paredes meias com a botica e sua respectiva cozinha, e que foi mandada fazer por D. Francisca de Sousa, em 1676, quando tinha apenas dois anos de hábito. Na enfermaria encontramos umas escadas que vão dar uma sala que tem acesso à varanda do Claustro Novo.²¹¹

Como foi referido, o claustro da Moura atual é resultante de uma reconstrução datada do século XVII, feita por ordem da abadessa D. Luísa de Moura, que deve ter modificado totalmente a construção primitiva, sendo que apenas as colunas e os capitéis

²⁰⁶ *O Real Mosteiro de S. Dinis* - Comissão Instaladora do Município de Odivelas. Novembro, 2001, p. 35.

²⁰⁷ FIGUEIREDO, A. C. Borges de – *Op. cit.*, pp. 41-43.

²⁰⁸ *Idem, ibidem*, pp. 44-45.

²⁰⁹ *Idem ibidem*, p. 47.

²¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 55.

²¹¹ *Idem, ibidem*, pp. 55-57, 66.

serão originais.²¹² A Noroeste deste claustro era a casa do rei D. Dinis, cujas paredes foram destruídas em 1923.²¹³



Figura 26: Claustro da Moura. Fonte: Autora.



Imagem 27: Ala do Claustro Moura. Fonte: Autora



Imagem 28: Capitéis do Claustro Moura. Fonte: Autora



Imagem 29: Fonte do Claustro Moura. Fonte: Autora

²¹² VAZ, Maria Máxima – *O Concelho de Odivelas. Memórias de um povo*. Lisboa: G.Cb produções gráficas, 2000, p. 67.

²¹³ *Idem, ibidem*, p. 68.

III : O JARDIM MEDIEVAL

III.1 : JARDIM DO ÉDEN

No Genesis, é descrito o Jardim do Éden: “O senhor Deus preparou um jardim em Éden, lá para do oriente, e colocou nele o homem que tinha modelado. Da terra, fez nascer toda a espécie de árvores que eram agradáveis à vista e davam bons frutos para comer. No meio do jardim, estava a árvore do conhecimento do bem e do mal. Em Éden, nasce um rio que rega o jardim e depois se divide em quatro rios diferentes. O nome do primeiro é Pichon, que rodeia a terra de Havila, onde há muito ouro. O ouro daquela terra é muito bom e há lá também âmbar e lápis-lazúli. O segundo rio chama-se Guion, o que rodeia toda a terra de Cuche. O terceiro chama-se Tigre, que passa na zona oriental da Assíria, e o quarto é o Eufrates. O Senhor Deus colocou o homem no jardim de Éden, para nele trabalhar e para o guardar. E deu-lhe estas ordens: ‘Podes comer do fruto de qualquer árvore, menos do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. No dia em que comeres dele, ficas condenado a morrer.’” (Gn 1, 8-17)²¹⁴

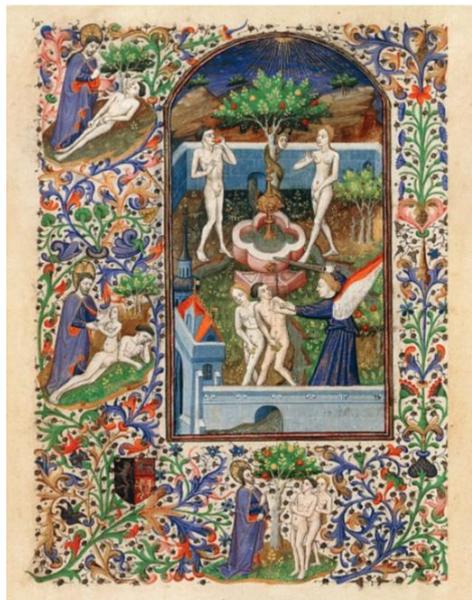


Imagem 30: Adão e Eva no jardim de Éden

Fonte: *Hours de Catarina de Cleves*, em latim, iluminada pela mestre de Catarina de Cleves, Utrecht, Holanda, c. 1440, Loc. Morgan Library Museum, Nova Iorque, MS M.917.

Esta descrição do paraíso vai de acordo com a própria raiz etimológica da palavra. Como nos explica Jean Delumeau²¹⁵ a palavra antiga *apiri-daeza* significava um pomar rodeado de um muro. O hebraico antigo adoptou-o sob a forma *pardés* e depois os Setenta traduziram por *paradeisos*.²¹⁶

Este jardim do Éden que Deus, criador do mundo e da vida, entregou ao Homem para trabalhar e guardar era um lugar de perfeição, um jardim de desfrute e contemplação, sem tempo, de eterna primavera, sempre cheios de frutos e flores que não conhecem caducidade e onde todas as suas necessidades eram suprimidas e os alimentos podiam ser encontrados em abundância. Foi quando Adão e Eva quebraram as regras e comeram o

²¹⁴ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A Linguagem Simbólica da Natureza. A Flora e a Fauna na Pintura Seiscentista Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2005, p. 65.

²¹⁵ DELUMEAU, Jean – *Uma história do paraíso. O jardim das delícias*. Lisboa: Terramar, 1994, p. 11.

²¹⁶ *Idem ibidem*, p. 143.

fruto da árvore proibida, que a humanidade foi condenada à perda do paraíso.²¹⁷ Desde então que o Homem idealiza a paisagem perdida, numa busca incessante do paraíso perdido, e que é refletida ao longo da história pela criação de jardins.

III.2 : A BUSCA PELO PARAÍSO PERDIDO

A queda do Império Romano do Oriente deu início à Idade Média que ficou marcada por constantes invasões e ataques que reuniram elementos de insegurança e desequilíbrio que levaram o Homem à busca da felicidade imediata e efémera que, mais uma vez a humanidade encontrou nos jardins. Predominava a concepção simbólica do mundo, alimentada pela filosofia e pela visão religiosa do universo e a ideia de natureza era moldada através da tradição bíblica do Jardim do Éden no sentido em que os jardins terrenos eram o equivalente ao paraíso perdido e permitiam alimento para a alma e para o corpo.²¹⁸ “A ideia de jardim é um dos temas mais representativos da cultura humana, na perspectiva de uma harmonia ideal entre o homem e a natureza. Expressão máxima dessa harmonia é o mito de Éden, uma dimensão de uma possível relação entre o homem e a natureza que nunca existiu e que o homem sonha alcançar. O jardim como a síntese da natureza em que faz arte com a natureza e se faz natureza com a arte. Os mitos são como arquétipos que constituem uma matriz comum do Médio Oriente e do Mediterrâneo na cultura judaico-cristã”²¹⁹

A necessidade constante de guarda e proteção refletiu-se no urbanismo da Idade Média sob a forma de grandes muralhas e cercas que cercavam e protegiam os aglomerados populacionais. Por sua vez a inevitabilidade de autoabastecimento obrigou ao cultivo de plantas no interior dos mosteiros, castelos e igrejas e levou para dentro de muralhas os conhecimentos e práticas relativas à arte dos jardins.²²⁰ A construção de um jardim medieval não tinha apenas em conta o seu valor estético mas também o seu carácter utilitário, unindo estas duas premissas num só espaço. É um espaço medicinal, poético e espiritual, onde se pode encontrar um sentido de ordem no cosmos, mas para além da flora ornamental, incluía árvores de fruta, que nos jardins da atualidade são encontradas nos pomares, e ervas medicinais, que são hoje características das hortas. Era um espaço

²¹⁷ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A Linguagem Simbólica da Natureza. A Flora e a Fauna na Pintura Seiscentista Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2005, p. 51.

²¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 68

²¹⁹ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A Linguagem Simbólica da Natureza. A Flora e a Fauna na Pintura Seiscentista Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2005, p. 51

²²⁰ GOITIA, Fernando Chueca – *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 77

aprazível por natureza mas também um lugar de reconforto e de cura, onde se podia cuidar do corpo e matar a sede e a fome.²²¹

À falta de testemunhos concretos o imaginário do jardim medieval pode ser reproduzido nas suas três ópticas fundamentais: a visão mística do jardim, enquanto horto do Senhor e lugar de meditação e oração; a visão lúdica do jardim, lugar privilegiado dos amores e da poesia; e a visão utilitária do jardim, como fonte de cura e de subsistência.

Na sua visão alegórica do jardim, Bernardo de Claraval (1090-1153) refere duas tipologias: o *hortus conclusus* e o *hortus deliciarum*. Estes dois jardins são as duas metades que constituem o *locus amoenus*, que é a paisagem literária desta época por excelência. A essência do jardim medieval traduz-se verdadeiramente nestas duas metáforas: o *hortus conclusus* (jardim fechado e secreto) e o *hortus deliciarum* (jardim dos nobres e poetas).²²²

O jardim medieval representa uma janela aberta para outra dimensão. É um lugar de meditação, recolhimento e disponibilidade para a verdade; de comunhão entre o Homem e a natureza; um espaço de retorno do Homem a si próprio; um lugar de aproximação a Deus e uma experiência estética que promove a contemplação. É um espaço de equilíbrio entre contemplação e meditação. Um espaço limitado que, ainda assim, não perde o seu estatuto de espaço livre, de espaço de liberdade. A natureza como principio autoprodutor de vida (*physis*), faz parte da essência do jardim, a par com a intervenção do Homem (*poiesis*), sendo que o jardim se torna o contexto perfeito para a conjugação entre a ação e a contemplação, que promovem o processo de aproximação a Deus.²²³

²²¹ PERRY, Clay; INNES, Miranda – *Medieval Flowers*. Califórnia: Kyle Cathie, 2002, p. 9

²²² AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A Linguagem Simbólica da Natureza. A Flora e a Fauna na Pintura Seiscentista Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2005, p. 67.

²²³ FERREIRA, Ana Rita de Almeida – *Agostinho e Jaccottet: O jardim como local de transcendência*. Lisboa: Philosophica, 32, 2008, pp. 16-20.

III.2.1 : *HORTUS DELICARUM*

Os jardins das delicias ou jardins de prazeres tinham lugar fora do ambiente monástico e representavam um lugar acolhedor e intimista dentro das muralhas do castelo, O *hortus deliciarum* é mais cantado pela literatura cortesã, que faz referência ao jardim como um espaço fechado, pleno de frutos, água e flores eternas, envolto por uma atmosfera mística. Estes jardins imaginados pela literatura, pela pintura e pelos manuscritos iluminados influenciaram o traçado dos jardins *hortus deliciarum*. *Le Roman de la Rose*, iniciado por Guillaume de Lorris em 1230 e completado por Jean de Meun em 1280 é um manual de amor cortês e uma alegoria e alusão ao jardim do paraíso, em que os símbolos cristãos eram personificações do amor e da beleza, que teve uma grande influência nestes jardins medievais.²²⁴

Segundo Sónia Talhé Azambuja, este jardim profano associado ao recreio e ao amor desenvolve-se segundo duas tipologias:²²⁵

1. Em forma de quadrado ou rectângulo fechado por latadas, áreas de relva e prado, canteiros de flores, uma fonte, árvores de fruto e caminhos em forma de cruz e arbustos trepadores a cobrirem as latadas.
2. O *Vidiarium* ou pomar ornamental que era formado por árvores de fruto que proporcionavam zonas de sombra junto a um tanque ou a um lago.

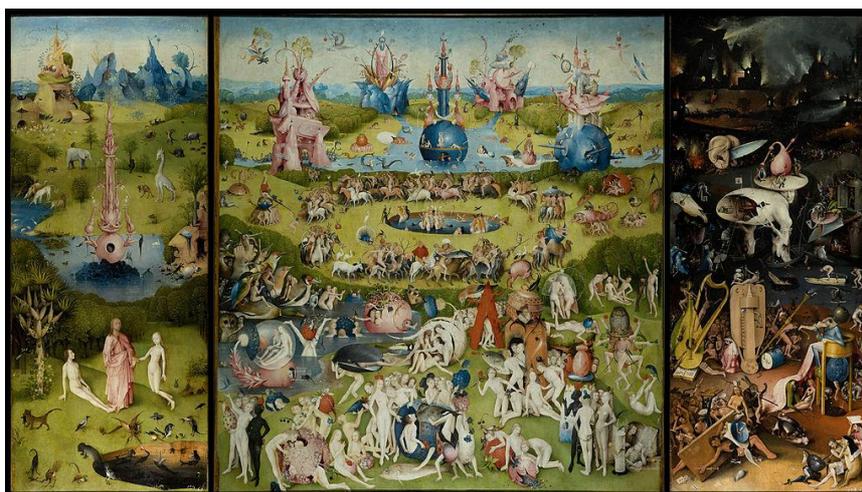


Figura 31: *O jardim das Delícias Terrenas*, Bosch Hieronymus, 1503, óleo sobre madeira, 220 x 389 cm, Museu do Prado, Madrid.

²²⁴ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A Linguagem Simbólica da Natureza. A Flora e a Fauna na Pintura Seiscentista Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2005, pp. 53, 54

²²⁵ *Idem, ibidem*, p. 53

III.2.2 : *HORTUS CONCLUSUS*

O *hortus conclusus* respeita um jardim fechado associado à vida monástica da idade medieval. As duas palavras que o descrevem são nos dias que correm, à partida, tomadas como antónimos, mas a própria etimologia da palavra *jardim*, em inglês *garden* tem a sua origem na união das palavras *Garth* – palavra anglo-saxônica que significa proteger ou defender – e *Eden*, que deriva do sumério *E.Din*, que significa prazer ou delícia. Então, a raiz da palavra define que o jardim é por definição um lugar fechado e destinado ao prazer e ao deleite. Esta definição faz todo o sentido quando se pensa na história dos jardins, que foram na maior parte das vezes criados de forma desassociada com o mundo exterior pelas civilizações da antiguidade, e que representavam um lugar de regozijo e deleitação. O *hortus conclusus* medieval pegou nestas tradições e transformou-as, traduzindo o arquétipo Oriental de paraíso para o contexto Europeu.²²⁶

Como foi referido, o conceito representa a união de duas temáticas que são à priori tomados como paradoxos: a clausura e a liberdade. O antagonismo entre estas duas concepções ganha um novo significado nestes espaços monacais. Este é um lugar que contém a expansividade do céu mas que ao mesmo tempo está contido numa construção, é paisagem e é arquitetura, é infinito e finito, é um lugar de restrição física mas de expansividade intelectual e espiritual.²²⁷

O *hortus conclusus* é um mundo secreto, místico, espiritual, fantástico e acima de tudo simbólico, inserido dentro de um claustro que oferece proteção contra o mal. O simbolismo destes jardins murados foi influenciado pelo *Cântico dos Cânticos*, onde o jardim representa uma metáfora de castidade associada à Virgem Maria:²²⁸ “*Ó minha amiga, minha noiva, tu és um jardim murado e fechado, uma nascente selada. As tuas plantas são um pomar de romãs, com frutos saborosos e flores de alfazema e de nardo e açafão, cana aromática e canela, com todas as árvores de incenso, com mirra e aloés, com todas as melhores espécies aromáticas. E a fonte deste jardim é a nascente onde brotam as águas vivas que correm do Líbano*” (Ct 4, 12-15).

Este jardim é uma área sagrada que representa a imagem da Virgem Maria e onde as flores muitas vezes tinham um significado simbólico que representava as virtudes de Maria. No seu comentário ao *Cântico dos cânticos*, Bernardo de Claraval (1090-1153) descreve o jardim como um quadrado fechado que reflete os quatro cantos do universo e

²²⁶ ABEN, Rob; WIT, Saskia de – *The Enclosed Garden: History and Development of the Hortus Conclusus and its Reintroduction into the Present-day Urban Landscape*. Rotterdam: 010 Publishers, 1998, p. 10.

²²⁷ *Idem ibidem*, p. 10.

²²⁸ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A Linguagem Simbólica da Natureza. A Flora e Fauna na Pintura Seiscentista Portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2009, pp. 71-72.

cujo centro é constituído pela árvore da vida ou por uma fonte ou poço (fonte de sabedoria, símbolo de Cristo e dos quatro rios do paraíso), onde o amante e a amada, a criatura e o criador, se escondem para se reencontrar. É um jardim que tem uma dimensão divina que vai de encontro a uma visão teocêntrica do mundo, em que Deus é o centro de tudo. O jardim sagrado do claustro medieval representa a Imaculada Conceição de Maria e a sua pureza.²²⁹

De forma a que exista proteção da paisagem, impedimento de intromissões e por questões de segurança, os jardins medievais são sempre murados e existe uma ênfase constante na geometria e no espaço contido, para que possa existir uma sensação de proteção do exterior e um afastamento da instabilidade política e social.²³⁰



Figura 32: Representação da Virgem Maria e Santos num *hortus conclusus* medieval. *Pequeno jardim do paraíso*, Autor desconhecido, ca. 1410-1420. Pintura a óleo sobre madeira de carvalho, 26,3x33,4 cm. FRANKFURT, Stadel Museum

²²⁹ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A iconografia da natureza e da paisagem na pintura portuguesa dos séculos XV e XVI: imagens e significados*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2015, p. 65.

²³⁰ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A Linguagem Simbólica da Natureza. A Flora e a Fauna na Pintura Seiscentista Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2005, pp. 68, 71.

A Tipologia Mãe deste tipo de lugares compreende um espaço quadripartido com a presença de uma fonte ou poço. Assemelha-se à Cidade de Deus no sentido em que os canteiros quadripartidos estão associados à descrição bíblica dos quatro rios do paraíso e a presença de água no jardim está associada à purificação através do batismo na sua associação como fonte de vida e atributo a Virgem Maria, que era descrita como “fonte de água viva”. É composto por plantas simbólicas da iconografia cristã, por plantas bíblicas, plantas medicinais, plantas aromáticas e culinárias, por árvores de fruta e ciprestes.²³¹

Orienta-se segundo os quatro pontos cardeais, os quatro ângulos rectos evocam os Quatro Evangelistas – Marcos, Mateus, João e Lucas - e as quatro paredes correspondem às quatro estações do ano. Estão nele contidas também as quatro dimensões: comprimento, largura, altura, e uma outra que corresponde ao inteligível ou divino. O seu jogo de luzes representa a imagem da Luz e das Trevas, do Bem e do Mal.²³²

A par da sua função espiritual de elevação da alma, o jardim medieval apresenta também um carácter utilitário. Nestes jardins eram cultivados vegetais e frutas que sustentavam a comunidade, plantas medicinais utilizadas para o tratamento de doenças e para o fabrico de perfumes, tintas e cosméticos, e ainda flores, presentes em menor proporção, e que eram utilizadas na decoração dos altares. Esta sobreposição entre o seu carácter utilitário e a sua função de deleite é-nos bem descrita em *Orto do esposo*²³³: “*assim como no horto há ervas e árvores e frutos e flores e especiarias de muitas maneiras para deleitação e mantimento e mezinha dos corpos, bem assim em este livro são contidas muitas coisas para mantimento e deleitação e mezinha e consolação das almas (dos homens) de qualquer condição*”²³⁴

Podemos concluir com este capítulo que os *hortus conclusus* dos edifícios monásticos são lugares repletos de simbolismo que pretendem unir a ideia de jardim como metáfora do paraíso, de lugar de meditação e contemplação, com o interesse de pôr a bom fruto a terra para produzir alimentos e remédios vegetais necessários à vida dos monges.

²³¹ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A iconografia da natureza e da paisagem na pintura portuguesa dos séculos XV e XVI: imagens e significados*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2015, p. 65.

²³² *Idem, ibidem*, p. 9.

²³³ MALER, Bertil – *Orto do esposo*, edição crítica. Volume I. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1956.

²³⁴ *Idem, ibidem*, p. 5.

III.3 : VEGETAÇÃO DOS JARDINS MONACAIS MEDIEVOS

A escolha de vegetação de um jardim medieval prende-se não só com a sua função ornamental, como também com o seu simbolismo, propriedades medicinais e com o seu uso para alimentação. Desta forma, para além de compreender que espécies eram utilizadas pela sua carga simbólica, é importante a compreensão dos costumes alimentares e das praticas medicinais da época, de forma a averiguar que espécies poderiam estar associadas a estas finalidades.

III.3.1 : A ALIMENTAÇÃO NA IDADE MÉDIA

A alimentação medieval portuguesa teve origem na integração dos costumes alimentares romanos e bárbaros que resultou numa dieta baseada em cereais e vinho, com tendência crescente para a introdução de carnes e pescado.²³⁵

Nesta época a alimentação era, em geral, pobre, monótona e desadequada, principalmente entre as classes mais baixas.²³⁶ O pão e o vinho faziam parte de todas as refeições como alimentos base que eram da alimentação da Idade Média.²³⁷

De entre os cereais mais cultivados estão diversas variedades de trigo, assim como o milho, o centeio, a cevada e a aveia. Quando as produções cerealíferas estavam em baixo, o que foi mais frequente a partir de meados do século XIV, era frequente a utilização de castanha, bolota ou leguminosas como sucedâneos do pão. Para além das favas também as ervilhas, as lentilhas, o grão-de-bico, os chicharos, o feijão e o tremço eram utilizados como substituto dos cereais. Eram já utilizados muitos hortícolas, como a couve-comum, a couve murciana ou a couve-flor, os espinafres, pepino, nabo, cenoura, cebola, alho, brócolos, abóbora, alface, espargos, rábanos, rabanetes, beringela e os cogumelos.²³⁸

Durante a Idade Média a fruta teve um papel importante na alimentação e eram já conhecidas a maior parte das frutas que se consomem atualmente. A ausência mais relevante da Idade Média em relação aos dias que hoje correm é, certamente, a laranja doce, que foi introduzida a par da Época dos Descobrimentos. Era apenas conhecida a laranja azeda que, juntamente com o limão, era utilizada como tempero. A fruta era geralmente consumida acompanhada com vinho, como refresco ou como refeição ligeira, e não eram todas igualmente consideradas, uma vez que algumas delas, como são os casos

²³⁵ FERREIRA, Nuno P. S. - *Alimentação Humana. A Alimentação Portuguesa na Idade Medieval*. Revista SPCNA, 2008, Volume 14, Nº3. Pág. 113.

²³⁶ GONÇALVES, Iria - *Acerca da alimentação medieval*. Lisboa, 1978. Página 445.

²³⁷ FERREIRA, Nuno P. S. – *Op. cit*, p. 105.

²³⁸ *Idem ibidem*, pp. 107,108.

do pêssego, cerejas ou limão, eram vistas como pouco saudáveis e o seu consumo era desaconselhado.²³⁹

A batata, milho graúdo ou o tomate só começam a ser consumidos depois da expansão.²⁴⁰ A condimentação era bastante simples nas casas mais pobres e consistia na adição de sal e gorduras, sendo que a utilização de temperos ocorria quase exclusivamente entre as classes sociais mais ricas e os condimentos mais utilizados eram os coentros, a salsa, a hortelã, a cebola, o alho, a pimenta, os cominhos, o gengibre, os orégãos, o azeite, o agraço.²⁴¹ A pimenta, o gengibre, o açafraão e os cominhos só chegaram a Portugal a par dos Descobrimentos e a pimenta, o açafraão, gengibre, mostarda, orégãos, cominhos eram utilizados apenas pela casa real e outras com riqueza semelhante.²⁴²

No caso particular dos alimentos utilizados no Mosteiro de São Dinis de Odivelas, o *Livro de Receitas da Última Freira de Odivelas*²⁴³ faz referência a laranjas azedas e doces, coentros, canela, cravo-da-Índia, noz moscada, erva doce, ameixas, damascos, ginjas, pêssegos, maçãs, limões, peras, amêndoas e marmelos, utilizados para fazer a famosa marmelada branca de Odivelas.

III.3.2 : MEDICINA NA IDADE MÉDIA

Desde muito cedo que a medicina conheceu estreita relação com a Botânica e ao estudar os povos da antiguidade é possível compreender como são dados os primeiros passos na Medicina Naturalista e na busca de propriedades e curas nos vegetais e nas plantas.²⁴⁴

Campbell Thompson conseguiu, em 1924²⁴⁵, identificar 250 vegetais e minerais com propriedades terapêuticas utilizadas pelos médicos babilónicos, que herdaram a vasta informação reunida pelos egípcios e que conheciam já as propriedades terapêuticas do alho,

²³⁹ FERREIRA, Nuno P. S. – *Op cit*, p. 109.

²⁴⁰ CARVALHO, Sérgio Luís de - *Assistência e medicina no Portugal medieval*, p. 83.

²⁴¹ FERREIRA, Nuno P. S. – *Op. cit.*, p. 109.

²⁴² GONÇALVES, Iria - *Acerca da alimentação medieval*. Lisboa, 1978, pp. 448-453.

²⁴³ CABRAL, Maria Isabel de – *O Livro de Receitas da Última Freira de Odivelas*. Lisboa: Verbo, 1999.

²⁴⁴ BRAVO, Hipolito de Sá - *Boticas Monacales y Medicina Natutista en Galicia*. Espanha, 1983, pp. 8-9.

²⁴⁵ THOMPSON, Reginald Campbell - *The Assyrian Herbal: A Monograph on the Assyrian Vegetable Drugs*. The Subject Matter of which was Communicated in a Paper to the Royal Society, March 20, 1924.

bordo, cardamomo, coloquintidas, cominhos, folha de sene, funcho, lírio, rícino, romãzeira, semente do linho, zimbro, dormideira e mandrágora.²⁴⁶

Em 460 a.C. nasce Hipócrates que, alegadamente, escreveu *Corpus Hipocratum*, em que para cada doença é descrito o remédio vegetal e a cura adequada. Aristóteles estudou botânica e história natural e foi durante séculos o autor mais citado pela igreja cristã.²⁴⁷

A Dietética em conjunto com a Farmácia e a Cirurgia compunham os três ramos da medicina preventiva e terapêutica greco-romana e helenística. Os gregos descobriram propriedades em plantas como a escila, o gengibre, gentiana, acônito, ópio, ruibarbo e o chá de camomila e de tília.²⁴⁸ Nesta época o termo *higiene* referia-se, para além do regime alimentar, aos factores externos do meio ambiente. A partir do século XII, *dieta* limitou-se ao significado médico relacionado ao conhecimento dos alimentos que poderiam servir para curar as enfermidades.²⁴⁹

A farmacopeia medieval foi herdeira das experiências hebraica, latina e árabe e era um misto entre arte e ciência. O arsenal farmacológico medieval ia desde água com hortelã, funcho, beldroegas, avenca, mel, leite de sumo de rosas, óleo de amêndoas doces, abóbora, laranjas, óleo rosado ou marmelada.²⁵⁰ Durante a Idade Média e antes da Universidade, o ensino e a cultura encontravam-se circunscritos a uns quantos nichos conventuais a que se deu o nome de Estudos Gerais. A primeira instituição a dedicar-se de raiz ao ensino e à ciência em Portugal foi, ao que parece, o Mosteiro dos Cónegos Regrantes de santo Agostinho de Coimbra, fundado em 1131. Depois surgiram o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em 1139, o Mosteiro dos Cistercienses em Alcobaça em 1153, o Convento de Religiosas da Ordem de Cister de Lorvão, entre outros que se dedicaram à ciência e ao ensino, nomeadamente nas áreas da farmácia e medicina.^{251 252} O termo *boticário* data de 1449, quando Dom Afonso V manda publicar a “Carta de Privilégios”, que determina que os boticários “*têm direito a todos os privilégios, graças e isenções, que por nós, e pelos Reis nossos antepassados, são dados aos Doutores Físicos*”.²⁵³

Os religiosos cultivavam plantas medicinais no interior nos *hortos* dos conventos para acudir os enfermos. As plantas eram colhidas cuidadosamente e armazenadas em recipientes apropriados, guardadas em armários de forma extremamente organizada e assim se originaram as boticas dos conventos, que foram verdadeiros polos de expansão do saber médico e farmacêutico e divulgaram o emprego de certos medicamentos como a

²⁴⁶ JUMA, Imtiaz - *Farmácias, Boticas e Mezinhas de Portugal*, pp. 11-12

²⁴⁷ JUMA, Imtiaz – *Op. cit.*, pp. 12-16.

²⁴⁸ BRAVO, Hipolito de Sá – *Op. cit.*, p. 9.

²⁴⁹ SANTOS, Dulce O. Amarante – *Os saberes da medicina medieval*, pp. 122-123.

²⁵⁰ JUMA, Imtiaz – *Op. cit.*, pp. 81-82.p

²⁵¹ JUMA, Imtiaz – *Op. cit.*, p. 24

²⁵² CARVALHO, Sérgio Luís de - *Assistência e medicina no Portugal medieval*, p. 101.

²⁵³ JUMA, Imtiaz – *Op. cit.*, p. 83.

quina em pó ou o Licor Beneditino. Foram os monges que escreveram, em 1498, *Nuovo Receptario*²⁵⁴, a primeira farmacopeia conhecida. A Igreja foi também responsável pela criação de hospitais onde se aplicavam as teorias médicas e farmacêuticas deixadas por outros povos, sendo que durante praticamente toda a Idade Média as profissões de médico e de boticário permaneceram indistinguíveis.²⁵⁵

Dioscórides assinala na sua obra “*De Materia Medica*”²⁵⁶ mais de seiscentas espécies, que separa em quatro categorias: alimentares, aromáticas, medicinais e venenosas; e que teve um grande impacto na medicina árabe e da Europa. As boticas eram imprescindíveis na prática médica, de tal forma que os boticários e os físicos tinham obrigações e regalias equivalentes em importância e rigor. Nas boticas nacionais existiam sempre cinco livros específicos, dos quais quatro de tradição árabe. Tinham também que ter três medidas de onça e pesos apropriados. Algumas das ervas e mezinhas mais usadas e divulgadas eram o açafreão, a triaga, a alfazema, a erva-doce, o alcaçuz, a carraposa, a alvaiade, resina, açúcar, especiarias, incenso, passas, arroz e coentros. Algumas boticas, como era o caso da do Mosteiro de Alcobaça, tinham também pedras preciosas que eram moídas e introduzidas nas mezinhas.²⁵⁷

Os medicamentos que iam nas boticas das naus do século XVI eram os que se encontravam mais em uso na época e os registos indicam que se usava chicória, buglossa, resina de pinho, linhaça, ateia, hera, bistorta, rosas vermelhas, romãs, óleo de amêndoas doces.^{258 259} Com os Descobrimentos e o comércio com o Oriente chegaram da Índia, Ceilão, China, África e Brasil um novo arsenal terapêutico, em maiores quantidades e mais barato, que formou o conceito de medicamentos “genéricos”: baratos, acessíveis e com um princípio ativo relativamente bem identificado e prescritível.²⁶⁰ Durante os Descobrimentos, e já depois de 1500, encontrava-se também nas boticas das naus erva doce, ruibarbo, chicória, sândalo, amêndoas, noz moscada e pimenta, açafreão, beldroegas, hortelã, funcho, canela, entre outros.²⁶¹ A par destes, os Descobrimentos trouxeram também o tamarindo que curava sonolência e febre, o sândalo-branco que era antisséptico, a pimenta que servia de estimulante digestivo, a noz moscada como calmante, a mandioca como purgativo, o gengibre que era usado pelas suas propriedades calmantes e antissépticas, a canela que era adstringente, o ananás como diurético, e os aloés como purgativos e cicatrizantes.²⁶²

²⁵⁴ Collegio dei Medici. *Il Nuovo Ricettario Fiorentino*. Florença, 1498.

²⁵⁵ JUMA, Imtiaz – *Op. cit.*, pp. 18-20.

²⁵⁶ DIOSCORIDES, Pedanius - *De Materia Medica*, 1554.

²⁵⁷ CARVALHO, Sérgio Luís de - *Op. cit.*, p. 106.

²⁵⁸ SILVEIRA, Carlos; SILVEIRA, Maria Cristina - *As boticas das naus de quinhentos*. 1983

²⁵⁹ MENEZES, José de Vasconcelos - *Boticas e Boticários de Além-Mar*. Lisboa, 1981, pp. 65-66.

²⁶⁰ JUMA, Imtiaz – *Op. cit.*, p. 30.

²⁶¹ MENEZES, José de Vasconcelos – *Op. cit.*, pp. 17, 46, 73, 75.

²⁶² CARVALHO, Sérgio Luís de – *Op. cit.*, p. 106.

III.3.3 : ICONOGRAFIA NO CONTEXTO DOS JARDINS MEDIEVAIS

Sendo o *hortus conclusus* um jardim de carácter extremamente simbólico e intimamente ligado à liturgia cristã, centrado essencialmente na figura da Virgem Maria torna-se imperativo compreender a linguagem simbólica da flora utilizada nesta época.

O primeiro tratado português sobre plantas bíblicas é de autoria de Frei Isidoro de Barreira (*Tratado das Significações das Plantas, Flores e Frutos, que se referem na Sagrada Escritura, tirados de Divinas e Humanas letras, com suas breves considerações*), de 1622, e constitui um contributo muito significativo para a descoberta do significado das plantas representadas nas Sagradas Escrituras. Segundo o Tratado de Isidoro, a vinha significa “alegria, bons isentos e esperanças perdidas” e é símbolo da Eucaristia e da Ressurreição de Cristo, constituindo uma imagem de paz, alegria e abundância.²⁶³

A utilização de metáfora e parábolas com flores na literatura cristã reforça a ideia de que estas são criações divinas. Algumas das flores mais relevantes mencionadas nas Sagradas Escrituras são: a papoila-das-searas (*Papayer rhoeas* L.), a videira (*Vitis vinifera* L.), a roseira de Jericó (*Rosa phoenicia* L.), as açucenas (*Lilium candidum* L.), a anémone (*Anemone coronaria* L.), a flor da romãzeira (*Punica granatum* L.), a flor do linho (*Linum usitatissimum* L.), a murta (*Myrtus communis* L.) e a oliveira (*Olea europeae* var. *europeae*).²⁶⁴ O lírio de cor amarela (*Iris pseudacorus* L.) e o lírio-cardano de cor roxa (*Iris x germanica* L.) estão associados à realeza celestial de Cristo na iconografia cristã. Esta associação advém da relação que é atribuída a muitos géneros de *Iris sp.* à realeza francesa e à flor-de-lis. Lucia Impelluso adianta, em relação ao significado dos lírios: “Because of the distinctive shape of it’s leaves, the iris may alude to the Virgin’s grief over the death of her son on the cross, and i tis often likened to a sword piercing the heart.”²⁶⁵ De acordo com textos apócrifos e com a própria *Lenda Dourada* as flores encontradas no túmulo de Virgem Maria após a sua ascensão foram lírios e rosas e “segundo uma lenda famosa, São Tomás, não acreditando na Ressurreição da Virgem, abriu a sua sepultura e

²⁶³ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A iconografia da natureza e da paisagem na pintura portuguesa dos séculos XV e XVI: imagens e significados*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2015, pp. 116, 117.

²⁶⁴ *Idem ibidem*, pp. 114, 115.

²⁶⁵ IMPELLUSO, Lucia – *Nature and it’s symbols*. Getty Trust Publications, 2004, p. 96.

em vez de um corpo encontrou açucenas e rosas.”. As duas flores mais emblemáticas da Virgem Maria são a rosa (*Rosa sp.*) e o lírio (*Lilium candidum L.*)^{266, 267}



Figura 33: *A Virgem entrega o Rosário a S. Domingos*, António André (c. 1580-c.1654), cerca de 1620-1625. Pintura a óleo sobre tela, 52x52 cm. ACVEIRO, Museu de Aveiro, Inv. 85/A

A açucena (*Lilium candidum L.*) é uma das plantas bíblicas mais frequentemente representadas como atributo à Virgem, com o significado de pureza: “Sim, como uma açucena entre espinhos assim é a minha amada comparada com as outras raparigas” (Cântico dos cânticos 2:2), e segundo Sónia Talhé Azambuja, a rosa mencionada nas Sagradas Escrituras poderá ser a *Rosa phoenicia* Boiss., que é originária do Próximo Oriente e que era cultivada nos hortos dos tempos bíblicos com fim ornamental e cosmético. No contexto do Cristianismo, a rosa branca é um símbolo de pureza e de castidade e a rosa vermelha é símbolo de martírio.²⁶⁸

As rosas são emblemáticas da Virgem, sendo que no século XII, quando se deu o milagre do aparecimento da Virgem a Santo Domingos, foi-lhe entregue um rosário (que significa “Coroa de Rosas”) para a conversão de pecadores. Estava devoção ao rosário instituída por São Domingos expõe o seu simbolismo mariano e a importância dada a esta flor que floresce no mês de Maria e é a mais proeminente de todas as devoções.²⁶⁹

²⁶⁶ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A Linguagem Simbólica da Natureza. A Flora e a Fauna na Pintura Seiscentista Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2005, p. 55.

AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A iconografia da natureza e da paisagem na pintura portuguesa dos séculos XV e XVI: imagens e significados*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2015, p. 87.

²⁶⁸ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A iconografia da natureza e da paisagem na pintura portuguesa dos séculos XV e XVI: imagens e significados*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2015, pp. 124, 125.

²⁶⁹ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A Linguagem Simbólica da Natureza. A Flora e a Fauna na Pintura Seiscentista Portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2009, p. 55

Na iconografia cristã as flores são uma representação dos ciclos da vida, da morte e da ressurreição, sendo que a sua cor, forma e aroma são características essenciais para a determinação do seu significado. Segundo Sónia Talhé Azambuja, as flores brancas são símbolo de pureza e castidade; as flores azuis e púrpura são sinal de fidelidade, de verdade e de constância; as flores vermelhas estão associadas à cor do sangue, da paixão e do sofrimento e da força vital e as flores amarelas estão relacionadas com o sol e com energia. Os santos que foram mártires têm por norma uma flor de cor vermelha como atributo, que representa o martírio que sofreram em nome da fé, e os santos que não foram martirizados têm como atributo uma flor branca, símbolo de pureza.²⁷⁰

Ainda de acordo com a mesma autora, a árvore é geralmente associada a um símbolo de fertilidade da terra e é venerada desde a Antiguidade por diversos povos e culturas como elemento sagrado. Representa o cosmos e os seus processos cíclicos e o carácter regenerativo da sua floração representa o crescimento, a força criativa e a imortalidade. A sua verticalidade representa um elo de ligação entre o mundo do Inferno (raízes) e o mundo do Céu (folhagem). Tem um papel fundamental no simbolismo cristão, representado as virtudes (vida, esperança, bondade, santidade e saúde) quando no seu estado saudável e forte, e a morte quando está no seu estado decrépito.²⁷¹ A figueira, em particular, é usada para representar a Árvore do Conhecimento no Jardim de Éden e é um símbolo de luxúria, relacionado com a Queda do Homem no Génesis, e de fertilidade, devido à abundância de sementes que têm os seus frutos. O cardo é uma planta espinhosa associada à Paixão de Cristo e é também um símbolo de tristeza terrena e de pecado, e a oliveira tornou-se um símbolo universal de paz quando a pomba de Noé retornou à arca com um ramo de oliveira no bico anunciando o fim do dilúvio.²⁷²

As flores que florescem no mês de Maio, especialmente dedicado a Maria, são símbolo da celebração da Virgem. Entre estas estão os lírios-de-Maio (*Convallaria majalis* L.) que florescem na altura da Primavera e estão associadas às lágrimas de Virgem Maria, as maravilhas (*Calendula officinalis* L.) que são flores utilizadas na desta da Anunciação da Virgem, a 25 de Março, a dedaleira (*Digitalis purpúrea* L.) associada às luvas da virgem. A oliveira (*Olea europaea* L. var *europaea*) fornece o Óleo da Virgem, o cardo-de-Santa-Maria

²⁷⁰ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A iconografia da natureza e da paisagem na pintura portuguesa dos séculos XV e XVI: imagens e significados*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2015, pp. 118, 124.

²⁷¹ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A Linguagem Simbólica da Natureza. A Flora e Fauna na Pintura Seiscentista Portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2009, pp. 56, 57

²⁷² AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A iconografia da natureza e da paisagem na pintura portuguesa dos séculos XV e XVI: imagens e significados*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2015, pp. 115, 118, 119.

(*Silybum marianum* L. Gaertn.) é dedicado à Virgem, assim como a pervinca-menor (*Vinca minor* L.), que em Inglaterra é designada por “Virgin flower”.²⁷³

Sónia Talhé Azambuja, no livro *A Linguagem Simbólica da Natureza* analisa a linguagem da flora e da fauna na pintura seiscentista portuguesa e na Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa analisa a iconografia da natureza e da paisagem na pintura portuguesa dos séculos XV e XVI. Com base nestas análises, e para uma compreensão mais aprofundada do tema em relação ao caso particular do Mosteiro de São Dinis de Odivelas, serão selecionadas as pinturas representativas de *hortus conclusos* e também pinturas selecionadas com base na Figura 34, que assinala os altares e capelas presentes no Mosteiro de São Dinis de Odivelas, e que têm especial relevância para a compreensão das figuras espirituais exaltadas no Mosteiro e que se pretende que sejam também metaforizadas nos jardins dos claustros. Entre estas figuras destaca-se com especial relevância a Virgem Maria, pela sua relação estreita com a temática dos *hortus conclusus*, e porque que conta com sete altares e/ou capelas construídos em seu nome no caso particular do Mosteiro de São Dinis de Odivelas.

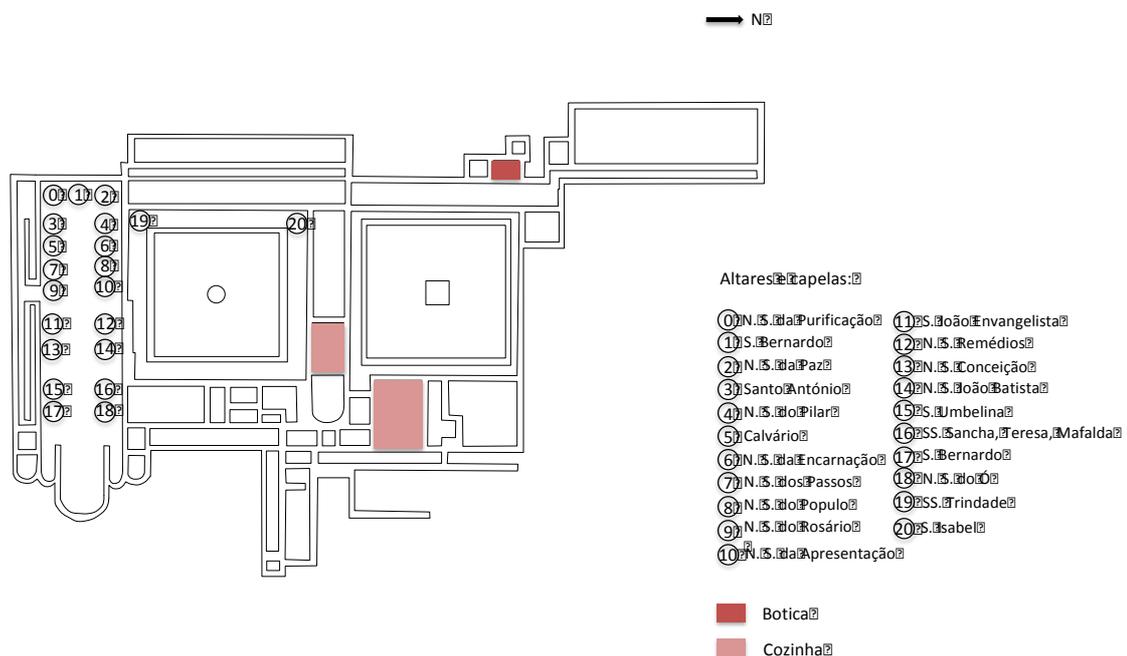


Figura 34: Sinalização dos espaços relevantes ao entendimento das espécies utilizadas nos jardins dos claustros do Mosteiro de São Dinis de Odivelas. Estão assinaladas as cozinhas e a botica, assim como dos altares e capelas presentes no mosteiro.

Extraído e adaptado de *Planta do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, feita por Borges Figueiredo, 1887.

²⁷³ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A Linguagem Simbólica da Natureza. A Flora e Fauna na Pintura Seiscentista Portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2009, p. 54



Figura 35: *Adoração do Cordeiro Místico* (completado 1432) do Retábulo de Gand, de Hubert van Eyck (c.1385-1390-1426, flamengo) e de Jan van Eyck (c. 1380/90-1441, flamengo).

Relevância: “ponto máximo da paisagem de símbolos” segundo Kenneth Clark²⁷⁴

Flora identificada: Cipreste (*Cupressus sempervirens* L.), palmeira tamareira (*Phoenix dactylifera* L.), figueira (*Ficus carica* L.), romãzeira (*Punica granatum* L.), laranja azeda (*Citrus aurantium* L.), pinheiro manso (*Pinus pinea*), cerejeira (*Prunus avium*), H. Karst (*Picea abies*), *Acer* sp., *Riber roburum* L., faia europeia (*Fagus sylvatica*), roseira (*Rosa* sp.), vinha (*Vitis vinifera* L.), *Viburnum opulus* L. ou *Viburnum tinus* L., aquilégia (*Aquilegia vulgaris* L.), aspérula odorífera, *Galium odoratum* (L.) Scop., celidónia (*Chelidonium majus* L.), *Silene coronaria* (L.) Clairv., morangueiro bravo (*Fragaria vesca* L.), *Iris germanica* L. var .florentina (L.) Dykes, açucena (*Lilium candidum* L.), lírio-do-vale (*Convallaria majalis* L.), bonina (*Belis perennis* L.), celidónia menor (*Ranunculus ficaria* L.), dente-de-leão (*Taraxacum officinale* F.H. Wigg), peónia (*Paeonia* sp.), tanchagem-maior (*Plantajo major* L.), goivo (*Matthiola* sp.), timbre-de-salomão (*Polygonatum multiflorum* L.), erva-de-são-marcos (*Tanacetum vulgare* L.), trevo branco (*Trifolium repens* L.) e voiletas-de-cheiro (*Viola odorata*).



Figura 36 : *Santo António e o Menino*, Josefa Ayala e Cabrera (“Josefa de Óbidos”, 1630-1684), cerca de 1676. Pintura a óleo sobre cobre, 4,9x4,9 cm. Coleção Privada.

Relevância: Representação de Santo António, que conta com um altar em seu nome no Mosteiro de São Dinis de Odivelas.

Flora identificada, de acordo com AZAMBUJA, 2005, p. 227: *Lilium candidum* L.

²⁷⁴ CLARCK, Kenneth – Paisagem na arte. Lisboa: Ulisseia, 1961



Figura 37: *Virgem e o Menino, Santa Ana, São Joaquim e D. Joana d'Eça como Doadora* (c.1550-1560), mestre desconhecido, óleo sobre madeira de carvalho, 165x172,5 cm. Proveniência: Transferência do Convento da Esperança (Lisboa). MNAA, Lisboa, Inv. 1072.

Relevância: Representação da Virgem Maria.

Flora identificada, de acordo com AZAMBUJA, *A Iconografia da Natureza (...)*, pp. 400, 401: cravo (*Dianthus caryophyllus* L.), a videira (*Vitis vinifera* L.), o lírio-cardano (*Iris x germanica* L.), o miosótis (*Myosotis sylvatica* Hoffm.), a rosa (*Rosa* sp.), o cedro-do-Líbano (*Cedrus libani* A. Rich), o cipreste (*Cupressus sempervirens* L.) e prado florido de espécies não identificadas.



Figura 38: *São Jerónimo, Santo António e São Dinis*, Diogo de Contreiras (1524-1563), 1544, pintura a óleo sobre madeira, 47x203 cm. Transferência: Biblioteca Pública de Évora. Proveniência: retábulo da capela-mor da Igreja do Mosteiro de São Bento de Cástris, Évora.

Relevância:

Representação de São Dinis, possível representação do Convento de São Bento de Cástris.

Flora identificada, de acordo com AZAMBUJA, *A Iconografia (...)*, pp. 646, 647: cipreste (*Cupressus sempervirens* L.), a palmeira-tamareira (*Phoenix dactylifera* L.), e prado florido de espécies não identificadas.



Figura 39: *Virgem com o Menino e a Visão da Cruz*, Bento Coelho (1620-1708), cerca de 1695., pintura a óleo sobre tela, 221x227 cm. LISBOA, Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Gestão.

Relevância: Representação de um *hortus conclusus*, representação da Virgem Maria.

Flora identificada, de acordo com AZAMBUJA, 2005, pp. 277, 278: *Myrtus communis* L., *Rosa* sp. L., *Narcissus poeticus* L., *Anemone coronaria* L.



Figura 40: *A Virgem e o Menino numa Cercadura de Flores*, Josefa de Ayala e Cabrera ("Josefa Óbidos", 1630-1684), cerca de 1670, pintura a óleo sobre tela, 84x112 cm, não assinalada. Coleção privada.

Relevância: Representação da Virgem Maria.
 Flora identificada, de acordo com AZAMBUJA, 2005, pp. 192, 193: *Tagetes patula* L., *Anemone coronária* L., *Rosa* sp. L., *Lilium candidum* L., *Chelidonium majus* L., *Punica granatum* L., *Viola tricolor* L., *Jasminum officinale* L., *Calendula officinalis* L., *Dianthus coryophyllus* L., *Rosa canina* L., *Vitis vinífera* L.



Figura 41: *Anunciação*, Baltazar Gomes Figueira (1604-1674), cerca de 1634-1640, pintura a óleo sobre tela. COIMBRA, Igreja da Graça

Relevância: Representação de um *hortus conclusus*, representação da Virgem Maria.
 Flora identificada, de acordo com AZAMBUJA, 2005, p. 92: *Lilium candidum* L., *Chrysanthemum coronarium* L.,



Figura 42: *Imaculada Conceição*, Baltazar Gomes Figueira (1604-1674), cerca de 1640, pintura a óleo sobre tela, 160x96,5 cm. ALCOBAÇA, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca.

Relevância: Representação da Virgem Maria.
 Flora identificada, de acordo com AZAMBUJA, 2005, p. 108: *Lilium candidum* L., *Chelidonium majus* L., *Antirrhinum majus* L., *Bellis perennis* L., *Chrysanthemum coronarium* L., *Rosa* sp., *Citrus sinensis* (L.) Obsek, *Phoenix dactylifera* L.



Figura 43: *Santa Isabel e o milagre das rosas em Alenquer*, Bento Coelho (1620-1708), cerca de 1670-1680, pintura a óleo sobre tela, 80x120 cm. SALVATERRA DE MAGOS, Igreja Matriz.

Relevância: Representação da Rainha Santa Isabel e do milagre das rosas.

Flora identificada, de acordo com AZAMBUJA, 2005, p. 244: *Rosa sp.*



Figura 44: *Aparição da Virgem a São Bernardo*, Josefa de Ayala e Cabrera (“Josefa de Óbidos”, 1630-1684), cerca de 1660-1670, pintura a óleo sobre tela, 112,5x78cm, não assinada. COIMBRA, Museu Nacional de Machado de Castro

Relevância: Representação de São Bernardo, representação da Virgem Maria

Flora identificada, de acordo com AZAMBUJA, 2005, p. 155: *Lilium candidum L.*



Figura 45: *A Virgem, São Benedito e São Bernardo*, Josefa de Ayala e Cabrera (“Josefa de Óbidos”, 1630-1684), cerca de 1670-1675, pintura a óleo sobre cobre, 20x24cm, assinado “Josepha Obidos”. Coleção Privada.

Relevância: Representação de São Bernardo, representação da Virgem Maria

Flora identificada, de acordo com AZAMBUJA, 2005, p. 208: *Lilium candidum L.*

IV : PROPOSTA DE RESTAURO DOS CLAUSTROS DO MOSTEIRO DE SÃO DINIS DE ODIVELAS

IV.1: ANÁLISE DO ESPAÇO

IV.1.1 : CLAUSTRO PRINCIPAL

Este jardim apresenta-se degradado, com falta de manutenção e com falta de identidade. Os eixos de simetria estão pouco definidos e as espécies que o compõem são atípicas da vegetação utilizada nestes espaços monacais da Idade Medieval. De entre as espécies que aqui se encontram apenas a *Rosa sp.* e o *Buxus sempervirens* L., se enquadram verdadeiramente no espírito do lugar, sendo que existem inclusivamente espécies que, para além de serem atípicas não poderiam de forma alguma constar neste *hortus conclusus* primitivo, como é o caso do *Jacaranda mimosifolia* D. Don, que é uma espécie que foi trazida para Portugal no contexto dos Descobrimentos, já depois de 1500.

Entre as espécies que se neste jardim estão: *Araucaria heterophylla* (Salisb.) Franco, *Jacaranda mimosifolia* D. Don, *Grevilea robusta* A.M.Cunn. ex R. Br., *Strelitzia reginae* Banks, *Rosa sp.* *Buxus sempervirens* L., *Pittosporum tobira* (Thunb.) W. T. Aiton e *Teucrium fruticans* L..

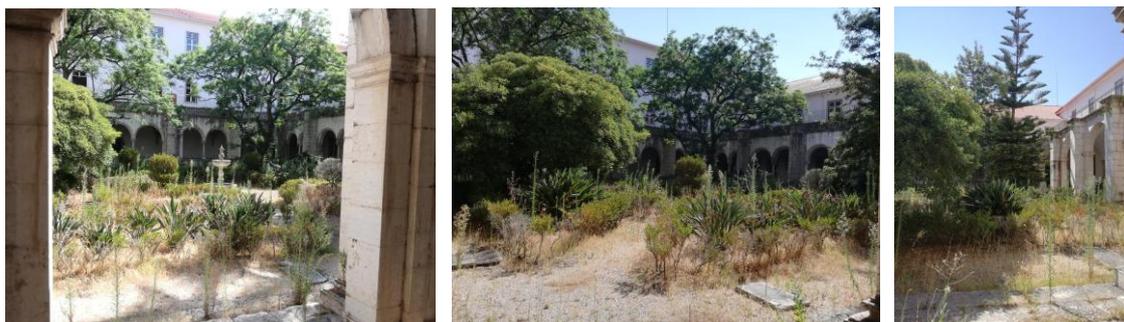


Figura 46: Montagem de fotografias do jardim do Claustro Principal, 2018
Fonte: Autora

IV.1.2 : CLAUSTRO DA MOURA

O jardim do Claustro da Moura apresenta-se igualmente degradado, com falta de manutenção e com falta de identidade. Mais uma vez, os eixos de simetria estão pouco definidos e as espécies que o compõem são atípicas da vegetação utilizada nestes espaços monacais da Idade Medieval, sendo que, tal como no caso anterior, apenas a *Rosa sp.* e o *Buxos sempervirens* L. vão de encontro ao espírito do lugar. Entre as espécies que se encontram atualmente no Claustro da Moura estão a *Cercis siliquastrum* L., *Jacaranda mimosifolia* D. Don, *Grevilea robusta* A.M.Cunn, *Syringa vulgaris* L., *Buxus sempervirens* L., *Hedera helix* L. e *Rosa sp.*



Figura 47: Montagem de fotografias do Claustro da Moura, 2018
Fonte: Autora

IV.2 : PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

À falta de referências acerca do traçado original do jardim, que não está representado nos planos antigos conhecidos do Mosteiro de São Dinis de Odivelas, e sendo que o primeiro plano que se conhece foi feito já no ano de 1887 por Borges Figueiredo, e uma vez que não foram conduzidas escavações arqueológicas e que não se conhecem descrições ou pinturas do traçado primordial dos espaços, propõe-se atribuir aos jardins o traçado típico de um *hortus conclusus* medieval, isto é a quadripartição do espaço com a fonte ao centro, à semelhança do que acontece na plano da Abadia de Saint Gall, que é plano mais antigo que se conhece de uma abadia beneditina. Pretende-se criar um espaço marcado pela regularidade e simetria axial e pela simplicidade e despojamento. É proposta a uniformização do pavimento com saibro de calcário, dado que o calcário era a matéria prima de excelência neste local de Odivelas na altura da implantação do Mosteiro e que foi utilizada para a construção do mesmo, é também proposta e a remoção de todas as espécies existentes no lugar porque não acrescentam valor ao espaço, antes pelo contrário,

no sentido em que são espécies atípicas desta temática e dos jardins fechados monacais do período medieval em geral. As espécies retiradas vão dar lugar a árvores e canteiros de flores representativas de um *hortus conclusus* e com base na análise que foi feita. O objectivo é desenhar um espaço medicinal, poético e espiritual, que permita alimento tanto à alma como ao corpo. Como tal são, antes de mais, escolhidas espécies com valor ornamental presentes na iconografia da temática cristã estudada, com especial relevância para a figura de Virgem Maria, em honra de quem foi fundado o Mosteiro de acordo com a sua Carta de Dotação. A virgem está também associada ao *hortus conclusus* em “Cântico dos cânticos”, e era comumente metaforizada sob forma de plantas nos jardins fechados medievais. Esta especial relevância prende-se também com os vários altares e/ou capelas erguidos em seu nome no Mosteiro de São Dinis de Odivelas, entre os quais: o altar de Nossa Senhora da Paz (devoção mariana associada à Lenda de Nossa Senhora da Paz, e que é representada com um ramo de oliveira na mão), ao altar da Nossa Senhora do Rosário (devoção mariana associada ao episódio da entrega do Rosário a São Domingos), à capela da Nossa Senhora dos Remédios (também uma devoção mariana, associada à Lenda de Nossa Senhora dos Remédios) e aos altares de Nossa Senhora do Ó, de Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora da Apresentação, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Encarnação e de Nossa Senhora da Assunção (devoções marianas).

É prestada também especial atenção a outras figuras associadas diretamente ao Mosteiro de São Dinis de Odivelas, como é o caso São Bernardo e de São Dinis, em honra de quem foi fundado o Mosteiro segundo a sua Carta de Dotação. É também tomada em consideração a figura da Rainha Santa Isabel, que tem uma capela em seu nome no Mosteiro, e que está associada à Lenda do Milagre das Rosas. Para além da capela dedicada a Santa Isabel foi prestada especial atenção a outras capelas e altares que estão presentes no Mosteiro de São Dinis de Odivelas e, em particular, aos dois altares que dizem respeito a São Bernardo, já mencionado; ao altar referente a Santo António; à Capela referente à Santíssima Trindade e à capela de São João Batista, que foi um santo martirizado tal como S. Dinis.

A par do simbolismo religioso e espiritual associados à vegetação escolhida, são associadas outras características que determinam a seleção das espécies, entre as quais: o seu valor culinário e aromático, uma vez que estes espaços pretendiam também atender às necessidades de subsistência da comunidade religiosa e espécies com valor medicinal, uma vez que eram aqui cultivadas também espécies que providenciavam ingredientes para a realização de remédios na botica do Mosteiro. A par de todas estas características, e uma vez que os monges da Ordem de Cister foram grandes iluminastes, é também prestada atenção a plantas com propriedades tintureiras, identificadas no *Livro de Receitas da Última freira de Alcobaça*.

No caso do Claustro principal é dada especial atenção ao tema da iconografia cristã devido à sua proximidade com a igreja e no caso do Claustro da Moira é dada especial relevância a espécies com propriedades culinárias e medicinais devido à sua proximidade com as cozinhas e com a botica.

O período áureo do jardim proposto para o Claustro Principal é a Primavera, altura em que quase todas as flores escolhidas estão em floração, e o período de maior esplendor do jardim proposto para o jardim do Claustro da Moura é o Verão, altura em que quase todas as flores estão em floração, com exceção das árvores, que florescem na primavera.

IV.2.1 : CLAUSTRO PRINCIPAL

De seguida listam-se as espécies escolhidas para o Claustro Principal e as respectivas características de interesse (ornamental, culinária, aromática, medicinal, tintureira):

***Iris x germanica* L.** (cor floração: branco) - Tipo: Herbácea com fins ornamentais.

Simbologia: Flor da Anunciação e da Virgem Maria, Atributo da Imaculada Conceição, Atributo da Virgem Maria, Símbolo de Divindade, Atributo de Santo António, Símbolo de mensagem, fé e eloquência.

***Rosa canina* L.** (cor floração: branco) - Tipo: Herbácea com fins ornamentais, medicinais e culinários.

Simbologia: Símbolo da Virgem e da Imaculada Conceição. Associação à Rainha Santa Isabel. Atributo de Santos e Mártires. Planta bíblica (Ec 24:14).

***Dianthus caryophyllus* L.** (cor floração: vermelho) -Tipo: Herbácea com fins ornamentais.

Simbologia: Símbolo da Virgem Maria, alusão ao sofrimento da Virgem Maria face à crucificação de Cristo.

***Viola tricolor* L.** (cor floração: branco, amarelo, roxo) - Tipo: Herbácea com fins ornamentais e medicinais.

Simbologia: Símbolo da Trindade devido às três pétalas coloridas de branco, amarelo e púrpura). Símbolo das Cinco Chagas de Cristo porque tem cinco pétalas. Alusão ao pensamento e à meditação.

***Myrtus communis* L.** (cor floração: branco) - Tipo: Arbusto com fins ornamentais.

Simbologia: Floração da Virgem Maria. Símbolo de humildade e virgindade. Planta bíblica (Is 41:19).

***Lilium candidum* L.** (cor floração: branco) - Tipo: Herbácea com fins ornamentais.

Simbologia: Símbolo da virgindade de Maria, atributo da Virgem Maria, símbolo de pureza, atributo do arcanjo Gabriel, atributo de santos, neste caso em particular atributo a Santo António.

Rosmarinus officinalis L. (cor floração: roxo) -Tipo: Arbusto com fins ornamentais, culinários e medicinais.

Simbologia: Símbolo da Encarnação de Cristo, símbolo da salvação, planta associada à Virgem Maria.

Rosa sempervirens L. (cor floração: branco) - Tipo: Herbácea com fins ornamentais, medicinais e culinários.

Simbologia: Símbolo da Virgem e da Imaculada Conceição. Associação à Rainha Santa Isabel. Atributo de Santos e Mártires quando na cor vermelho. Planta bíblica (Ec 24:14).

Pyrus communis L. (cor floração: branco) - Tipo: Árvore de fruto com fins ornamentais e culinários.

Simbologia: Símbolo da Virgem Maria e de Cristo. Atributo da Virgem Maria. Símbolo do amor de Cristo pela humanidade. Símbolo da árvore do conhecimento.

Olea europaea L. var europaea - Tipo: Árvore de fruto com fins ornamentais e culinários.

Simbologia: Símbolo de paz. Símbolo de Nossa senhora da Paz. Símbolo da Imaculada Conceição e da Virgem Maria. Símbolo da Anunciação. Atributo a Virgem Maria. Atributo de Santos. Símbolo da Árvore da Vida. Planta bíblica (Rm 11:17-18, Lc 21:37).

Citrus limon (L.) Burm. f. (cor floração: branco) - Tipo: Árvore de fruto com fins ornamentais, culinários e medicinais.

Simbologia: Atributo a Virgem Maria, símbolo de castidade e virgindade, símbolo de eternidade.

Phoenix dactylifera L. – Palmeira de fruto com fins ornamentais e culinários.

Simbologia: Símbolo de vitória e atributo dos mártires (este caso em particular refere-se a São Dinis e S. João Batista).

Prado baixo florido com mistura de *Bellis perennis L.*, *Taraxacum officinale L.*, *Festuca arundinacea Shreb*, *Dactylis glomerata L.*, *Lolium perenne L.*, *Poa pratensis L.*

Bellis perennis L. (cor floração: branco) – Tipo: Herbácea ornamental

Simbologia: Símbolo de Maria. Símbolo da doce inocência do menino Jesus. Simbologia da encarnação de Cristo.

Taraxacum officinale L. (cor floração: branco) - Herbácea ornamental com fins medicinais.

IV.2.2 : CLAUSTRO DA MOURA

De seguida listam-se as espécies escolhidas para o jardim do Claustro da Moura, e as respectivas características de interesse (ornamental, culinária, aromática, medicinal, tintureira):

***Allium sativum* L.** (cor floração: branco) - Tipo: Herbácea com fins ornamentais, culinários e medicinais.

Simbologia: Planta bíblica (Nm 11: 5-6).

***Calendula officinalis* L.** (cor floração: amarelo) - Tipo: Herbácea com fins ornamentais e medicinais.

Simbologia: Atributo a Virgem Maria e aos Monges. São flores usadas na festa da Anunciação da Virgem (25 Março).

***Pimpinella anisum* L.** (cor floração: branco) – Herbácea ornamental com fins culinários e medicinais.

***Foeniculum vulgare* Mill.** (cor floração: amarelo) – Herbácea ornamental com fins culinários e medicinais.

***Prangos trifida* (Mill.) D. A. Webb** (cor floração: amarelo) – Herbácea ornamental com propriedades tintureiras.

***Coriandrum sativum* L.** (cor floração: branco) – Herbácea ornamental com fins culinários e medicinais.

***Prunus dulcis* (Mill.) D. A. Webb** (cor floração: branco-rosa) – Árvore ornamental com fins culinários.

***Cydonia oblonga* Mill.** (cor floração: branco) – Árvore ornamental com fins culinários.

***Citrus aurantium* L.** (cor floração: branco) - Árvore ornamental com fins culinários e medicinais.

***Prunus persica* L. Batsch** (cor floração: branco-rosa) - Tipo: Árvore de fruto com fins culinários e ornamentais.

Simbologia: Símbolo da Trindade.

Prado baixo florido com mistura de *Bellis perennis* L., *Taraxacum officinale* L., *Festuca arundinacea* Shreb, *Dactylis glomerata* L., *Lolium perenne* L., *Poa pratensis* L..

***Bellis perennis* L.** (cor floração: branco) – Tipo: Herbácea ornamental

Simbologia: Símbolo de Maria. Símbolo da doce inocência do menino Jesus. Simbologia da encarnação de Cristo.

***Taraxacum officinale* L.** (cor floração: branco) - Herbácea ornamental com fins medicinais.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por maior que seja a dedicação pela descoberta da verdadeira essência deste conjunto monacal, existe alguma margem de erro assumida porque é francamente difícil perceber exatamente como era o mosteiro do século XIII e as alterações que sofreu com o passar do tempo, devido à falta de documentação e de escavações arqueológicas.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para a compreensão dos valores da Ordem de Cister associados ao território e para a valorização dos jardins dos claustros monacais medievais associados à Ordem de Cister, e em particular para a valorização dos jardins claustros do Mosteiro de São Dinis de Odivelas, principalmente no que diz respeito ao entendimento e apreciação da sua imensa carga simbólica e espiritual e das importantes funções que serviam na época, no sentido de fornecer alimento e ingredientes para a realização de remédios, tintas e receitas a estas comunidades que viviam isoladas da sociedade.

Existe ainda muito para estudar, compreender e resolver em relação ao caso do Mosteiro de São Dinis de Odivelas, tarefa que está agora a ser iniciada pela Câmara Municipal de Odivelas com o projeto de restauro do túmulo de D. Dinis e que se espera que tenha continuidade no sentido de se procurar assegurar as condições ideais para a abertura do espaço ao público como polo de aprendizagem sobre a História de Portugal, os mosteiros cistercienses, a vida das comunidades monásticas, e em particular das comunidades femininas da Ordem de Cister, e sobre os jardins monacais medievais. Pretendemos que este trabalho se assuma como um contributo para este futuro projeto, para que se possa perpetuar e expor o património cisterciense nacional, seguindo os bons exemplos dos projetos realizados nos mosteiros de Santa-Clara-a-Velha (Coimbra), que foi palco de inundações provocadas pelo rio Mondego, e de São João de Tarouca (Viseu), que sofreu desmantelamento de todas as dependências monásticas, com exceção da igreja, e cujos projetos de recuperação tanto acrescentaram à riqueza do país.

Este trabalho centrou-se, principalmente, na proposta de planos de plantação, que respeitam a essência destes espaços monacais, em todas as suas vertentes: simbólica, espiritual e utilitária. Outras fases de restauro, como foram os casos de elementos relacionados com hidráulica, não foram abordadas por não existirem levantamentos relativos a este assunto, pelo carácter de acesso extremamente restrito a estas instalações, e por não terem ainda sido feitas escavações arqueológicas neste mosteiro, como foi anteriormente referido, pelo que é proposta esta possível linha futura de investigação, uma vez que, dada a importância histórica do Mosteiro de São Dinis de Odivelas, considera-se de extrema importância que o espaço seja completamente recuperado e aberto ao público.

BIBLIOGRAFIA E FONTES:

ABEN, Rob; WIT, Saskia de – *The Enclosed Garden: History and Development of the Hortus Conclusus and its Reintroduction into the Present-day Urban Landscape*. Roterdão: 010 Publishers, 1998.

ALMEIDA, Rogério; DORÃO, Vítor – *ANÁLISE URBANA – ODIVELAS de Aldeia a Centro Histórico da cidade*. CIAAM: Centro de Investigação em Arquitectura e Áreas Metropolitanas. Lisboa: [s.n.], 2012.

AMARAL, Ana Rosa – *O Claustro Enquanto Lugar, a Reabilitação como Motor da Vivência*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2014

ASHER, François – *Novos Princípios do Urbanismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2012.

ATTENBOROUGH, David. *O Primeiro Éden – O mundo mediterrânico e o homem*. Lisboa: Gradiva/RTC, 1998.

AZAMBUJA, Sónia Talhé - *A linguagem simbólica da natureza. A flora e a fauna na pintura seiscentista portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2009.

AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A Linguagem Simbólica da Natureza. A Flora e a Fauna na Pintura Seiscentista Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2005.

AZAMBUJA, Sónia Talhé - *A Iconografia da Natureza e da Paisagem na Pintura Portuguesa dos Séculos XV e XVI. Imagens e Significados*. Tese de Doutoramento em História, na especialidade de Arte, Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2015.

AZAMBUJA, Sónia Talhé - Slides das aulas da unidade curricular “História e Teoria da Arte dos Jardins” da licenciatura em Arquitectura paisagista do Instituto Superior de Agronomia. Lisboa: [s.n].

AZEVEDO, Carlos de; FERRÃO, Juleita; GUSMÃO, Adriano - *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Vol. II. Lisboa: Junta Distrital, 1963.

BAILLIE, Marianne de – *Lisbon in the years of 1821, 1822 and 1823*. Londres: John Murray, 1824.

BERLIOZ, Jaques - *Monges e Religiosos na Idade Média*. Paris: Societé d'Editions Scientifiques, 1994.

BIBLÍA SAGRADA – *Bíblia Sagrada*. 14ª Edição. Lisboa: Difusora Bíblica. (Missionários Capuchinhos), 1998.

BORGES, Júlio António - *O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar e os Monges de Cister*. Figueira de Castelo Rodrigo : Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, 1997.

BOTINEAU, Michel – *Les Plants du Jardin Médiéval*. Paris: Berlin/Eveil nature, 2003

- BOURGOING, Jean François. *Voyage du Duc du Chatelet en Portugal*. Volume I. Paris: F. Buisson, 1801
- BRANCO, Manuel Bernardes - *As Minhas Queridas Freirinhas de Odivelas*. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1886
- BRAVO, Hipolito de Sa - *Boticas monacales y medicina naturista en Galicia*. Leão: Everest, 1983.
- BRITO, Bernardo de – *Primeyra parte da Chronica de Cister*. Lisboa: Pedro Crasbeek, 1602
- CABRAL, Francisco Caldeira – *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, 1993.
- CABRAL, Maria Isabel de – *O Livro de Receitas da Última Freira de Odivelas*. Lisboa: Verbo, 1999.
- CARREIRAS, José Albuquerque – *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobaça: Jorlis, 2013.
- CARVALHO, Sérgio Luís de - *Assistência e Medicina no Portugal Medieval*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.
- CASTRO, João Baptista de - *Mappa de Portugal*. Vol III. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763.
- CHAGAS DE PAIVA, Anselmo – *Alguns princípios pedagógicos da Regra de São Bento*. Argentina: UCA (Universidade Católica da Argentina), 2017.
- COCHERIL, Dom Maur, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1978.
- CUNHA, João Alves da – *A multidisciplinaridade da arquitetura cisterciense: pistas para o estudo e salvaguarda da sua autenticidade*. Lisboa: Revista Lusitana Sacra, 2005.
- DELUMEAU, Jean – *Uma história do paraíso. O jardim das delicias*. Lisboa: Terramar, 1994.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *“Ora & Labora”, à procura da origem da divisa beneditina*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1998.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Liturgia e Arte: Diálogo existente e constante entre os beneditinos*. Porto: Revista da Faculdade de Letras I série vol 2, 2003.
- DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho - *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: Espírito, alma e corpo*. Porto: CITEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2011.
- DIAS, Geraldo Coelho – *Religião e Simbólica, O Sonho da Escada de Jacob*. Porto: Granito Editores, 2001
- DU CANGE, Domino – *Glossarium mediae et infimae latinitatis*. Niort: L. Favre, 1883-1887.

DUMOURIEZ, Charles-François - *État présent du Royaume de Portugal en l'Année MDCCLXVI*. Lausana: Chez François Grasset et Comp., 1755.

DURÃO, Vitor – *Formação e transformação urbana. Odivelas: de aldeia a cidade da região*. Texto publicado em acta: Morfologia Urbana nos países lusófonos, actas da conferência internacional PNUM 2012 – Portuguese Network of Urban Morphology, ISCTE. Lisboa: [s.n.], 2012.

FERNANDES, Carla Varela; DIAS, Isabel Barros; FRESCO, João; JÚDICE, Nuno; BARBOSA, Pedro Gomes; MATOS, Sofia Correia de; PALMA, Victor – *D. Dinis, Atas dos Encontros sobre D. Dinis em Odivelas*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

FERNANDES, Carla Varela – *D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória*. CEAUP: Centro de Estudos Arqueológicos da Universidade de Coimbra e Porto. Porto: [s.n.], 2006/2007.

FERNANDES, Carla Varela – *O Bom Rei Sabe Bem Morrer. Reflexões sobre o túmulo de D. Dinis* in Atas dos Encontros sobre D. Dinis Em Odivelas. Odivelas: Edição Colibri/Câmara Municipal de Odivelas, 2011.

FERRÃO, José Manuel – *História da Arte, 10^o ano*. Lisboa: Didática Editora, 1996

FERREIRA, Ana Rita de Almeida – Agostinho e Jaccottet: *O jardim como local de transcendência*. Lisboa: Philosophica 32, 2008.

FERREIRA, Virgolino Jorge – *Os Cistercienses e a água*. Coimbra: Faculdade de Letras da Faculdade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social. Revista Portuguesa de História 43. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.

FERREIRA, Virgolino Jorge – *Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal, notas sobre a tipologia dos sítios e das igrejas*. Évora: Universidade de Évora, 1999

FERREIRA, Nuno P. S - *A Alimentação Portuguesa na Idade Medieval*. Revista SPCNA (Sociedade Portuguesa de Ciências da Nutrição e Alimentação). Porto: SPCNA, 2008.

FIGUEIREDO, A. C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas, casos de reis e memórias de freiras*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1889.

FIGUEIREDO, Campos de – *Jardim fechado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1922.

FISHER, Celia – *Flowers in Medieval Manuscripts*. Toronto: Universidade de Toronto, 2004

GOITIA, Fernando Chueca – *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

GOMES, Saul António – *Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós (Alcobaça) em tempos medievos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.

GOMES, Saul António – *A Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos Séculos XVI*. Revista Lusitana Sacra, 2^a série, 18. Lisboa: centro de Estudos de História Religiosa, 2006

GONÇALVES, Iria - *Acerca da alimentação medieval*. Lisboa: Revista da SPCNA (Sociedade Portuguesa de Ciências de Nutrição e Alimentação). Porto: SPCNA, 1978.

- GUSMÃO, Artur Nobre de - *Os Mosteiros de Cister na época moderna*. Porto: [s.n.], 1957.
- ICOMOS – *Carta de Veneza*. Veneza: UNESCO/ICOMOS, 1964.
- ICOMOS Austrália – *A carta de burra*. Austrália: ICOMOS, 1999.
- ICOMOS Florença – *Carta de Florença sobre a salvaguarda de Jardins Históricos*. Florença: ICOMOS, 1981.
- INNES, Miranda; PERRY, Clay – *Medieval Flowers*. Londres: Kyle Cathie, 2002.
- JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE, Susan – *The Landscape of man. Shaping the environment from prehistory to the presente day*. Londres: Thames and Hudson, 1995.
- JELLICOE, Geofrey; JELLICOE, Susan; GOODE, Patrick; LANCASTER, Michael – *The Oxford Companion to Gardens*. Oxford: Universidade de Oxford, 2001.
- JORGE, Virgolino Ferreira – *Os Cistercienses e a Água*. Revista Portuguesa de História Nº 43. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013.
- JUMA, Imtiaz - *Farmácias, Boticas e Mezinhas de Portugal*. Cascais: Tribunapress, 1992.
- LANDSBERG, Sylvia – *The Medieval Garden*. Toronto: Universidade de Toronto, 2003
- LEAL, Catarina Cunha; FERREIRA, Manuela Almeida – *Cuidado de higiene e de saúde em uma comunidade monástica do século XVII: o caso do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, Vol. XXVII-XXVIII. Lisboa: Portugalia, 2006-2007
- LIXA, Florinda Rosa Pisco; PEREIRA, Ana Paula; CABRAL, Manuel Villaverde; MARTINS, Isabel; PIRES, Paula – *Plano de salvaguarda e reabilitação do núcleo antigo de Odivelas. Requalificação do Largo D. Dinis no âmbito do programa URBAN*. Lisboa: Câmara Municipal de Loures, 1997
- LUCAS, Charles – *L'Architecture En Portugal: Melanges Historiques Et Archeologiques (1870)*. França: Kessinger Publishing, 2010.
- MADURO, António Valério - *Monges e Camponeses. O Domínio Cisterciense de Alcobaça nos séculos XVIII e XIX*. Batalha: CEPAE (Centro do Património de Estremadura), 2010.
- MALER, Bertil – *Orto do esposo*, edição crítica. Volume I. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1956.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Os coutos de Alcobaça: das Origens ao séc. XVI*. Coleção Estudos nº 24: “Estudos da origem da Ordem de Cister em Portugal”. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- MARTINS, Ana Maria Tavares Ferreira – *As Arquiteturas de Cister em Portugal. A Actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no Território*. Dissertação de Mestrado na área de História, Teoria e Composição Arquitectónicas apresentada à Universidade de Sevilha. Sevilla: [s.n.], 2011.
- MATIAS, António Marques - *D. Dinis*. Coleção história de Portugal. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1957
- MATOS, Margarida Mendes [Et al] - *História de Portugal*. Lisboa, 1989.

McAVOY, Liz Herbert – *The Medieval Hortus Conclusus: Revisiting the Pleasure Garden*. MFF (Medieval Feminist Forum), Vol. 50, No. 1. Iowa: [s.n.], 2014.

MENEZES, José de Vasconcelos e - *Boticas e boticários de além mar: armadas portuguesas de meados do século XV ao 3º quartel do século XVI*. Lisboa: Resistência, 1981.

MIRANDA, Adelaide – *Imagens do Mundo nos Manuscritos Alcobacenses*. O bestiário, Atas do “Congresso Internacional sobre S. Bernardo e o Císter em Galícia e Portugal”. Ourense: [s.n.], 1992.

MOREIRA, Sónia Maria do Livramento - *As intervenções da Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais: o caso do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça - Igreja, Claustro de D. Dinis e dependências monásticas*. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora. 2 volumes. Évora: [s.n.], 2006.

OLIVEIRA, Pe. Miguel de - *Origens da Ordem de Cister em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1951.

OSÓRIO, Jorge A. – *D. Dinis: o rei, a língua e o reino*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2018.

PEROVNIK, Lidjia; MARÇAL, Maria Inês Veloso; NUNES, Rita Chaves Ramos – *Mosteiro de Odivelas, Análise, Proposta de Intervenção e Restauro do lugar*. Trabalho apresentado ao Instituto Superior de Agronomia no âmbito da unidade curricular de Recuperação e Gestão da Paisagem Cultural do Mestrado de Arquitectura Paisagista. Lisboa: [s.n.], 2017.

PERRY, Clay; INNES, Miranda – *Medieval Flowers*. Califórnia: Kyle Cathie, 2002

PUYOL, Julio. *Jerónimo Münzer. Viaje por España y Portugal en los años 1494 y 1495*. Madrid: Boletín de la Real Academia de la Historia, 1924.

PUYOL, Julio. *Jerónimo Münzer. Viaje por España y Portugal en los años 1494 y 1495*. Granada: Universidade de Granada, 2008.

SARAIVA, Carlota Abrantes - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas: 1295-1995*. Lisboa: Instituto de Odivelas, 1995.

SARAIVA, Carlota Abrantes – *O Instituto de Odivelas – Breve Notícia Histórica*. Odivelas: 1978.

SILVEIRA, Carlos; SILVEIRA, Maria Cristina - *As boticas das naus de quinhentos*. 1983

SILVEIRA, Luís Espinha da – *A venda dos bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem*. *Análise Social* (Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), vol XVI (nº 61-62). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), 1980.

SKAKEL, Eliza – *The Common Medieval Kitchen Garden, a 21st Century Interpretation*. [s.n.], 2012.

SOUSA, Tavares de - *História da Medicina*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

STONG, Roy – *Gardens through the ages*. Londres: Conran, 2000.

TAVARES, Pedro – *A Água em Alcobaça*. Revista Pedra & Cal, nº 18. Lisboa: GECORPA, 2003.

TEIXEIRA, Francisco Manuel de Almeida Correia – *A arquitetura monástica e conventual feminina em Portugal, nos séculos XIII e XIV*. Tese para obtenção do grau de Doutor no ramo de História da Arte, especialidade em História da Arte Islâmica e Medieval, apresentada à Universidade do Algarve. Faro: [s.n.], 2007.

THOMPSON, Reginald Campbell. *The Assyrian Herbal: A Monograph on the Assyrian Vegetable Drugs, the Subject Matter of which was Communicated in a Paper to the Royal Society, March 20*. Londres: Luzac and co., 1924.

TOMÉ, Manuela Maria Justino - *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Estudo Histórico-Arquitectónico. Acções para a salvaguarda do património edificado*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Évora. Évora: [s.n.], 1995.

TOMÉ, Manuela Justino; MONTEIRO, Maria Filomena; CORNACHO, Maria da Graça; JORGE, Virgolino Ferreira – *Aspectos da Hidráulica do Mosteiro Cisterciense de São Dinis de Odivelas* in Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna, (Convento da Arrábida, 15-17 de Novembro de 1993), Hidráulica Monástica Medieval e Moderna. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.

TOMÉ, Manuela Maria Justino – *Odivelas, um mosteiro cisterciense*. Odivelas: Município de Odivelas, 2001.

TOMÉ, Manuela Justino – *Aspectos da hidráulica do mosteiro cisterciense de São Dinis de Odivelas*. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.

VAIRO, Giulia Rossi - *O Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, Panteão Régio (1318-1322)*. Memória, espaço doméstico e espaço social, Instituto da História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, [s.n.].

VASCONCELOS, Luis Mendes de – *Do Sítio de Lisboa – Dialogo*. Lisboa: Oficina de Luys Estupiñan, 1608.

VAZ, Maria Máxima - *Por Terras de El Rei D. Dinis*. Lisboa: Chiado Editora, 2016.

VAZ, Maria Máxima – *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*. Lisboa: Junta de Freguesia de Odivelas, 1997

VAZ, Maria Máxima – *O Concelho de Odivelas. Memórias de um povo*. Lisboa: G.Cb produções gráficas, 2000

VAZ, Maria Máxima – *Odivelas, uma viagem ao passado*. Lisboa: g.Cb produções gráficas, 2003.

VAZ, Maria Máxima - *O Real Mosteiro de S. Dinis*. Lisboa: Comissão Instaladora do Município de Odivelas, 2001.

VAZ, Maria Máxima; PACCETTI, Virgínia; PINTASSILGO, Joaquim; MAGARRO, Maris João; LOUREIRO, Lourdes – *O Instituto de Odivelas, 115 anos a formar e a educar*. Lisboa: Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas, 2017.

VIDAL, Gérard – *Le jardin medieval*. Paris: Lycée Victor Duruy, 2016.

VILLEGAS, Luis Prensa – *Trovadores en el Claustro: El Cister y la Cartuja*. Instituição “Fernando el Católico” (CSIC). Saragoça, [s.n.].

VITERBO, Joaquim de Santa rosa de – *Elucidário de palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865.

FONTES MANUSCRITAS:

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

CHANCELARIAS RÉGIAS:

Tomo dos títulos da fundação e doação ao mosteiro e padroado dele, privilégios, alvarás, e outros, tudo confirmado pelos reis até Filipe I.

FUNDO GERAL:

BRANDÃO, Frei Francisco – *Quinta parte da Monarquia Lusitana que contem a historia dos primeiros 23 annos delRey D. Dinis (...)*. Lisboa: Officina de Paulo Craesbeek, 1650.

BRANDÃO, Frei Francisco – *Sexta parte da Monarquia Lusitana que contem a historia dos ultimos 23 annos delRey D. Dinis (...)*. Lisboa: Officina de Joam da Costa, 1672.

CARDOSO, Jorge – *Agiologio lusitano dos sanctos e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas: consagrado aos gloriosos S. Vicente e S. Antonio, insigns patronos desta inclyta cidade Lisboa e a seu illustre Cabido Sede Vacante*. Lisboa: Officina Craesbeekiana, 1652-1744.

COSTA, António Carvalho da - *Corographia Portugueza e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das famílias nobres, fundações de conventos, catálogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios & outras curiosas observaçoens*, Vol III. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

CUNHA, D. Rodrigo da - *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida e acçoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão (...)*. Lisboa: Manoel da Sylua, 1642.

MARIZ, Pedro de – *Dialogos de varia história em que sumariamente se referem muytas cousas antigas de Hespanha c (sic) todas as mais notaees q(ue) em Portugal acontecerão em suas gloriosas conquistas antes e depois de ser levantado a Dignidade*

Real e outras muytas de outros reynos dignas de memoria: com os retratos de todos os reys de Portugal. Coimbra: Officina de Antonio de Mariz, 1594.

SITES CONSULTADOS:

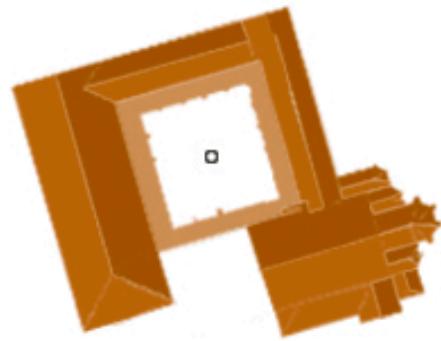
SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Disponível em: WWW.MONUMENTOS.GOV.PT

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: WWW.PURL.PT

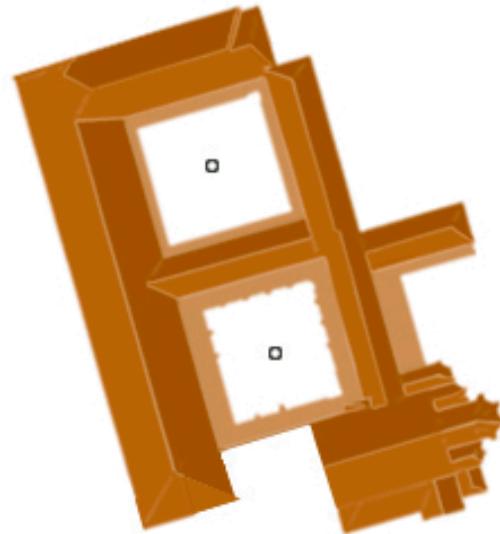
Sementes de Portugal. Disponível em: WWW.SEMENTESDEPORTUGAL.PT

Mosteiro de Odivelas. Disponível em: WWW.MOSTEIRODEODIVELAS.ORG

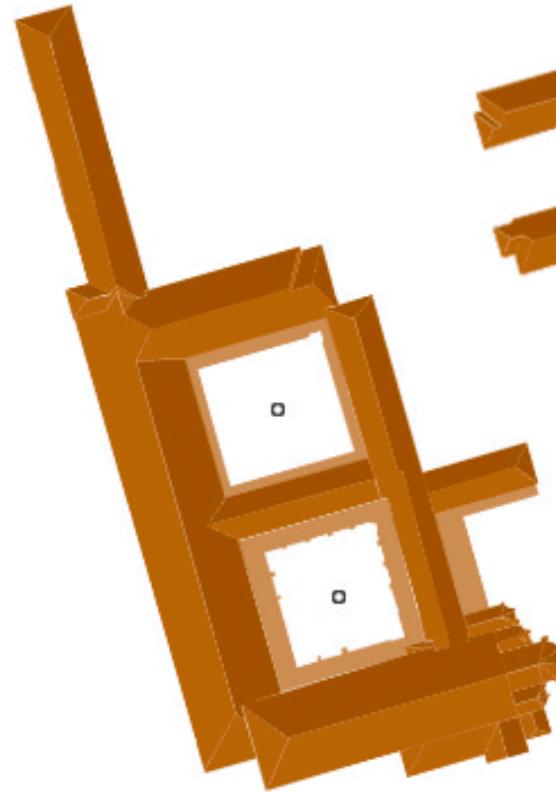
ANEXOS – PEÇAS DESENHADAS



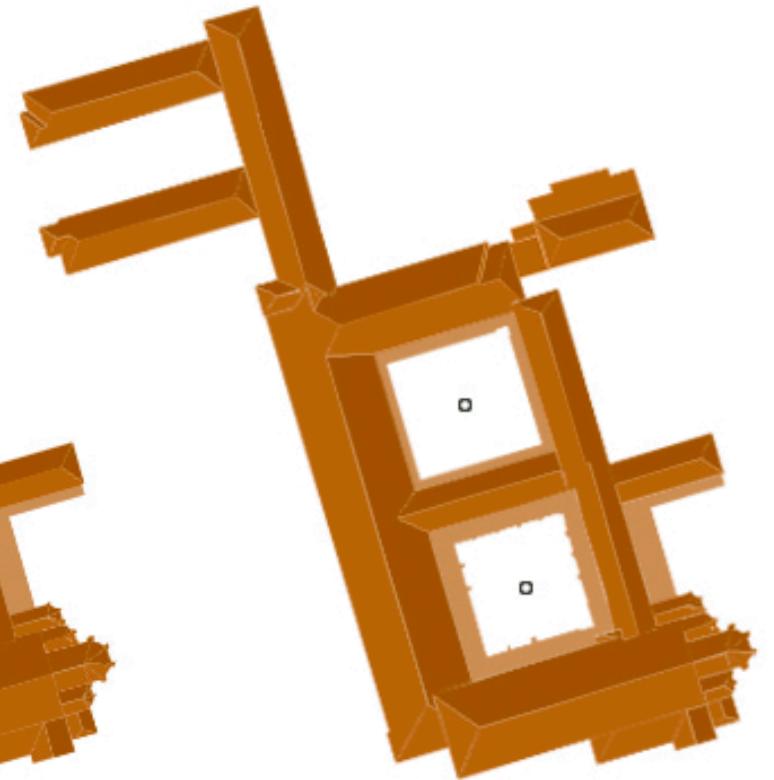
Séc. XIII



Séc. XVI

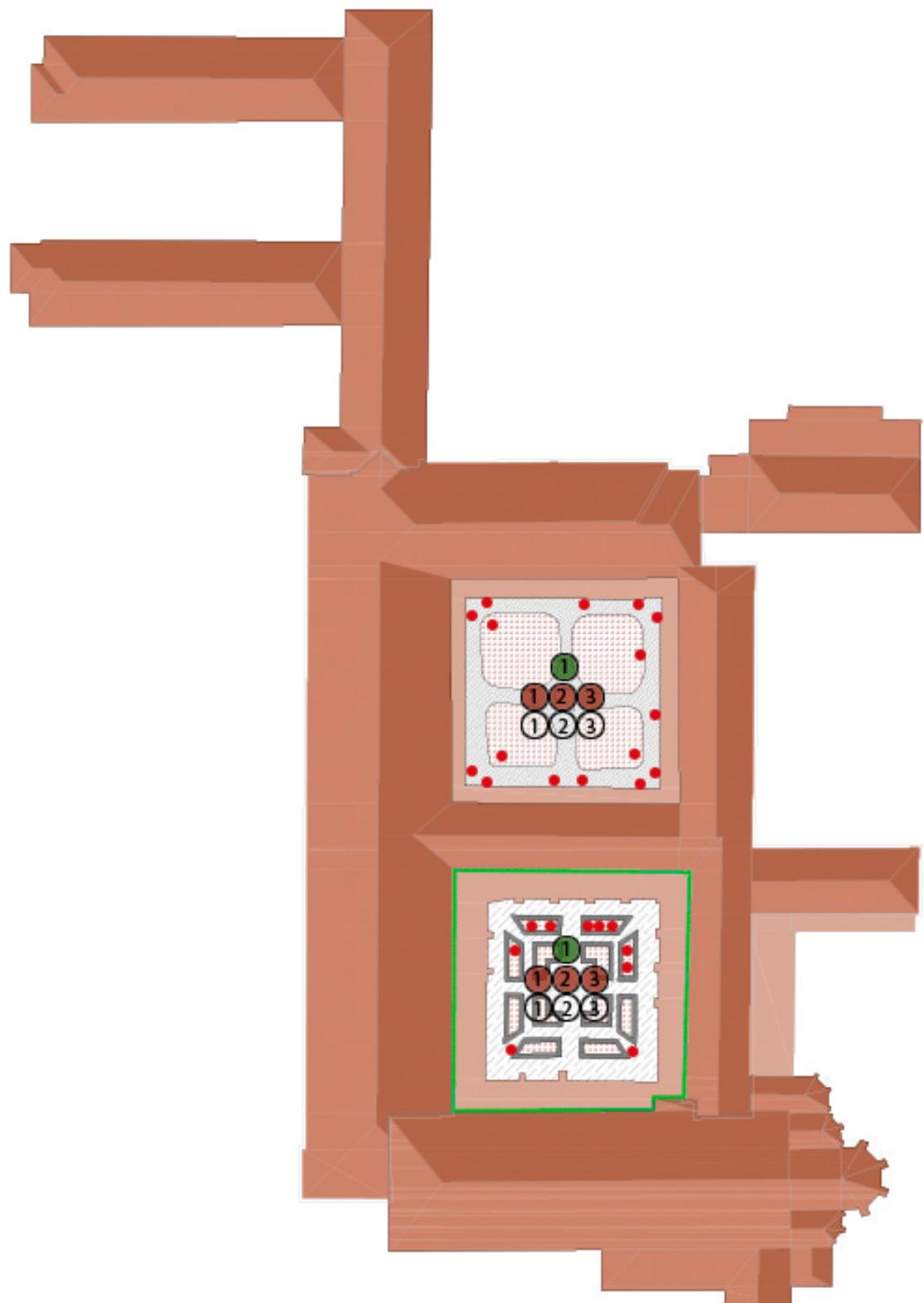


Séc. XIX



Séc. XXI

Análise histórico-artística do Mosteiro de São Dinis de Odivelas e contributos para a recuperação da flora dos jardins dos seus claustros - Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia		
Local: Mosteiro de São Dinis de Odivelas		
EVOLUÇÃO DO TRAÇADO DO MOSTEIRO DE SÃO DINIS DE ODIVELAS		
Autora: Margarida Mendes de Matos		PEÇA 1
Orientadora: Prof. Doutora Sónia Talhé Azambuja		
Lisboa, 2018	Escala: 1/2500	
		



Legenda:

Pontos fracos:

-  Canteiro a necessitar de manutenção
-  Pavimento a necessitar de manutenção
-  Sebes descontínuas
-  Presença de vegetação atípica
-  Espaço fechado ao público
-  Espaço com falta de identidade
-  Abandono e degradação do património

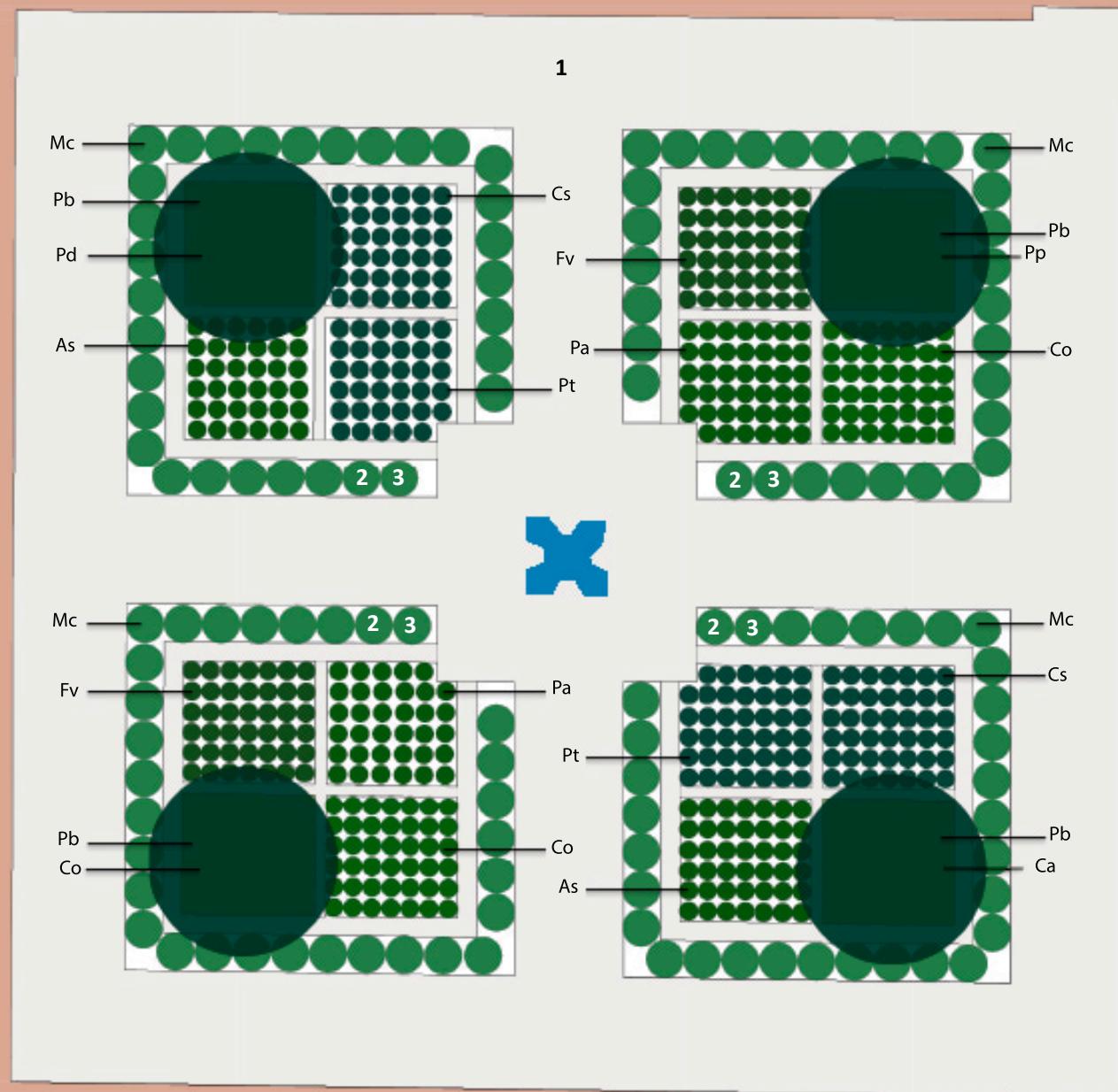
Pontos fortes:

-  Presença de azulejos com valor histórico
-  Espaço classificado como Monumento Nacional

Oportunidades:

-  Potencial para espaço de conhecimento
-  Recuperação de Património histórico-cultural
-  Recuperação de antigos costumes adaptados a uma nova realidade

Análise histórico-artística do Mosteiro de São Dinis de Odivelas e contributos para a recuperação da flora dos jardins dos seus claustros - Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia		 INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA Universidade de Lisboa
Local: Mosteiro de São Dinis de Odivelas		
PLANTA DE DIAGNÓSTICO		
Autora: Margarida Mendes de Matos	PEÇA 2	
Orientadora: Prof. Doutora Sónia Talhé Azambuja		
Lisboa, 2018	Escala: 1/2500	



Legenda:

Al – *Allium sativum* L. (alho-comum)

Co – *Calendula officinalis* L. (maravilhas)

Pt – *Prangos trifida* (Mill.) Hermst. Et Heyn (bugalho)

Fv – *Foeniculum vulgare* Mill. (funcho)

Pa – *Pimpinella anisum* L. (erva-doce)

Cs – *Coriandrum sativum* L. (coentros)

Mc – *Myrtus communis* L. (murta)

Pb – Prado baixo florido: mistura de *Bellis perenis* L. (margarida), *Taraxum officinale* L. (dente-de-leão), *Festuca arundinacea* Shreb (erva carneira), *Dactylis glomerata* L. (dactila), *Lolium perenne* L. (azevém), *Poa pratensis* (erva-de-febra)

Pd – *Prunus dulcis* (Mill.) D. A. Webb (amendoeira)

Co – *Cydonia oblonga* Mill. (marmeleiro)

Pp – *Prunus persica* L. Batsh (pessegueiro)

Ca – *Citrus aurantium* L. (laranjeira amarga)

Saibro

Fonte

AÇÕES:

1 Uniformização dos pavimentos com saibro

2 Alteração do traçado dos canteiros de forma a reforçar o eixo de simetria e a quadripartição do espaço

3 Substituição da vegetação existente por vegetação típica de um hortus conclusus e representativa das vivências do Mosteiro de São Dinis de Odivelas

Análise histórico-artística do Mosteiro de São Dinis de Odivelas e contributos para a recuperação da flora dos jardins dos seus claustros - Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia



Local: Mosteiro de São Dinis de Odivelas

PLANO DIRETOR DE RESTAURO DO CLAUSTRO DA MOURA

Autora: Margarida Mendes de Matos

Orientadora: Prof. Doutora Sónia Talhé Azambuja

Lisboa, 2018

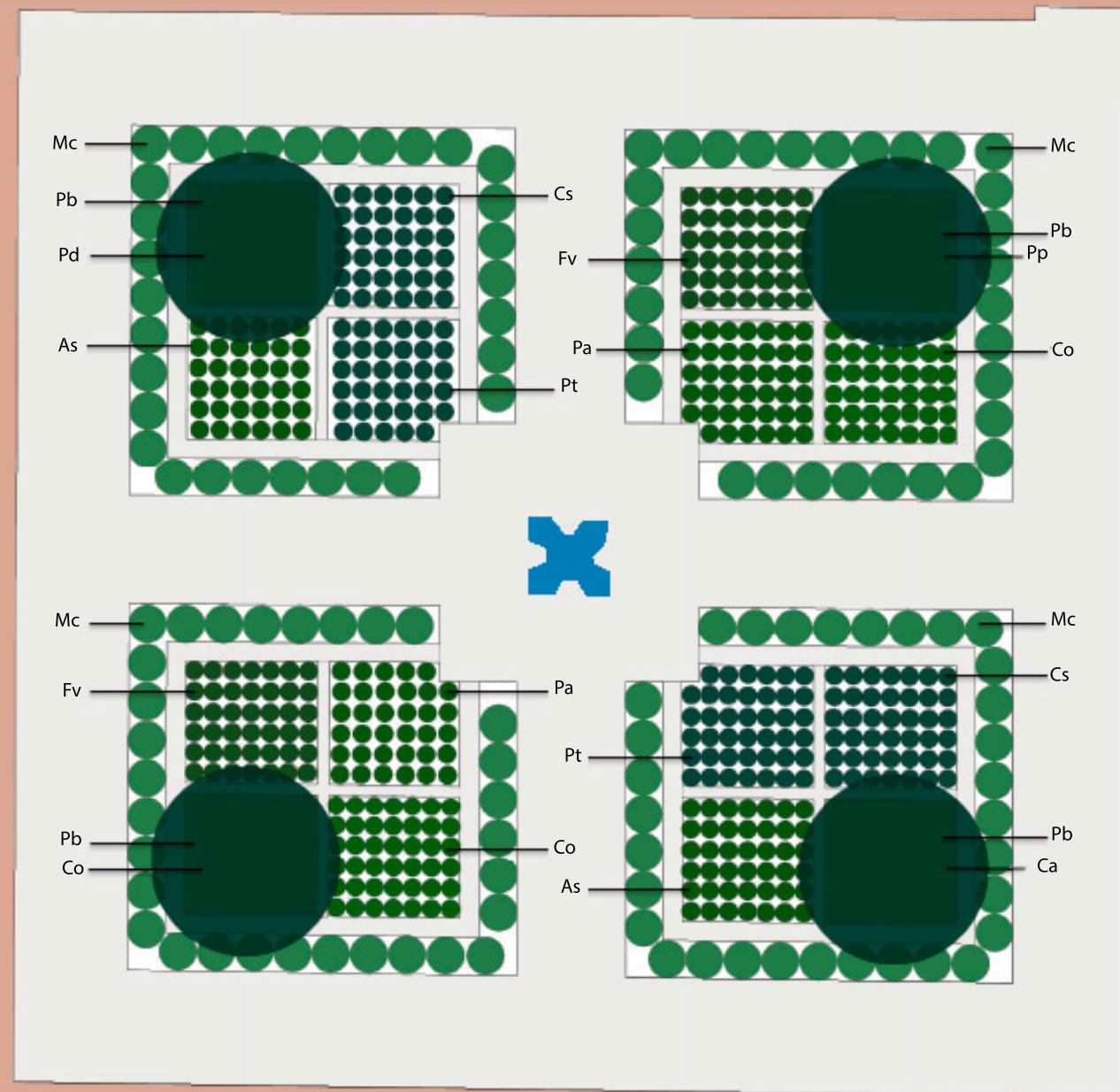
Escala: 1/2500

PEÇA

3

N





Legenda:

Al – *Allium sativum* L. (alho-comum)

Co – *Calendula officinalis* L. (maravilhas)

Pt – *Prangos trifida* (Mill.) Hermst. Et Heyn (bugalho)

Fv – *Foeniculum vulgare* Mill. (funcho)

Pa – *Pimpinella anisum* L. (erva-doce)

Cs – *Coriandrum sativum* L. (coentros)

Mc – *Myrtus communis* L. (murta)

Pb – Prado baixo florido: mistura de *Bellis perenis* L. (margarida), *Taraxum officinale* L. (dente-de-leão), *Festuca arundinacea* Shreb (erva carneira), *Dactylis glomerata* L. (dactila), *Lolium perenne* L. (azevém), *Poa pratensis* (erva-de-febra)

Pd – *Prunus dulcis* (Mill.) D. A. Webb (amendoeira)

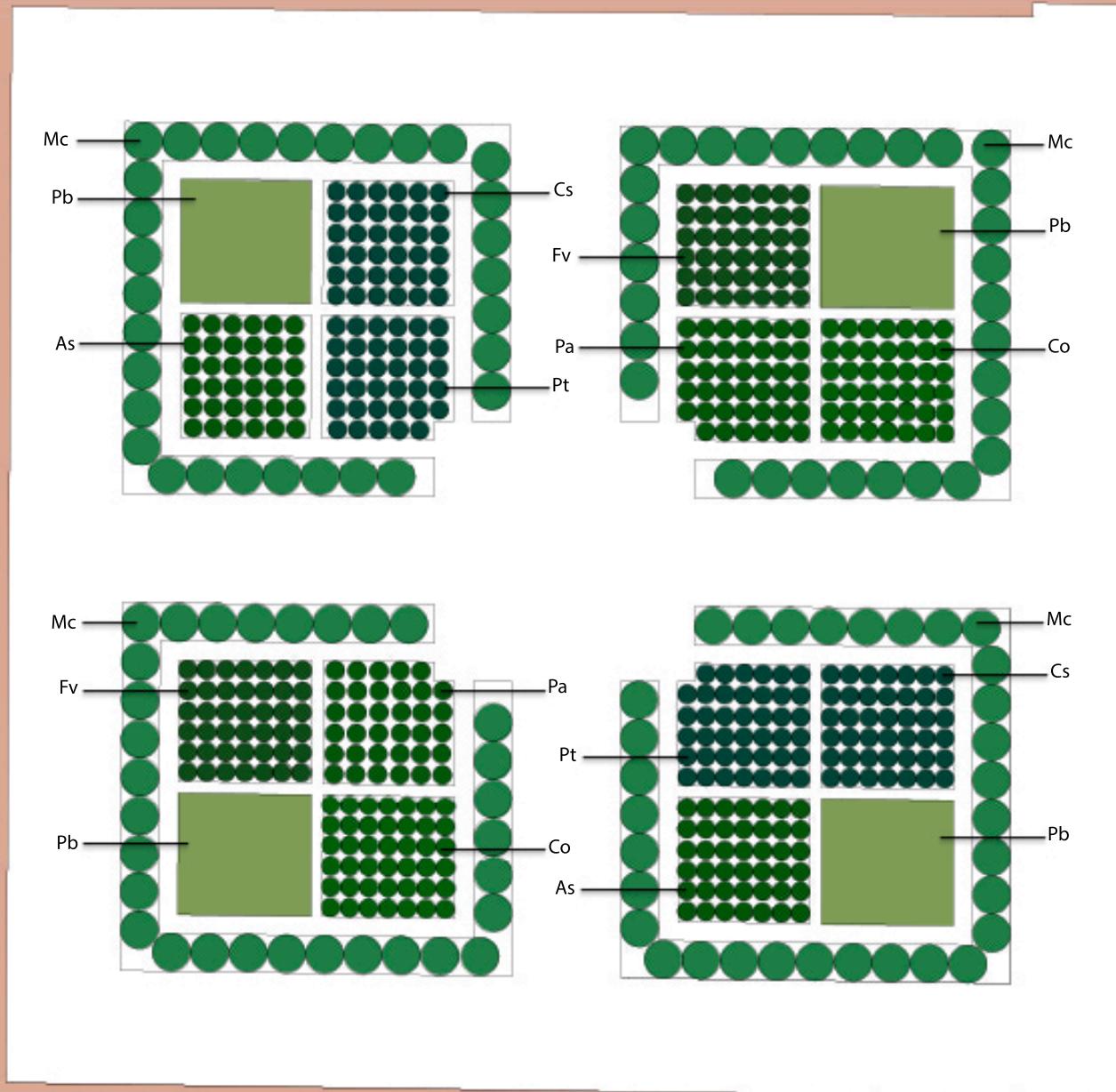
Co – *Cydonia oblonga* Mill. (marmeleiro)

Pp – *Prunus persica* L. Batsh (pessegueiro)

Ca – *Citrus aurantium* L. (laranjeira amarga)



Análise histórico-artística do Mosteiro de São Dinis de Odivelas e contributos para a recuperação da flora dos jardins dos seus claustros - Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia		
Local: Mosteiro de São Dinis de Odivelas		
PLANO GERAL DO CLAUSTRO DA MOURA		
Autora: Margarida Mendes de Matos		
Orientadora: Prof. Doutora Sónia Talhé Azambuja		
Lisboa, 2018	Escala: 1/2500	
		PEÇA 4



Legenda:

Al – *Allium sativum* L. (alho-comum)

Co – *Calendula officinalis* L. (maravilhas)

Pt – *Prangos trifida* (Mill.) Hermst. Et Heyn (bugalho)

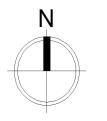
Fv – *Foeniculum vulgare* Mill. (funcho)

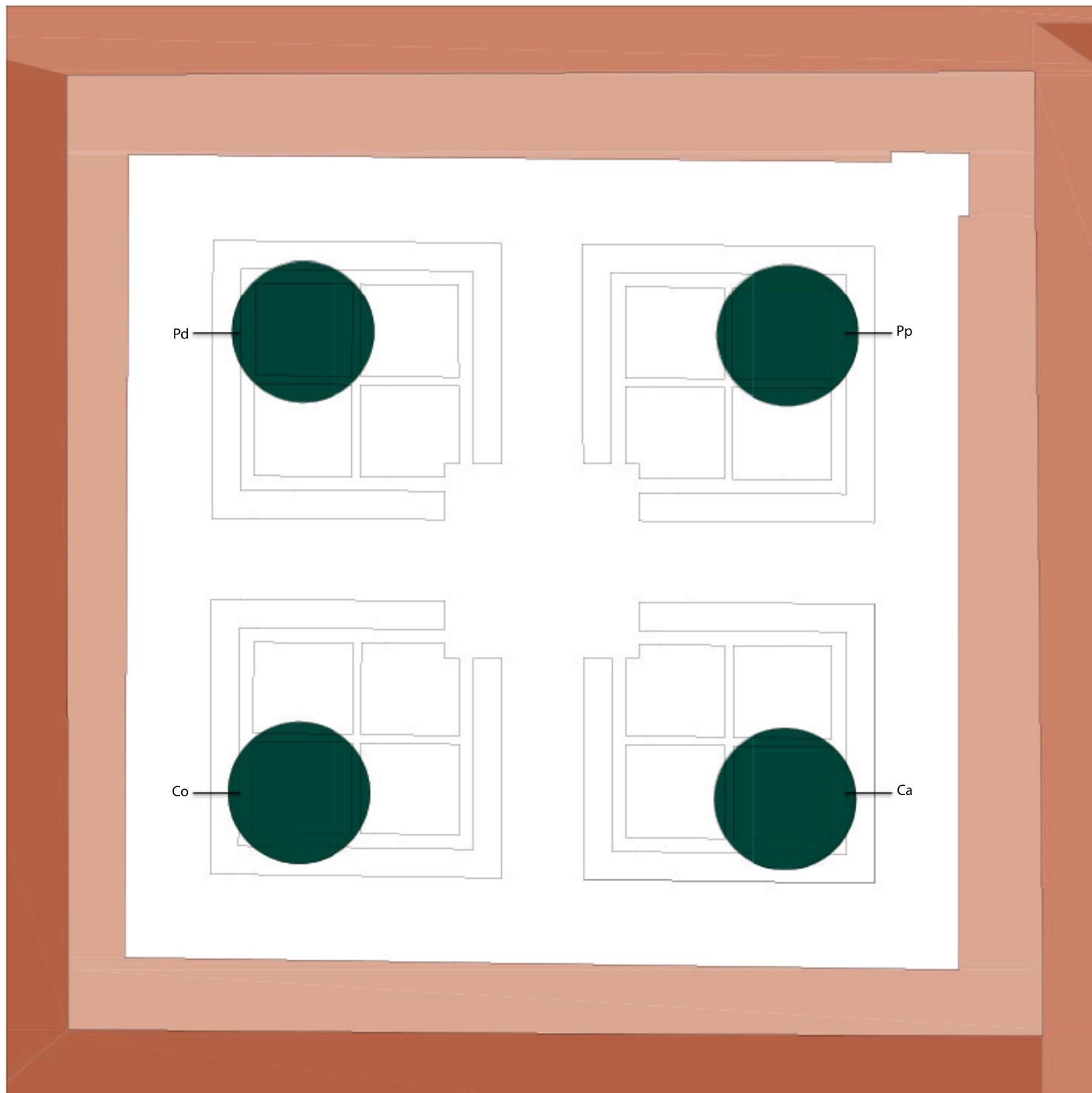
Pa – *Pimpinella anisum* L. (erva-doce)

Cs – *Coriandrum sativum* L. (coentros)

Mc – *Myrtus communis* L. (murta)

Pb – Prado baixo florido: mistura de *Bellis perenis* L. (margarida), *Taraxum officinale* L. (dente-de-leão), *Festuca arundinacea* Shreb (erva carneira), *Dactylis glomerata* L. (dactila), *Lolium perenne* L. (azevém), *Poa pratensis* (erva-de-febra)

Análise histórico-artística do Mosteiro de São Dinis de Odivelas e contributos para a recuperação da flora dos jardins dos seus claustros - Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia		
Local: Mosteiro de São Dinis de Odivelas		
PLANO DE PLANTAÇÃO DE HERBÁCEAS E ARBUSTOS DO CLAUSTRO DA MOURA		
Autora: Margarida Mendes de Matos		PEÇA 5 
Orientadora: Prof. Doutora Sónia Talhé Azambuja		
Lisboa, 2018	Escala: 1/2500	



Legenda:

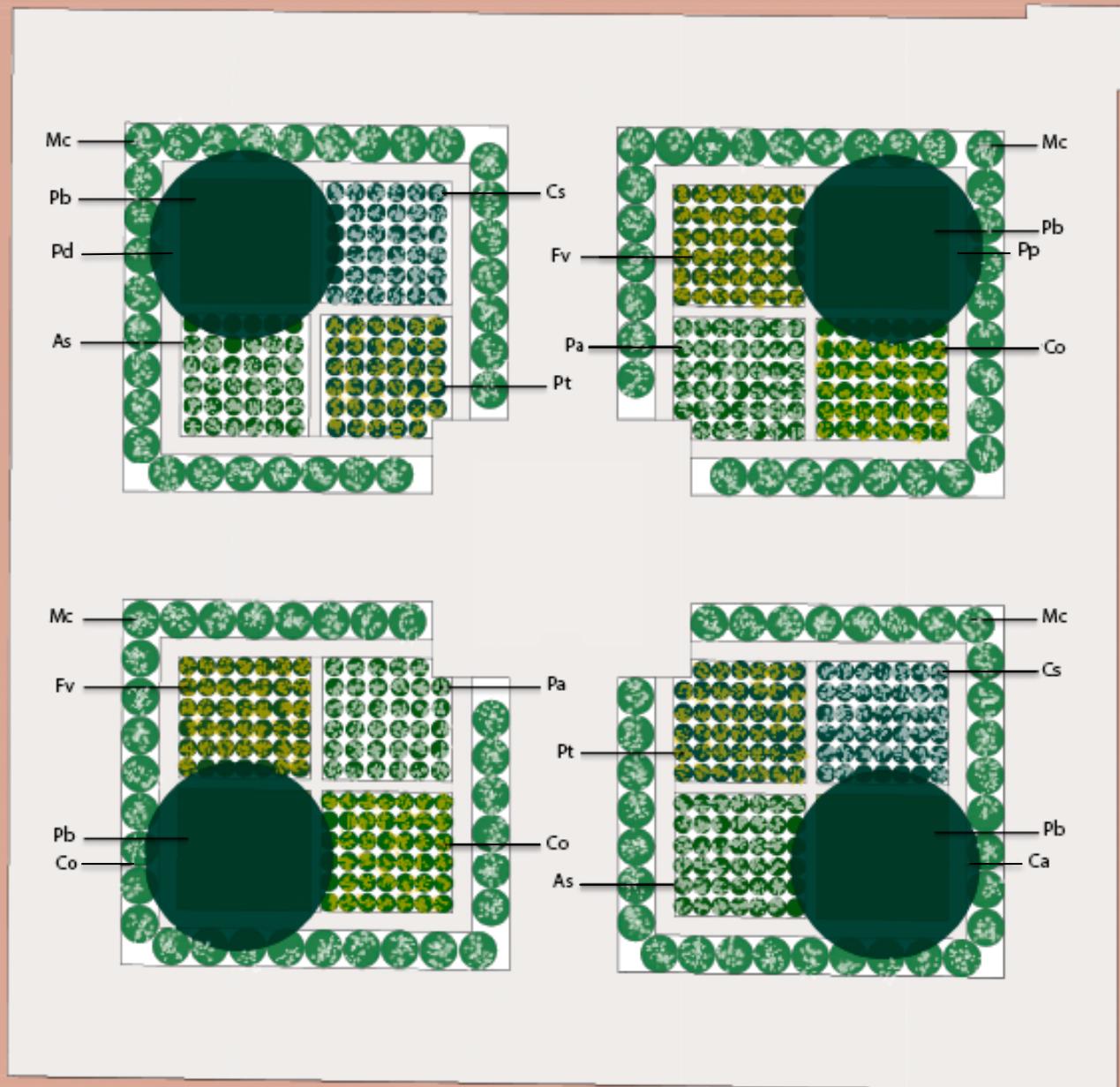
Pd – *Prunus dulcis* (Mill.) D. A. Webb (amendoeira)

Co – *Cydonia oblonga* Mill. (marmeleiro)

Pp – *Prunus persica* L. Batsh (pessegueiro)

Ca – *Citrus aurantium* L. (laranjeira amarga)

Análise histórico-artística do Mosteiro de São Dinis de Odivelas e contributos para a recuperação da flora dos jardins dos seus claustros - Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia		
Local: Mosteiro de São Dinis de Odivelas		
PLANO DE PLANTAÇÃO DE ÁRVORES DO CLAUSTRO DA MOURA		
Autora: Margarida Mendes de Matos		PEÇA 6
Orientadora: Prof. Doutora Sónia Talhé Azambuja		
Lisboa, 2018	Escala: 1/2500	
		



Legenda:

Al – *Allium sativum* L. (Alho-comum)

Co – *Calendula officinalis* L. (Maravilhas)

Pt – *Prangos trifida* (Mill.) Hermst. Et Heyn (Bugalho)

Fv – *Foeniculum vulgare* Mill. (Funcho)

Pa – *Pimpinella anisum* L. (Erva-doce)

Cs – *Coriandrum sativum* L. (Coentros)

Mc – *Myrtus communis* L. (Murta)

Pb – Prado baixo florido: mistura de *Bellis perenis* L. (Margarida), *Taraxum officinale* L. (Dente-de-leão), *Festuca arundinacea* Shreb (Erva carneira), *Dactylis glomerata* L. (Dactila), *Lolium perenne* L. (Azevém), *Poa pratensis* (Erva-de-febra)

Pd – *Prunus dulcis* (Mill.) D. A. Webb (Amendoeira)

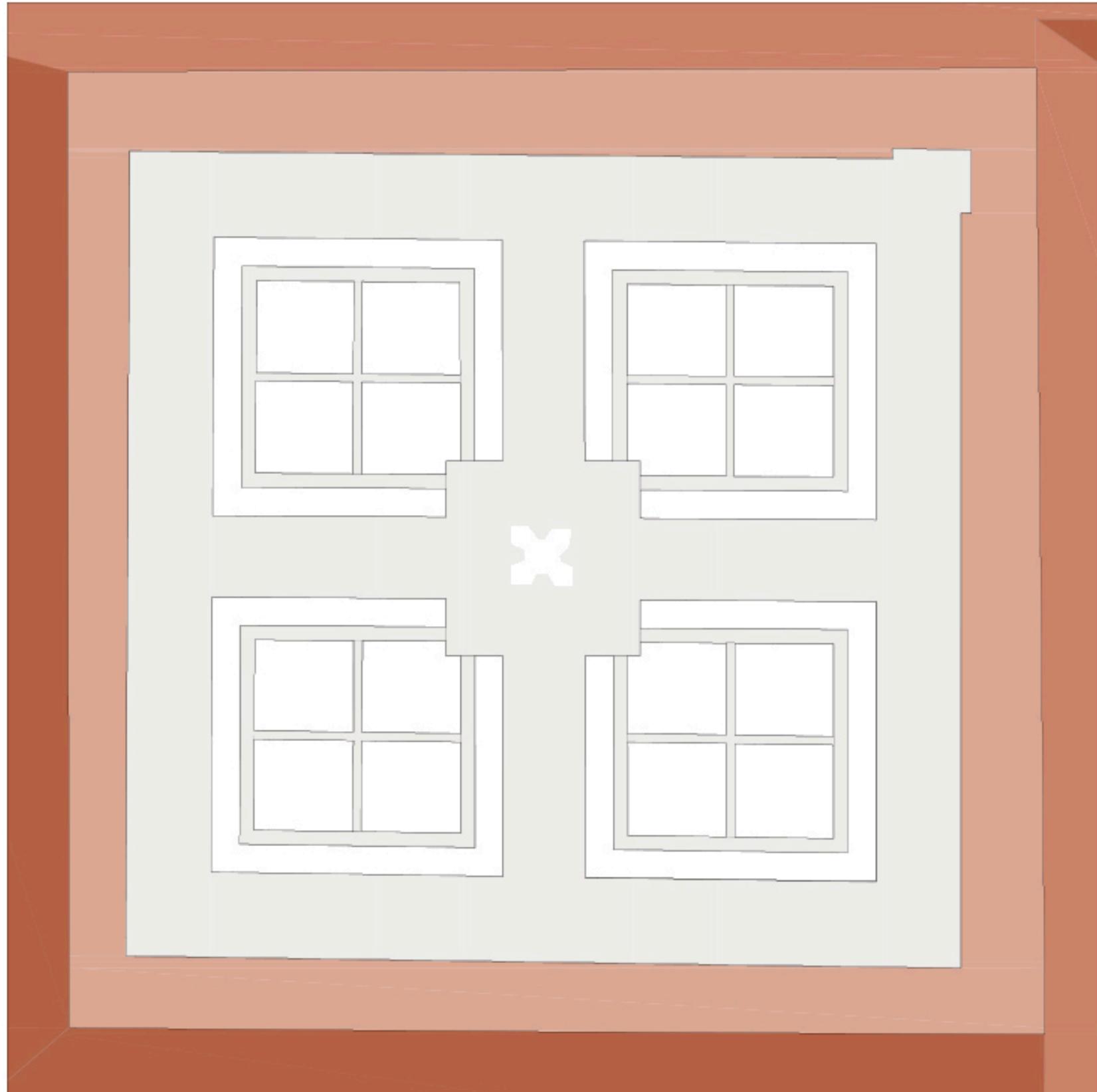
Co – *Cydonia oblonga* Mill. (Marmeleiro)

Pp – *Prunus persica* L. Batsh (Pessegueiro)

Ca – *Citrus aurantium* L. (Laranja amarga)



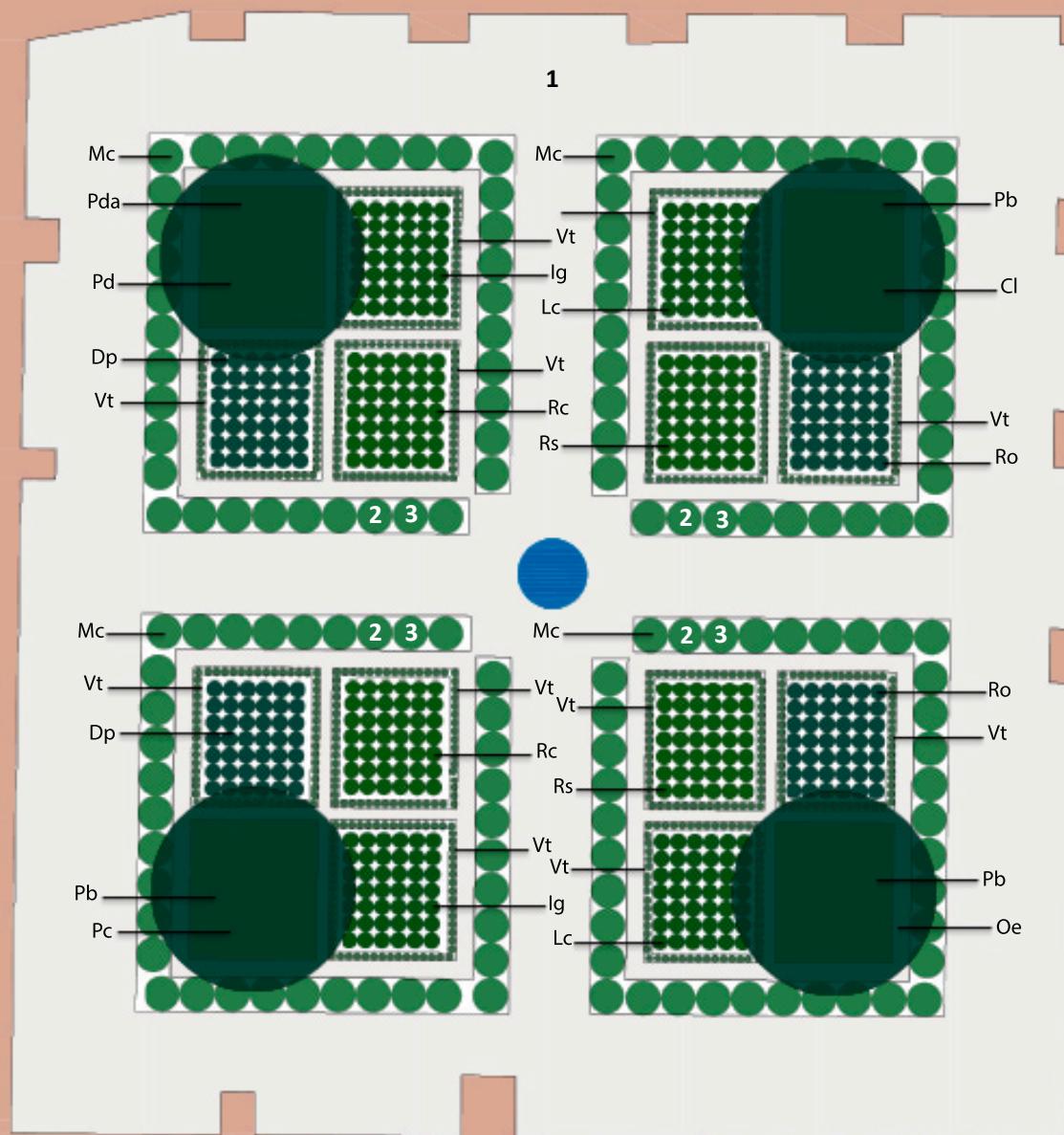
Análise histórico-artística do Mosteiro de São Dinis de Odivelas e contributos para a recuperação da flora dos jardins dos seus claustros - Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia		
Local: Mosteiro de São Dinis de Odivelas		
PLANO DE FLORAÇÃO NO VERÃO DO CLAUSTRO DA MOURA		
Autora: Margarida Mendes de Matos		
Orientadora: Prof. Doutora Sónia Talhé Azambuja		
Lisboa, 2018	Escala: 1/2500	
		PEÇA 7



Legenda:

 Saibro

Análise histórico-artística do Mosteiro de São Dinis de Odivelas e contributos para a recuperação da flora dos jardins dos seus claustros - Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia		
Local: Mosteiro de São Dinis de Odivelas		
PLANO DE PAVIMENTOS DO CLAUSTRO DA MOURA		
Autora: Margarida Mendes de Matos		PEÇA 8
Orientadora: Prof. Doutora Sónia Talhé Azambuja		
Lisboa, 2018	Escala: 1/2500	
		



Legenda:

Lc – *Lilium candidum* L. (açucena)

Ig – *Iris x germanica* L. (lírio-cardano)

Rc – *Rosa canina* L. (rosa-de-cão)

Rs – *Rosa sempervirens* L. (roseira-brava)

Dp – *Dianthus caryophyllus* L. (cravo)

Ro – *Rosmarinus officinalis* L. (alecrim)

Mc – *Myrtus communis* L. (murta)

Pb – Prado baixo florido: mistura de *Bellis perennis* L. (margarida), *Taraxum officinale* L. (dente-de-leão), *Festuca arundinacea* Shreb (erva carneira), *Dactylis glomerata* L. (dactila), *Lolium perenne* L. (azevém), *Poa pratensis* (erva-de-febra)

Vt – *Viola tricolor* L. (amor perfeito)

Pda – *Phoenix dactylifera* L. (palmeira tamareira)

Pc – *Pyrus communis* L. (pereira comum)

Cl – *Citrus limon* L. Brurm f. (limoeiro)

Oe – *Olea europaea* L. var *europaea* (oliveira)

□ Saibro

■ Fonte

AÇÕES:

1 Uniformização dos pavimentos com saibro

2 Alteração do traçado dos canteiros de forma a reforçar o eixo de simetria e a quadripartição do espaço

3 Substituição da vegetação existente por vegetação típica de um hortus conclusus e representativa das vivências do Mosteiro de São Dinis de Odivelas

Análise histórico-artística do Mosteiro de São Dinis de Odivelas e contributos para a recuperação da flora dos jardins dos seus claustros - Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia



Local: Mosteiro de São Dinis de Odivelas

PLANO DIRETOR DE RESTAURO DO CLAUSTRO PRINCIPAL

Autora: Margarida Mendes de Matos

Orientadora: Prof. Doutora Sónia Talhé Azambuja

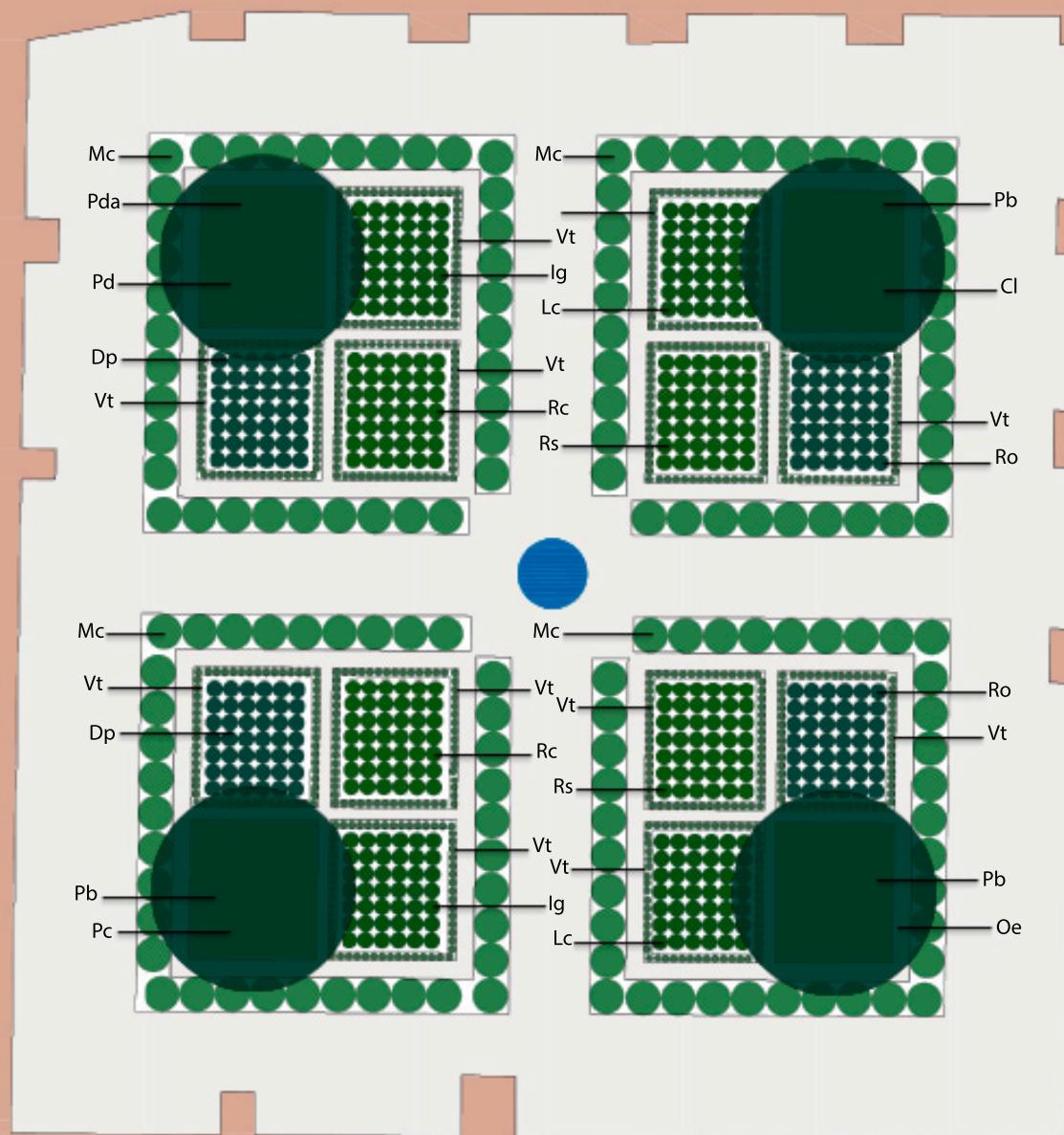
Lisboa, 2018

Escala: 1/2500

PEÇA

9





Legenda:

Lc – *Lilium candidum* L. (açucena)

Ig – *Iris x germanica* L. (lírio-cardano)

Rc – *Rosa canina* L. (rosa-de-cão)

Rs – *Rosa sempervirens* L. (roseira-brava)

Dp – *Dianthus caryophyllus* L. (cravo)

Ro – *Rosmarinus officinalis* L. (alecrim)

Mc – *Myrtus communis* L. (murta)

Pb – Prado baixo florido: mistura de *Bellis perennis* L. (margarida), *Taraxum officinale* L. (dente-de-leão), *Festuca arundinacea* Shreb (erva carneira), *Dactylis glomerata* L. (dactila), *Lolium perenne* L. (azevém), *Poa pratensis* (erva-de-febra)

Vt – *Viola tricolor* L. (amor perfeito)

Pda – *Phoenix dactylifera* L. (palmeira tamareira)

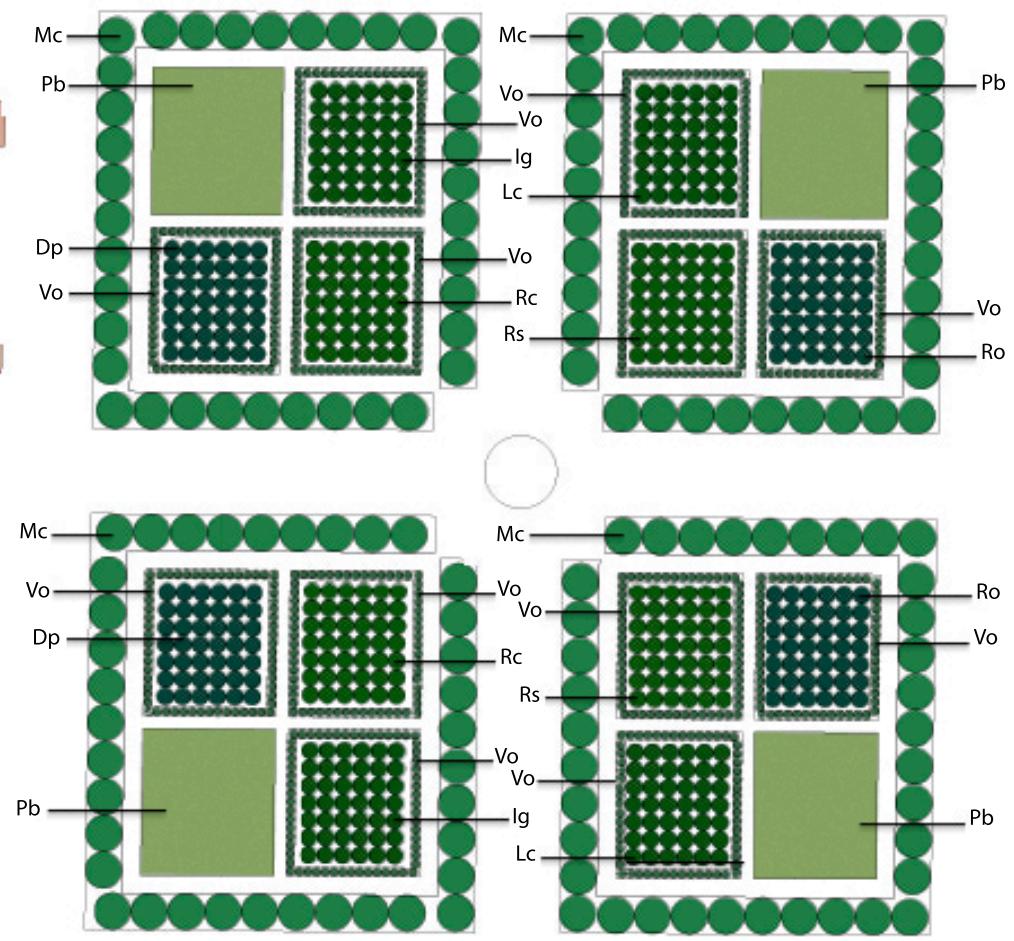
Pc – *Pyrus communis* L. (pereira comum)

Cl – *Citrus limon* L. Brurm f. (limoeiro)

Oe – *Olea europaea* L. var *europaea* (oliveira)



Análise histórico-artística do Mosteiro de São Dinis de Odivelas e contributos para a recuperação da flora dos jardins dos seus claustros - Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia		
Local: Mosteiro de São Dinis de Odivelas		
PLANO GERAL DO CLAUSTRO PRINCIPAL		
Autora: Margarida Mendes de Matos		PEÇA 10
Orientadora: Prof. Doutora Sónia Talhé Azambuja		
Lisboa, 2018	Escala: 1/2500	
		N



Legenda:

Lc – *Lilium candidum* L. (açucena)

Ig – *Iris x germanica* L. (lírio-cardano)

Rc – *Rosa canina* L. (rosa-de-cão)

Rs – *Rosa sempervirens* L. (roseira-brava)

Dp – *Dianthus caryophyllus* L. (cravo)

Ro – *Rosmarinus officinalis* L. (alecrim)

Mc – *Myrtus communis* L. (murta)

Pb – Prado baixo florido: mistura de *Bellis perennis* L. (margarida), *Taraxum officinale* L. (dente-de-leão), *Festuca arundinacea* Shreb (erva carneira), *Dactylis glomerata* L. (dactila), *Lolium perenne* L. (azevém), *Poa pratensis* (erva-de-febra)

Vt – *Viola tricolor* L. (amor perfeito)

Análise histórico-artística do Mosteiro de São Dinis de Odivelas e contributos para a recuperação da flora dos jardins dos seus claustros - Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia



Local: Mosteiro de São Dinis de Odivelas

PLANO DE PLANTAÇÃO DE HERBÁCEAS E ARBUSTOS DO CLAUSTRO PRINCIPAL

Autora: Margarida Mendes de Matos

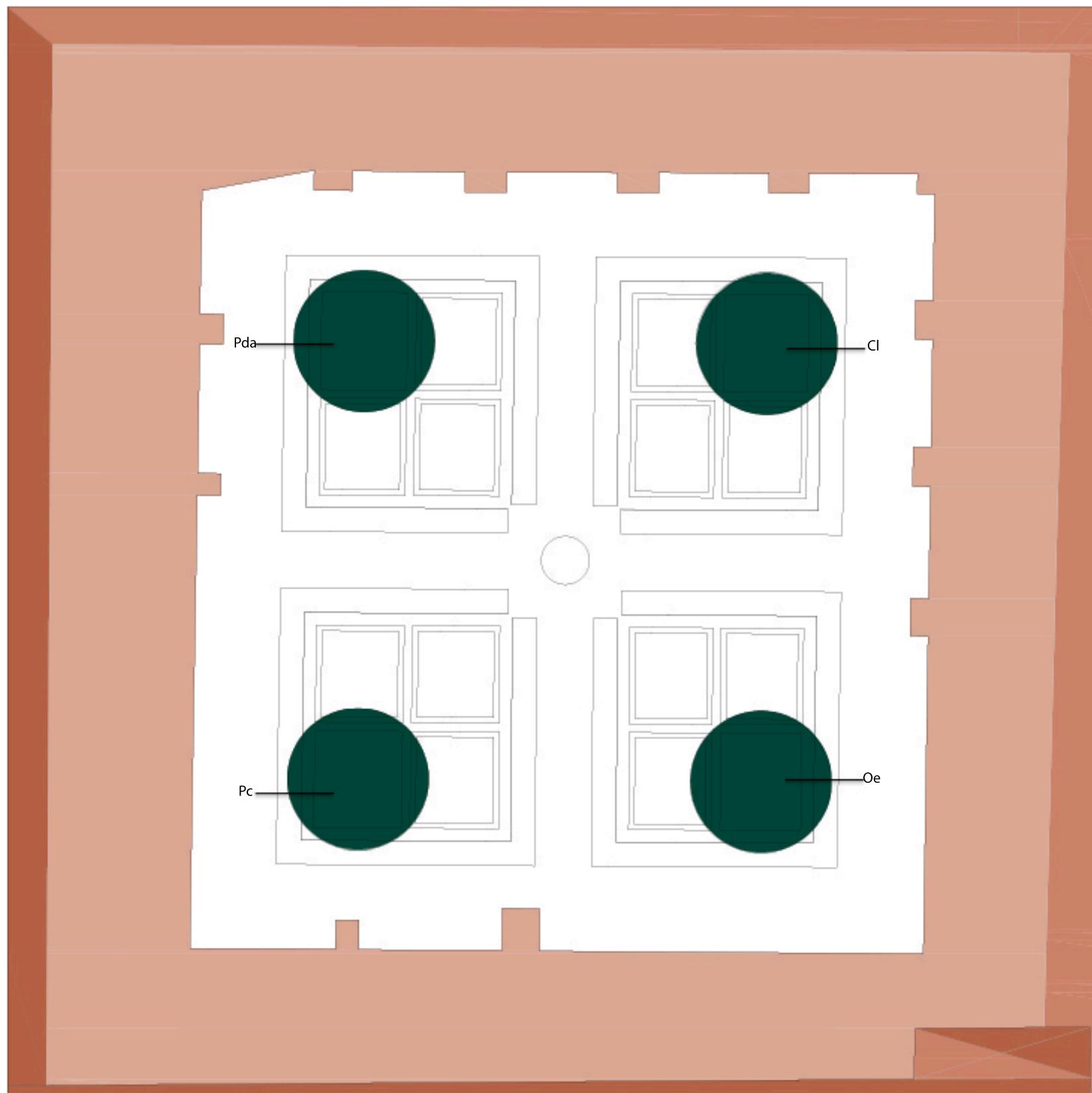
Orientadora: Prof. Doutora Sónia Talhé Azambuja

Lisboa, 2018

Escala: 1/2500

PEÇA
11





Legenda:

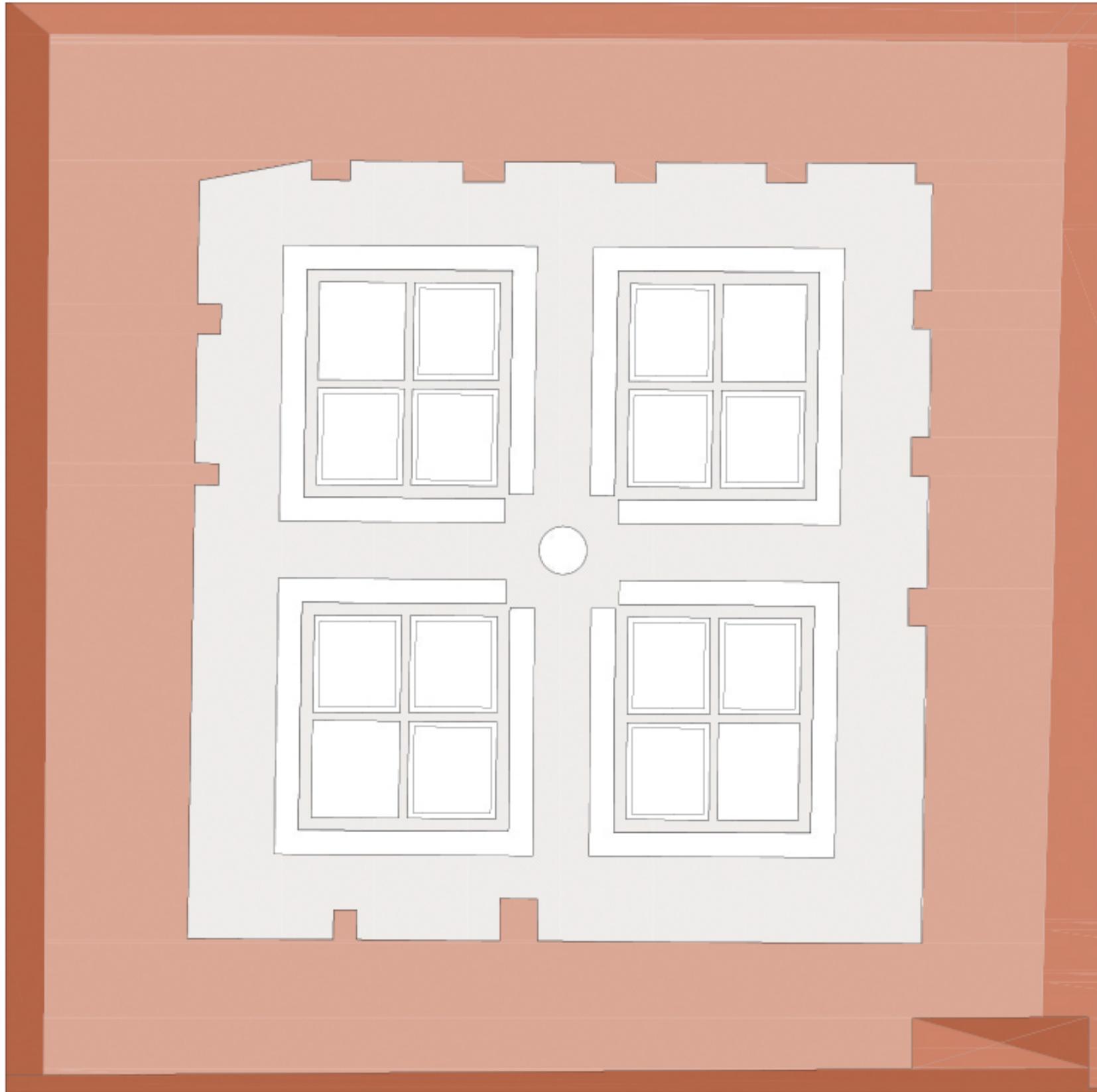
Pda – *Phoenix dactylifera* L. (palmeira tamareira)

Pc – *Pyrus communis* L. (pereira comum)

Cl – *Citrus limon* L. Brurm f. (limoeiro)

Oe – *Olea europaea* L. var *europaea* (oliveira)

Análise histórico-artística do Mosteiro de São Dinis de Odivelas e contributos para a recuperação da flora dos jardins dos seus claustros - Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia		
Local: Mosteiro de São Dinis de Odivelas		
PLANO DE PLANTAÇÃO DE ÁRVORES DO CLAUSTRO PRINCIPAL		
Autora: Margarida Mendes de Matos		
Orientadora: Prof. Doutora Sónia Talhé Azambuja		
Lisboa, 2018	Escala: 1/2500	
		PEÇA 12



Legenda:

 Saibro

Análise histórico-artística do Mosteiro de São Dinis de Odivelas e contributos para a recuperação da flora dos jardins dos seus claustros - Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia		
Local: Mosteiro de São Dinis de Odivelas		
PLANO DE PAVIMENTOS DO CLAUSTRO PRINCIPAL		
Autora: Margarida Mendes de Matos		PEÇA 13
Orientadora: Prof. Doutora Sónia Talhé Azambuja		
Lisboa, 2018	Escala: 1/2500	
		N 